

## **Consciencialização Socioambiental e Políticas Públicas para o Adequado Descarte das Beatas**

**Jamildes Freire dos Santos**

### **Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos**

Versão revista e melhorada após a discussão com o Júri em provas públicas

Orientador: Prof. Doutor Rui Santos

Coorientadora: Doutora Susana Duarte Fonseca (Instituto de Ciências  
Sociais da Universidade de Lisboa)

**Setembro de 2020**

## Índice

<b>Introdução</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1. As BdC na problemática ambiental: Diagnósticos e intervenções de políticas públicas. Justificativa da pesquisa</b>	<b>5</b>
<i>Plásticos no lixo marinho e suas consequências no ecossistema</i>	5
<i>Programas internacionais: Diagnósticos e literatura normativa</i>	6
<i>Possíveis soluções de valorização do resíduo BdC</i>	9
<i>Justificativa da pesquisa</i>	12
<b>Capítulo 2. Legislação e regulamentação em Portugal</b>	<b>14</b>
<i>Política ambiental em Portugal</i>	14
<i>Instâncias institucionais no processo legislativo e na fiscalização</i>	15
<i>Adequação das Diretivas Europeias sobre resíduos em Portugal</i>	17
Plano estratégico de recolha seletiva	18
Regulamentação do descarte das BdC	20
<b>Capítulo 3. Revisão da literatura</b>	<b>25</b>
<i>Políticas ambientais e sustentabilidade</i>	25
<i>Resíduos e recolha seletiva</i>	28
<i>Infraestruturação, logística e financiamento</i>	31
<i>Perceção, atitude, predisposição e comportamento</i>	34
<b>Capítulo 4. Da investigação à intervenção</b>	<b>38</b>
<i>Objetivos de pesquisa</i>	38
<i>Método</i>	39
Plano geral do estudo	39
Entrevistas	40
Análise de conteúdo	44
Dimensão participativa	44
<i>Resultados</i>	46
Entrevistas	46
Processos de mudança a partir das entrevistas	69
Outras ações de intervenção pública	70
<b>Considerações finais</b>	<b>76</b>
<b>Referências</b>	<b>80</b>
<i>ANEXO 1: GUIÃO DE ENTREVISTAS</i>	99
<i>ANEXO 2: ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS POR CONTEXTO, SEGUNDO O ÂMBITO INSTITUCIONAL</i>	102

## Agradecimentos

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pelo apoio e incentivo a esta investigação;

à Professora Doutora Iva Miranda Pires, Coordenadora dos cursos de Mestrado e Doutoramento em Ecologia Humana, por ter-me apresentado à Ecologia Humana, por sua dedicação aos alunos, pelo convívio no ambiente académico, pelo apoio a todas as atividades e paciência pela minha ansiedade de pôr fim as beatas de cigarro, e também as espetaculares viagens dentro e fora de sala de aula;

ao Professor. Doutor Rui Santos, meu paciente orientador que ensinou-me “a ler e escrever” e direcionou-me para o caminho que deveria de ser;

à minha coorientadora Doutora Susana Duarte Fonseca pós-doutoramento da FCT no ICS-UL, por acolher a temática e pela sua valiosa contribuição;

ao Professor Carlos Machado, que ensinou-me a importância das Políticas Ambientais;

à Professora Ana Paula Gil, que acolheu a temática com tanto entusiasmo;

aos colegas da FCSH, aqueles que colaboraram com a temática, em apoio, ensinamentos e incentivos, em especial Luís Reis do departamento do Gabinete de Comunicação e Marketing, a Carlos de Jesus, Cláudia Almeida, Igor d'Angelis, Juracy Marques, Luís Elvas, Ana Luz, Maria Rita, Andreia Barbosa, entre tantos outros colegas;

à Diretora do Departamento de Sistemas de Resíduos da ERSAR, Dra. Filomena Lobo por incentivar-me desde quando comecei com esta loucura tangível e mostrar que para qualquer mudança é preciso fazer e agir, só vontade não chega;

ao Roberto Façanha do Projeto Bituca Zero no Brasil, que sempre me apoiou e dividiu seu aprendizado e experiência desde o início da minha jornada;

à Câmara Municipal de Lisboa, em especial à Chefe de Divisão do Departamento de Higiene Urbana, Rita Lucas e à Engenheira do Ambiente do Departamento de Higiene Urbana do Núcleo de Estudos e Projetos, Vanessa Fonseca, pela amabilidade em que me receberam e pelas informações prestadas;

à Lurdes Marques, Gestora de Projetos de Desenvolvimento Local, e a muitos outros colaboradores da Câmara Municipal de Lisboa;

aos executivos das juntas de Freguesia que me receberam, pelas partilhas de informações, aprendizados e muitas histórias;

aos membros dos partidos políticos da Câmara Municipal de Lisboa e, aos membros dos partidos políticos da Assembleia da República que me receberam e em especial aos que abraçaram e debruçaram sobre a temática, com projetos e apoio à causa; a Inês Real, Joana Guerreiro, Francisco Guerreiro, Cristina Rodrigues e André Silva, que mostraram que em poucos e com pouco também é possível fazer muito;

à Conceição Zagalo pela confiança em ter aberto sua rede de relacionamento sem ressalvas;

às associações não-governamentais, em especial à Missão Beatão, por inúmeros projetos e ações juntos, pelo apoio e incentivo do Manuel Nobre, meu parceiro “beateiro”;

à Professora Doutora Paula Sobral da APLM que me incentivou e abriu inúmeros contactos e segue a inspirar-me;

às instituições de ensino que dotaram-me e mostraram-me outros horizontes;

à Diretora do Departamento de Resíduos, Dra. Ana Cristina Carrola e à Doutora Mafalda Mota, Chefe de Divisão Do departamento de Fluxos Específicos e Mercados de Resíduos da Agência Portuguesa do Ambiente;

às empresas de Valorização de Resíduos Valorsul e EGF;

ao António Monteiro, do Museu Nacional de História Natural e da Ciência, por ter me incentivado, apoiado e ajudado no projeto da Noite dos Investigadores 2019; de igual forma à Junta de Freguesia de Santo António – Filipa Mendes, Fernando Lopes, Marta Quelhas, Pedro Martins, Fátima Ferreira, Tiago Lopes, Vasco Morgado; à Dra. Sara Duarte, da Direção de Desenvolvimento e Comunicação do Águas do Tejo Atlântico; à ABAE – Márcia Vieira, Tânia Vicente, Fátima Vieira, Catarina Gonçalves e Margarida Gomes; à Escola de Calceteiros – João Carmo, Isabel Roque, Ana Baptista; à CML –Sofia Albuquerque, e muitos outros que colaboraram para que o projeto fosse realizado;

às minhas companheiras de casa pela paciência em escutar-me quando não tinha outro assunto que não fosse beata de cigarro: Ana Matos, Beatriz Martins e em especial Alexandra Naia, que dedicou horas me ensinando ser prática e pragmática e a corrigir meu “prolixo jeito de ser”;

aos queridos amigos de perto, Patrícia Louro, Sofia Duarte, Diogo Soares, Miguel Graça, João Albuquerque; ao casal Carolina e Alexandre Sênedá, e de longe e além-mar que incentivaram e vibravam a cada notícia e conquista;

a todos os que escutaram e não se sensibilizaram, também faz parte para o aprendizado no qual encontrarei muitos assim no meu percurso de vida, seja ele profissional, pessoal ou de luta pela causa;

à “mirmã” Jamile Lima por tantas palavras de incentivo e admiração, pelos momentos de aprendizados choros e risadas;

à minha irmã Raquel Daiane, que mesmo longe e quietinha ficava orgulhosa a cada notícia.

Ao João Costa que me ensinou o mundo dos livros, abraçou a causa e abriu muitas portas para que a mensagem da temática pudesse sensibilizar mais pessoas;

aos amigos que escolhi para ser minha família Portuguesa, João, Mário, Matildinha, nosso pequeno Fred, Zé Paulo, Lucila e Rui Nunes por entender minha ausência nestes 2 anos;

ao futuro que nos aguarda com muitas perspectivas e surpresas.

## **Resumo**

Anualmente, são fumados em todo o mundo bilhões de cigarros, muitos dos quais são reduzidos a filtros que vão parar no ambiente. Os filtros de cigarro, compostos por acetado de celulose e com mais de 4 mil substâncias químicas, são jogados em todo espaço urbano, contaminando o ecossistema com elevados custos ambientais e económicos. Esta dissertação resulta de um estudo, qualitativo e descritivo, usando entrevistas para investigar se os decisores públicos e outras entidades com responsabilidade nesta matéria, ao nível nacional em Portugal e local em Lisboa, tinham consciência das consequências do descarte incorreto da beata de cigarro, em que medida e o quão estão dispostos a discutir o tema e incluí-lo nas políticas públicas. A pesquisa culminou num processo interventivo e participativo para a promoção de mudanças, consciencialização e ação social e política, seguindo até à promulgação de legislação nacional sobre essa matéria.

**Palavras chave:** beata, políticas públicas, plásticos de uso único, filtro de cigarro, resíduo tóxico.

## **Abstract**

Trillions of cigarettes are smoked every year worldwide, many of which end up as filters discarded in the environment. Cigarette filters, made up of cellulose acetate and containing over 4,000 chemical substances, are discarded across the urban space, contaminating the ecosystem, causing environmental and economic harm. This dissertation resulted of a qualitative descriptive research, using interviews in order to assess whether public decision-makers and other entities having a stake in this matter at the national level in Portugal, and at the local level in Lisbon, were aware of the consequences of improper disposal of cigarette butts, and to what extent and how much they were willing to discuss this issue and to address it in public. Research led on to a change-promoting, interventive and participatory process, up to the enacting of national legislation on the issue.

**Keywords:** cigarette butt, public policy, single use plastic, cigarette filter, toxic waste

## Siglas e abreviaturas

APA	Agência Portuguesa do Ambiente
BdC	Beata(s) de Cigarro
BE	Bloco de Esquerda
CML	Câmara Municipal de Lisboa
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ESTeSL-IPL	Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa
NOVA FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa
MATE	Ministério do Ambiente e Transição Energética
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAN	Partido Pessoas–Animais–Natureza
PERSU	Plano Estratégico Setorial dos Resíduos Sólidos Urbanos
RSU	Resíduos sólidos Urbanos
GNR-SEPNA	Guarda Nacional Republicana – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente

## Introdução

O consumo de tabaco e as suas consequências ambientais e para a saúde pública constituem um problema ecológico global. Cerca de 5,7 a 6,3 biliões<sup>1</sup> de cigarros foram consumidos mundialmente em 2016 (Curtis, Novotny, Lee, Freiberg, & McLaughlin, 2017; Tobacco Atlas, 2019) e estima-se que serão 9 biliões até 2025 (Ghosh *et al.*, 2017). Em todo o mundo são fumados mais de 15 mil milhões de cigarros por dia, calcula-se que um em cada três adultos é fumador (Direção-Geral de Saúde, 2019). Em toda a Europa, o consumo foi de 1,2 biliões de cigarros em 2016. No mesmo ano, em Portugal, estima-se que foram fumados 1.133 cigarros por residente com idade superior a 15 anos, (Tobacco Atlas, 2019), o que corresponde a mais de 10 mil milhões ao todo.<sup>2</sup> A produção e consumo do tabaco prejudicam o ambiente e o desenvolvimento sustentável, do início ao fim do ciclo de vida do produto (do desmatamento e poluição da água pelo uso de pesticidas, até ao descarte inadequado da BdC) (Eichborn & Abshagen, 2015).

A Organização Mundial de Saúde sempre se preocupou com a questão da saúde em relação ao tabaco, e tem se pronunciado sobre os impactos ambientais. Na véspera do Dia Mundial sem Tabaco 2017, um relatório afirmando que cerca de dois terços dos 15 mil milhões de cigarros vendidos diariamente em todo mundo são jogados fora em zonas que danificam o ambiente, verificando que os seus resíduos são os mais espalhados no mundo, com mais de “7.000 produtos químicos tóxicos que envenenam o ambiente, incluindo agentes cancerígenos além de contribuir para a desmatção, danificar e acidificar solos e águas” (WHO, 2017a), encontrando eco na comunicação social e no Serviço Nacional de Saúde em Portugal (e.g., Jornal de Notícias, 2018; SNS, 2017). Nicholas Hopkinson, um dos autores do relatório, diz que os cigarros devem ser considerados um “produto antiético”, dado o seu impacto sobre o ambiente (WHO, 2018; Zafeiridou, Hopkinson, & Voulvoulis, 2018).

Uma das consequências específicas desse consumo de tabaco é a gigantesca produção de filtro de cigarro, dispositivo introduzido na década de 1950. Os filtros

---

<sup>1</sup> Utilizo a escala portuguesa: 1 bilião=10<sup>12</sup>.

<sup>2</sup> A população residente em Portugal em 2016 com idade igual ou superior a 15 anos totalizava 8 873 827 indivíduos (Pordata, 2020).

criaram uma elevada carga do resíduo, vulgo beata de cigarro (BdC)<sup>3</sup>, no ecossistema global devido ao seu inadequado descarte (WHO, 2017). Em todo mundo, são descartadas anualmente no ambiente 7,7 toneladas de BdC (Smith & Novotny, 2010). As BdC constituem até 50% do número de itens de resíduo jogados nas ruas das cidades; na Europa, atingem 60% (Eichborn & Abshagen, 2015; Planetoscope, 2017). A BdC lidera anualmente a lista do número de itens mais coletados nos oceanos (Comissão Europeia, 2018c; Kadir & Sarani, 2015; Moerman & Potts, 2011; OCI, 2017, 2018; Sherrington, Darrah, Watson, & Winter, 2017), com um aumento de 40% entre 2014 e 2016 (Kadir & Sarani, 2015). As BdC contêm mais de 4 mil substâncias químicas, das quais pelo menos 250 são prejudiciais à saúde e 50 cancerígenas (Combe, 2016; Poppendieck, Khurshid, & Emmerich, 2016), e como tal são considerados micro resíduos tóxicos (Marchi, Machado, & Trevisan, 2014).

Os dados acima atribuem uma magnitude considerável a um problema prático: o do impacto da poluição originada a partir do descarte inadequado das BdC. Esse problema foi, provavelmente, ampliado desde 2005, como efeito colateral não intencionado da implantação de legislação antifumo (Ghosh *et al.*, 2017; Sherrington *et al.*, 2017), criada para proteger o não fumador dos componentes tóxicos da fumaça do cigarro, mas que acabou por transferir parte do consumo de cigarros e, consequentemente, do descarte de BdC para espaços públicos exteriores, escassamente infraestruturados para recebê-las.

Embora seja um resíduo pequeno e aparentemente insignificante, após o descarte indevido as BdC são levadas pela água da chuva ou pelo vento, contaminando o ambiente, nomeadamente o solo e o lençol freático (Bello & Libano, 2012; Eichborn & Abshagen, 2015; Nunesmaia, 2002; Silveira, 2010). Reduzem a germinação, crescimento e alteram a produtividade primária a curto prazo de algumas plantas terrestres (Green, Boots, Carvalho, & Starkey, 2019), entopem tubulações e bueiros, contribuindo para a ocorrência das enchentes (Green, Putschew, & Nehls, 2014). Afetam, ainda, a economia com custos de limpeza urbana e de despoluição da água, bem como pela desvalorização ambiental e social do território, particularmente em áreas

---

<sup>3</sup> Existem diversas nomenclaturas, dependendo do país ou região. Na língua portuguesa são chamados de “beata”, “guimba”, “bagana”, “ponta”, “prisca”, “chica” e “bituca”. Optámos pelo termo mais corrente no português de Portugal, o de “beata”. A BdC é a parte final de cigarro ou charuto, depois de fumado. No caso dos cigarros com filtro, este constitui a maior parte do resíduo após o consumo.



cuja economia depende do turismo (Araújo & Silva-Cavalcanti, 2014; Marchi *et al.*, 2014; WHO, 2017a). Além de as BdC causarem morte e contaminação dos animais que as ingerem ou entram em contato com as suas toxinas. A saúde humana também corre riscos pelo consumo de peixe e marisco expostos às toxinas (AEA, 2016; de Granda-Orive, Girón-Matute, & López-Yepes, 2016; Marchi *et al.*, 2014; Mowry, Spyker, Brooks, Zimmerman, & Schauben, 2015).

Os filtros são normalmente produzidos de acetato de celulose, um material sintético plastificado não biodegradável. Ao longo de 5 a 12 anos, eles se decompõem em pedaços menores, reduzindo-se a microplásticos com impactos económicos, ambientais e sociais (Healton, Cummings, O'Connor, & Novotny, 2011). Por isso, o seu descarte no ecossistema contribui para um problema ambiental que suscita hoje grande preocupação pública e política à escala global, o da poluição generalizada por plásticos e microplásticos. Mais de 250 organizações internacionais assinaram um compromisso global para erradicar o desperdício e a poluição por plásticos. Várias iniciativas visam estabelecer compromissos intergovernamentais e políticas para a prevenção e resolução do problema do lixo marinho (Martinho, 2016), bem como promover ações de limpeza das zonas costeiras, e elaborar estudos sobre o tempo que o plástico leva para se decompor na natureza e os danos causados (ICF & Eunomia, 2018; UNEP, 2018a; World Economic Forum, 2018).

Diante da magnitude considerável do problema descrito acima, dada a importância das políticas públicas na sua moderação, esta dissertação aborda o descarte inadequado de BdC numa perspetiva institucional, em Portugal, e particularmente em Lisboa, nomeadamente quanto ao conhecimento, perceção, e consciencialização ou não, do problema pelos poderes públicos e outros atores que participam da produção, distribuição, consumo, coleta e regulamentação/legislação da cadeia produtiva e do ciclo de vida do cigarro; e em que medida esses atores estão dispostos a discutir o problema e a construir legislação capaz de mitigar os impactos da poluição decorrentes do descarte inadequado das BdC, a definir um destino ambientalmente sustentável para este resíduo e a assegurar a infraestruturação adequada para triagem e recolha seletiva deste resíduo.

O restante desta dissertação consta de quatro capítulos, seguidos de um conjunto de considerações finais. O Capítulo 1 traça o estado da questão sobre os diagnósticos de

problemas ambientais em que se enquadra o descarte inadequado das Bdc, das principais orientações internacionais para políticas públicas a seu respeito, e uma panorâmica das soluções propostas para a valorização deste resíduo, justificando a pertinência do tema da investigação. O Capítulo 2 enquadra a questão nas políticas ambientais em Portugal, abordando também brevemente o processo legislativo português. O capítulo 3 procede à revisão da literatura que aborda as questões das políticas ambientais, da sua recolha seletiva e destino dos resíduos, da infraestruturação, logística, e financiamento, e das disposições comportamentais do público para aderir a esses processos. O capítulo 4 apresenta o processo investigativo e de intervenção, e os seus resultados. As considerações finais resenham as aprendizagens obtidas com o estudo e apresentam as perspetivas abertas.

## **Capítulo 1. As BdC na problemática ambiental: Diagnósticos e intervenções de políticas públicas. Justificativa da pesquisa**

### **Plásticos no lixo marinho e suas consequências no ecossistema**

Por lixo marinho entende-se qualquer material sólido persistente, fabricado ou processado que é descartado, eliminado ou abandonado no ambiente marinho e costeiro. É composto por resíduos dos mais diversos materiais que foram deliberadamente descartados no mar, rios ou praias, ou trazidos indiretamente para o mar através dos rios, das descargas de águas residuais e pluviais ou por ação do vento (UNEP, 2018a)<sup>4</sup>. Estima-se que mais de 150 milhões de toneladas de plásticos estejam acumuladas nos oceanos, e entre 4,6 e 12,7 milhões de toneladas são adicionadas a cada ano. Cerca de 80% do lixo marinho têm origem em fontes terrestres como como lixeiras e aterros, rios e descargas de águas pluviais, efluentes industriais e urbanos, resíduos abandonados nas praias e zonas costeiras, descarregamentos em locais impróprios, entre outros (ICF & Eunomia, 2018; Jambeck *et al.*, 2015; Martinho, 2016). Na União Europeia, 80 a 85% do lixo marinho são compostos por plástico, com artigos de uso único (*Single Use Plastics*) representando 50%, nos quais se incluem as BdC. Em resumo, o problema do lixo marinho, em particular do plástico e dos microplásticos, causa prejuízos económicos, para as comunidades costeiras, no turismo, na navegação e pesca, no ecossistema, na saúde (humana e dos animais), na cultura e na vida quotidiana (AEA, 2016b; Bourzac, 2019; Peixoto *et al.*, 2019; Welle & Franz, 2018; Yang *et al.*, 2015).

Os dados recolhidos permitem estimar que os resíduos de plástico correspondem a 80% a 90% de todo o lixo encontrado em praias e zonas costeiras, e também em rios, estuários e no fundo marinho. Os itens encontrados em maior número nas praias incluem BdC e filtros, pedaços de plástico e poliestireno, copos e tampas de plástico, bastões de cotonete, sacolas plásticas, pacotes e embalagens de alimento, cordas e cordões e garrafas de bebida (AEA, 2018; UNEP, 2017). Segundo os dois últimos relatórios da Ocean Conservancy International (OCI, 2017, 2018), a BdC segue sendo o mais numeroso dos itens coletados. É-o também nas praias da costa portuguesa e no mar

---

<sup>4</sup> Mesmo quando estamos longe da costa, se não colocarmos o nosso lixo nos locais apropriados, este pode eventualmente originar lixo marinho. O lixo encontra o seu caminho para o mar através dos rios, esgotos, emissários de águas pluviais, empurrado pelo vento, arrastado pelas chuvas ou marés.

do sul da Europa (Barnes, 2011; Curtis *et al.*, 2017; Neves, Sobral, & Pereira, 2015; Slaughter *et al.*, 2011). A sua fragmentação é responsável por poluição microscópica significativa (Healton *et al.*, 2011; Moerman & Potts, 2011; Poppendieck *et al.*, 2016).

Vários estudos evidenciam os efeitos que os microplásticos causam nos oceanos, na economia, no ecossistema, na saúde dos animais e humana, cultura e vida quotidiana (Bourzac, 2019; Cox *et al.*, 2019; Nelms *et al.*, 2019; Peixoto *et al.*, 2019; Welle & Franz, 2018; Yang *et al.*, 2015). Apesar de não haver pesquisas suficientes que explorem seu impacto sobre a economia e a sociedade humana como um todo, estima-se que o declínio de benefícios proporcionados pelos ecossistemas marítimos em consequência da poluição plástica nos oceanos estará custando entre US\$ 500 mil milhões e 2,5 biliões por ano (Beaumont *et al.*, 2019). O custo estimado da limpeza de praias e costa na União Europeia está em torno de 630 milhões de Euros por ano (Comissão Europeia, 2018b). A poluição por plástico e microplástico coloca em risco a provisão de sustento proveniente do mar, bem-estar humano, o património de espécies e turismo. A ingestão, contaminação, diminuição da reprodução e mortalidade dos animais marinhos (mamíferos, peixes e aves) pelos microplásticos acarretarão também impactos no ecossistema várias espécies como baleias, golfinhos e tartarugas marinhas) (Nelms *et al.*, 2019). Foram encontrados microplásticos em mais de 90% das marcas de sal de cozinha testadas globalmente (Kim, Lee, Kim, & Kim, 2018). Fragmentos e microplásticos encontrados em fezes humanas em várias partes do mundo mostram que o plástico entrou na cadeia alimentar humana (Liebmann *et al.*, 2018). Os possíveis impactos na saúde humana incluem inflamação, genotoxicidade<sup>5</sup>, e várias patologias associadas com doença cardiovascular, cancro e doenças autoimunes (Arias-Andres, Klümper, Rojas-Jimenez, & Grossart, 2018; Azoulay *et al.*, 2019; Efferth & Paul, 2017; Wright & Kelly, 2017).

### **Programas internacionais: Diagnósticos e literatura normativa**

Desde 1991 que várias nações vêm adotando estratégias e políticas internacionais para reduzir os plásticos de uso único, o que se intensificou a partir de

---

<sup>5</sup> Genotoxicidade refere-se à capacidade de alguns agentes químicos de danificar a informação genética no interior de uma célula, causando mutações ou induzindo modificações na sequência nucleotídica ou da estrutura do ADN de um organismo vivo.

2014, após o amplo reconhecimento de que este é um problema global no ambiente marinho. Políticas e esforços legislativos para reduzir a poluição marinha continuam a ser recomendadas, algumas ferramentas foram revisadas e muitas estão ainda por ser implementadas. Além disso, elas são implementadas inconsistentemente e de modo faseado, exigindo mais monitorização e acompanhamento (Xanthos & Walker, 2017).

A comunidade internacional vem criando um quadro jurídico de resoluções e medidas para o combater o crescimento da poluição dos oceanos pelo plástico. O combate ao lixo marinho está entre as proposições aprovadas pelos 193 países no foro do Programa Ambiental das Nações Unidas. A proposição destaca a importância da eliminação dos microplásticos dos oceanos e de ações para prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha até 2025 (UNEP, 2017, 2018a, 2018b). O mesmo vem ocorrendo para dentro da União Europeia (Figura 1).

**Figura 1. Principais documentos normativos da União Europeia sobre redução da poluição por plásticos**

<b>Green Paper Plastic Waste</b> • 07/03/2013 • Estratégia europeia para os resíduos de plástico no ambiente	<b>Plastic Bags Directive</b> • 29/04/2015 • Redução do consumo de sacos de plástico leves	<b>Circular Economy Action Plan</b> • 02/12/2015 • Fechar o ciclo plano de ação da UE para a economia circular
<b>EU Plastics Strategy</b> • 16/01/2018 • Uma Estratégia Europeia para os Plásticos na Economia Circular	<b>Waste Package</b> • 30/05/2019 • Relativa a embalagens e resíduos de embalagens	<b>Single-Use Plastics Directive</b> • 05/06/2019 • Relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente

Fonte: Elaborado pela autora.

Estudos e sugestões de soluções para mitigar a problemática passam por abordagem colaborativa, desde a inclusão de uma meta de redução do tabagismo, como preconizada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU<sup>6</sup>, até às soluções de destinos para os resíduos. Já foram elaboradas cartilhas de possíveis soluções integradas, envolvendo governo, sociedade civil, agências e autoridades de saúde, e

---

<sup>6</sup> “Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde em todos os países, conforme apropriado”. <https://www.unric.org/pt/ods-link-menu/31972-objetivo-3-saude-de-qualidade>

finanças ambientais. Entre estas propostas, encontra-se a responsabilização dos consumidores com proibições e multas por descarte inadequado dos resíduos. Tais soluções devem ser coordenadas nacional e internacionalmente para regulamentar os impactos ambientais e taxações (Novotny, 2013; Tobacco Control Legal Consortium, 2013; Truth Initiative, 2018; WHO, 2017a).

A Comissão Europeia publicou oficialmente em maio de 2018 a primeira “Estratégia Europeia para os Plásticos na Economia Circular” (Comissão Europeia, 2018a). Por seu lado, a Diretiva sobre Plásticos de Uso Único (Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia, 2019) requer dos Estados-Membros da UE a adoção até 2020 de medidas, tais como a proibição ou restrição do uso de plástico em certos produtos, adaptações de *design* dos produtos atuais, metas de redução do consumo, responsabilidade alargada do produtor, além de objetivos de recolha seletiva de 90% de garrafas de bebidas de plástico descartáveis, requisitos de rotulagem e medidas de sensibilização. É esperado que as recentes disposições acerca dos plásticos descartáveis de uso único possam mitigar a problemática do lixo marinho (Comissão Europeia, 2018c). Com estas medidas, estima-se que reduzirá a conta dos danos ambientais causados pela poluição por plástico na Europa até 2030 em 22 mil milhões de Euros (Parlamento Europeu, 2018).

Nesta mesma diretiva estão previstas novas obrigações, como sejam:

- 1) Requisitos de marcação: A partir de dois anos após a entrada em vigor da diretiva (2021), os produtos colocados no mercado devem ostentar uma marcação claramente legível e indelével na embalagem ou no próprio produto, informando os consumidores da presença de plástico no produto, dos modos apropriados de descarte dos resíduos e das opções de gerenciamento.
- 2) Responsabilidade Alargada do Produtor: Até 5 de janeiro de 2023, em relação aos produtos de tabaco com filtro, prevê a imputação ao produtor do custo da limpeza e da recolha de resíduos que sejam descartados nos sistemas de recolha públicos, da infraestrutura de recolha e do seu funcionamento, bem como do posterior transporte e tratamento desses resíduos, das medidas de sensibilização, da recolha de dados e da comunicação de informações.

- 3) Campanha de sensibilização: Medidas de sensibilização para incentivar o comportamento responsável dos consumidores, com o objetivo de reduzir os resíduos, informar os consumidores sobre a disponibilidade de alternativas reutilizáveis e de sistemas de reutilização, as opções mais adequadas de gestão de resíduos disponíveis, além dos impactos ambientais das más práticas de disposição.

### Quadro 1. Resumo da Diretiva sobre os Plásticos de Uso Único na UE

1) Talheres, pratos, canudos e agitadores 2) cotonetes	Proibição de produtos de plástico oxodegradáveis e poliestireno expandido de uso único como cutelaria, pratos, palhetas (canudos), agitadores e cotonetes feitos com plástico, para serem substituídos por alternativas mais sustentáveis, onde as alternativas estão prontamente disponíveis e acessíveis.  *Um reforço do princípio do poluidor-pagador através da introdução da responsabilidade alargada do produtor, no qual deverão contribuir com os custos da gestão e limpeza, coleta, tratamento de resíduos, medidas para a consciencialização, além de introduzir novas rotulagens/classificação sobre o impacto ambiental do produto e opções de reciclagem para os consumidores.
*3) Recipientes/embalagens para alimentos *4) Copos para bebidas	Metas significativa de redução do consumo Nacional disponibilizando produtos alternativos no ponto de venda ou assegurando que produtos plásticos descartáveis não possam ser fornecidos gratuitamente.  *Os produtores deverão contribuir com os custos da gestão e limpeza, coleta, tratamento de resíduos, medidas para a consciencialização, além de introduzir novas rotulagens/classificação sobre o impacto ambiental do produto e opções de reciclagem para os consumidores. Um reforço do princípio do poluidor-pagador através da introdução da responsabilidade alargada do produtor (Em especial para o tabaco).
*5) Garrafas plásticas *6) Filtros/BdC *7) Sacolas/bolsas plásticas *8) Embalagens/pacotes especiais de comestíveis	Garrafas plásticas, meta de recolha seletiva de 90% para garrafas plásticas, meta vinculativa de, pelo menos, 25% de plástico reciclado para as garrafas a partir de 2025, e em 2030 todas as garrafas de plástico terão de respeitar um objetivo de, pelo menos, 30% de material reciclado. Adaptações dos atuais, Recipientes de bebidas de uso único feitos com plástico só serão permitidos no mercado se as suas tampas permanecerem unidas.  Além das medidas existentes na Diretiva de Sacos de Plástico.  <b>*Um reforço do princípio do poluidor-pagador através da introdução da responsabilidade alargada do produtor, no qual deverão contribuir com os custos da gestão e limpeza, coleta, tratamento de resíduos, medidas para a consciencialização, além de introduzir novas rotulagens/classificação sobre o impacto ambiental do produto e opções de reciclagem para os consumidores.</b>
9) *Toalhetes/lenços húmidos e artigos de higiene	Novos requisitos de rotulagem clara e padronizada para pensos higiénicos e toalhetes húmidos para informar os consumidores sobre o impacto ambiental negativo do produto, a presença de plásticos e como eliminá-lo adequadamente.  *Um reforço do princípio do poluidor-pagador através da introdução da responsabilidade alargada do produtor, no qual deverão contribuir com os custos da gestão e limpeza, coleta, tratamento de resíduos, medidas para a consciencialização, além de introduzir novas rotulagens/classificação sobre o impacto ambiental do produto e opções de reciclagem para os consumidores.
*10) Vara/haste de plástico para balões e balões	Haste de plástico para balões e os balões devem ser banidos e substituídos por alternativas sustentáveis.  *Um reforço do princípio do poluidor-pagador através da introdução da responsabilidade alargada do produtor, no qual deverão contribuir com os custos da gestão e limpeza, coleta, tratamento de resíduos, medidas para a consciencialização, além de introduzir novas rotulagens/classificação sobre o impacto ambiental do produto e opções de reciclagem para os consumidores.
11) Material de pesca	Os produtores de artes de pesca que contenham plásticos serão obrigados a cobrir os custos da recolha de resíduos das instalações portuárias de receção, do transporte e tratamento. Eles também cobrirão os custos das medidas de consciencialização.  *Um reforço do princípio do poluidor-pagador através da introdução da responsabilidade alargada do produtor para garantir que os fabricantes e não os pescadores arquem com custos das redes perdidas no mar, além de limpeza, coleta, tratamento de resíduos, medidas para a consciencialização

Fonte: Elaborado pela autora, sobre Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia (2019).

Os Estados-Membros porão em vigor as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para darem cumprimento à diretiva até dois anos após a data de entrada em vigor (em meados de 2021).

### Possíveis soluções de valorização do resíduo BdC

A análise prospetiva de uma patente visando o reaproveitamento de fibras de acetato de celulose e filtros de cigarro, para obtenção de celulose e papel, encontrou mais de 3.000 resultados com patentes concedidas ou solicitadas, dos quais 12 lhe

mereceram destaque, tais como tecnologias de valorização das BdC para produção de celulose, possível de ser usada na produção de papel e de outros derivados, ou a utilização da BdC para obtenção de composto orgânico para solo aplicável em áreas degradadas (Dias *et al.*, 2018). Abordo em seguida algumas das possibilidades sugeridas na literatura científica e de comunicação pública.

**Utilização em compostagem:** O processo de compostagem dos orgânicos utilizando as BdC é a construção de um produto com valor agregado. Os equipamentos de processamento poderiam ser implantados em escolas, universidades, hospitais, juntas de freguesia, empresas, etc. O ciclo do resíduo para a compostagem implicaria a instalação de coletores urbanos e individuais especiais para o resíduo, com os devidos cuidados com o tipo de material e o *design* utilizado; recolhas semanais com logística própria, feitas com meio de transporte com a menor emissão de CO<sub>2</sub>; desintoxicação através da compostagem, acrescentando-se insumos e enzimas para tirar o odor e tratar bacteriologicamente, e orgânicos limpos como podas de árvore, restos de madeira, serradura, folhagem, restos de alimentos, etc. A biomassa resultante poderia ser usada em hidrossemeadura, ou exposta, em praças, jardins, canteiros, hortas, recuperação de áreas queimadas, etc. Estes equipamentos e processos não deixam chorume<sup>7</sup> (Carvalho, 2017; Menezes, 2011; VGResíduos, 2019; Semesp, 2016).

**Incineração para valorização energética:** As BdC poderiam ser encaminhadas para incineração junto com outros resíduos com potencial de valorização energética. (Abrantes, 2016). Para um processamento sustentável do resíduo, não pode haver acumulação; o mesmo necessita de ser totalmente reutilizado, reciclado ou recuperado. Entre as estratégias para atingir esse objetivo estão as tentativas de recuperar energia de resíduos sólidos urbanos (RSU). Estes são constituídos por 60% de resíduos carbonáceos incinerados, gerando energia utilizável. A incineração diminui até 70% das quantidades de RSU, mata patógenos e, além disso, dependendo da localização das instalações, pode reduzir a distância a que os resíduos municipais precisam ser transportados. No entanto, trata-se de uma dicotomia entre o que é tecnicamente viável e economicamente inviável. A tecnologia é praticada em muitos países, no entanto é

---

<sup>7</sup> O líquido percolado, também denominado chorume, é um líquido turvo e malcheiroso proveniente da mistura de lixo e água. Ele é altamente poluente, sendo frequentemente relacionado à poluição dos lençóis freáticos. É resultado da degradação e solubilização de resíduos sólidos.



considerada um contribuinte para a liberação de dioxinas, sendo prejudicial ao ambiente e à saúde humana, do que resultam problemas novos para resolver, principalmente em países em desenvolvimento. Os países economicamente desenvolvidos conseguiram alcançar uma incineração relativamente “limpa” de RSU, implementando medidas rigorosas de controle de poluição, as quais, no entanto, podem vir a comprometer custos, margens e lucros. A tecnologia não fornece solução para um problema de geração de RSU, que deverá dobrar até 2025 (Abbasi, 2018; Cruz & Marques, 2014; Paiva, 2017).

**Fabrico de tijolos:** Existem pesquisas sobre a reutilização de BdC no fabrico de tijolos de argila, com efeitos positivos como leveza, reduzido encolhimento, porosidade, propriedades térmicas e resistência. O alto poder calorífico e o processo de queima em alta temperatura permitiram a volatilização e a eliminação dos metais pesados/tóxicos inerentes a BdC, absorvidos pelas medidas de controle de poluição. Verificou-se que as concentrações residuais eram insignificantes e se enquadravam nos níveis aceitáveis de metais pesados (Kadir & Mohajerani, 2011). Os pesquisadores recomendam que para utilização deste método em outras partes do mundo são necessários testes locais, para levar em conta variações das características ambientais e das matérias primas (Kadir, 2010). Em Portugal, há um estudo em andamento do projeto E-Tijolos, que consiste integrar BdC nos componentes na fabricação dos tijolos tradicionais. Para a recolha seletiva da matéria prima (BdC) desenvolveram um coletor com um *design* diferenciado. A possibilidade ainda está a ser estudada cientificamente em todas as dimensões, nomeadamente a nível de emissões gasosas na cozedura dos tijolos, toxicidade nos tijolos, etc. Será ainda preciso comprovar a viabilidade económica, encontrar investidores e parceiros, garantir um fluxo de recolha seletiva para segurar uma produção em larga escala e com a atenção de não causar danos ambientais (Gromicho, 2019).

**Processamento para pasta de celulose:** Este processo foi desenvolvido pela Universidade de Brasília e posteriormente patenteada por uma empresa privada. As BdC são fervidas em água a 100 graus e cozidas horas com a solução desenvolvida para “anular” as substâncias tóxicas. O material resultante é filtrado e a água residual decantada. Amostras do líquido produzido são analisadas para controle ambiental. A polpa cozida e lavada para o complemento da desintoxicação. As fibras são trituradas,

formando uma massa celulósica sem elemento patogênico ou tóxico, matéria prima para a fabricação de papel. O processo de reciclagem da BdC está patenteado, sendo necessário analisar o investimento do seu uso, bem como custos de instalações de equipamentos, espaço e mão-de-obra, e a relação custo-benefício. Seria ainda preciso analisar a percentagem de redução e/ou eliminação dos metais pesados e tóxicos inerentes a BdC e adequá-las às normas e padrões de Portugal e União Europeia, além de investigar os efeitos colaterais que o processo de reciclagem de papel tem em termos de uso produtos químicos ou tóxicos e como estes são descartados. (Globo G1, 2016; Manzoli, 2016).

### **Justificativa da pesquisa**

Considerando tudo o que ficou exposto, o tema desta dissertação situa-se claramente no âmbito científico e de intervenção do Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, ao debruçar-se sobre um problema ambiental global, decorrente de comportamentos humanos e que pode se enquadrar no conceito de *Wicked Problems*, para os quais não há uma solução política óbvia, clássica e convencional pelos indivíduos e organizações envolvidas, por conta de conflito, falta de interesse e conhecimento.

A pesquisa interventiva realizada para a presente dissertação visa contribuir com os seus resultados para a consciencialização e a criação, às escalas nacional e local, de soluções institucionais para a mitigação dos problemas causados pelo descarte inadequado das BdC. Como tal, inscreve-se nos desígnios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), designadamente:

**3.9** “reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo” (p. 22);

**6.3** “melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente” (p. 25);

**6.6** “proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos” (p.25);

**11.6** “reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros” (p. 30);

**12.4** “alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente” (p. 31);

**12.5** “reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso” (p. 31);

**12.8** “garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza” (p. 31);

**14.1** “prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes” (p. 33).

## **Capítulo 2. Legislação e regulamentação em Portugal**

### **Política ambiental em Portugal**

O direito fundamental é uma Lei de Bases para as questões ambientais iniciou-se na Constituição da República Portuguesa em 1976. Todavia, na prática, a primeira ação de um processo político, legal, e institucional das políticas públicas de ambiente data de 1987. Os percursos históricos e políticos de Portugal reverberam os problemas ambientais nas últimas décadas, seja pela ausência de uma cultura de participação e de intervenção cívicas, difícil integração do ambiente em outras políticas públicas; entretanto, os avanços em matéria de política ambiental foram ditados por impulso e pressão externos, mais do que por empenho dos responsáveis (Tavares, 2013).

Em 1990, foi criado o Ministério do Ambiente, mais tarde associado às Cidades e ao Ordenamento do Território – Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente. Atualmente designa-se Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Foram também criadas as Direções Regionais do Ambiente e Ordenamento do Território. Em 2006, foi constituída a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que tem por missão propor, desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente, exercendo também as funções de Autoridade Nacional de Avaliação do Impacto Ambiental. Para se enquadrar e acompanhar a evolução a nível mundial, Portugal tem buscado um desenvolvimento social e económico de forma sustentável. A APA procura desenvolver, promover, apoiar e subsidiar iniciativas de educação, formal ou não, de organizações públicas e privadas que possuem práticas de cidadania consciente, responsável e ativa com base ambiental. Acreditam e consideram que associações, organizações, ONG podem colaborar e potencializar ações da administração pública em seus vários níveis no que tange ao ambiente e desenvolvimento sustentável. As políticas de avaliação de Portugal estão fortemente guiadas pelos preceitos da União Europeia, que obriga os Estados-Membros a realizarem atividades de avaliação sistemáticas e obrigatórias que justifiquem os programas de ajuda. A atividade de avaliação vem ocorrendo em Portugal há anos, com uma aceleração e mudança qualitativa, no entanto ainda não reverteu num sistema de avaliação consolidada (Tavares, 2013).

Em Portugal, as BdC ainda não são alvo de política pública à escala nacional, e não tem um fluxo específico de recolha, nem de implantação de infraestrutura diferenciada para triagem. As poucas iniciativas que ocorrem são maioritariamente de carácter não-governamental, de associações sem fim lucrativos, e individuais, como atividades de recolha e limpeza do espaço público (praias, jardins, ruas e avenidas das cidades), com o objetivo de diminuir o impacto das BdC no ambiente urbano e no lixo marinho; e de promoção de ações de sensibilização, educação ambiental e consciencialização do inadequado descarte das BdC. Entretanto, o programa público de recolha seletiva de resíduos urbanos existente já comprovou sua eficiência na experiência quotidiana e pode contribuir para implantação de uma política pública pelas entidades reguladoras, classificando a BdC dentro um fluxo para um destino mais próximo do ambientalmente adequado, de acordo com as condições do país. Para tal, seriam necessários alguns ajustes e a introdução de soluções integradas. Recentemente a BdC foi reconhecido como resíduo urbano, atualmente no fluxo de resíduos urbanos de recolha indiferenciada<sup>8</sup>.

### **Instâncias institucionais no processo legislativo e na fiscalização**

Segundo a Constituição da República Portuguesa, o órgão legislativo por excelência é a Assembleia da República, a quem cabe fazer leis sobre todas as matérias (Caupers, Almeida, & Guibentif, 2014) As leis, por definição, são gerais e abstratas, destinam-se a ser aplicadas à generalidade das situações, e não a casos particulares de pessoas ou instituições. O processo legislativo compete aos deputados, Grupos Parlamentares e grupos de cidadãos eleitores<sup>9</sup> para os chamados projetos de lei, do mesmo modo pelo Governo e Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas, nos respetivos âmbitos autonómicos (Assembleia da República, 2019b; Canotilho, 1993; Caupers *et al.*, 2014; Ribeiro, 2018).

---

<sup>8</sup> Os resíduos indiferenciados são os resíduos provenientes das habitações e de atividades industriais (até 1.100l/dia) que vulgarmente designamos por “lixo normal”. Não se procede ao seu tratamento específico, quando recolhidos são enviados para aterro sanitário ou valorização energética (incineração de resíduos).

<sup>9</sup> Artigo 167.º da Constituição e da Lei n.º 17/2003 de 4 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 26/2012, de 24 de julho, Lei Orgânica n.º 1/2016, de 26 de agosto, e Lei n.º 52/2017, de 13 de julho, subscritos por um mínimo de 20.000 cidadãos eleitores.

No sistema político-constitucional Português, o Governo da República também tem competência legislativa por via de autorização da Assembleia e no exercício de competência própria, resultante diretamente de habilitação constitucional. As leis que o Governo elabora, previstas no artigo 198.º da Constituição, designam-se Decretos-Leis, assim se distinguindo das Leis propriamente ditas, as aprovadas no parlamento (Caupers *et al.*, 2014).

A Assembleia Municipal é um órgão representativo do Município dotado de poderes deliberativos, que visa a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respetiva população. Tem poderes de fiscalização sobre o executivo municipal e delibera sobre as matérias mais importantes para o município, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da lei. Pode igualmente pronunciar-se sobre outras matérias de interesse para o município e receber petições dos cidadãos e das suas organizações.

As Câmaras Municipais de igual forma têm jurisdição por intermédio das forças políticas representadas (deputados independentes e grupos municipais), das organizações da sociedade civil ou de cidadãos individuais, de apresentar propostas, moções (tomadas de posição política que são enviadas a todas as entidades a quem possam interessar) e recomendações (uma das formas de a Assembleia fiscalizar a ação do executivo). Há múltiplas formas de todos poderem participar e intervir nas reuniões plenárias, inclusivamente os cidadãos, mediante inscrição antecipada (Assembleia Municipal de Lisboa, 2019a).

A Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, Lei n.º 22/2012, de 30 de maio (regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica), Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro (Reorganização administrativa de Lisboa), Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro (Reorganização administrativa do território das freguesias), Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março, veio concretizar os princípios da descentralização administrativa e da subsidiariedade, através de um modelo de distribuição de tarefas e responsabilidades entre os órgãos municipais e os órgãos das freguesias, que visa confiar as competências autárquicas ao nível da administração mais bem colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos.

As competências da Assembleia de Freguesia estão definidas no Artigos de Lei n.º 56-2012 e Lei n.º 75/2013, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais.

No caso de Lisboa, a Câmara Municipal (CML) quer ainda passar-lhes novas atribuições em matéria de resíduos urbanos, em que ficarão também responsáveis pela recolha de sacos junto aos ecopontos e vidrões e caber-lhes-á a tarefa de fiscalizarem a limpeza das ruas e a aplicação das novas coimas, cujos montantes reverterão para os seus próprios orçamentos. No entanto, as Juntas de Freguesia seguem sem poderes legais de fiscalização, para a qual necessitam da intervenção das forças policiais.

Em Portugal os órgãos responsáveis pela fiscalização são os policiais em geral, nomeadamente a Guarda Nacional Republicana (GNR)<sup>10</sup> e a Polícia de Segurança Pública (PSP)<sup>11</sup>, bem como a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT)<sup>12</sup>, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)<sup>13</sup>, que atuam a nível nacional, e ainda as Polícias Municipais e Câmaras Municipais, ao nível local.

Em Lisboa, a fiscalização em matéria de higiene urbana é da competência dos serviços especializados da CML, bem como dos serviços análogos das Juntas de Freguesias. A Polícia Municipal tem também competências nessa área, nomeadamente para a punição de atos que violem os regulamentos municipais de resíduos. Está em processo o estudo de legitimar as Juntas de Freguesias para fiscalizar e multar, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades, tanto nos casos das Juntas de Freguesias como Câmaras Municipais.

### **Adequação das Diretivas Europeias sobre resíduos em Portugal**

Portugal, como Estado-membro da União Europeia, tem de acompanhar e dar concretização às grandes opções comunitárias no âmbito da política ambiental. Assim, foi elaborado um quadro legislativo, em matéria de ambiente, que respeita o Direito

---

<sup>10</sup> A Guarda Nacional Republicana é uma força de segurança de natureza militar de Portugal, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa, com jurisdição em todo o território nacional e no mar territorial.

<sup>11</sup> A Polícia de Segurança Pública é uma força de segurança portuguesa com as missões de defesa da legalidade democrática, de garantia da segurança interna e de defesa dos direitos dos cidadãos.

<sup>12</sup> Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, com direção exercida conjuntamente pelo Ministro da Administração Interna, Ministro do Ambiente e Transição Energética, Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Florestas e Ministro do Mar.

<sup>13</sup> A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica é a autoridade administrativa de Portugal especializada para as áreas de segurança alimentar e fiscalização económica

Internacional, e que fez a transposição das diretivas e normas comunitárias. Os resíduos perigosos são produzidos essencialmente no setor industrial, mas também na saúde, na agricultura, no comércio, nos serviços e até nas casas dos cidadãos comuns.

Segundo o decreto-lei n.º 178/2006, de 5 de setembro,

(...) regime geral de gestão de resíduos são as operações destinadas a prevenir ou reduzir a produção de resíduos, o seu carácter nocivo e os impactes adversos decorrentes da sua produção e gestão, bem como a diminuição dos impactes associados à utilização dos recursos, de forma a melhorar a eficiência da sua utilização e a proteção do ambiente e da saúde humana (APA).

e define-se a gestão de resíduos como

(...) o conjunto das atividades de carácter técnico, administrativo e financeiro necessárias à deposição, recolha, transporte, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos, incluindo o planeamento e a fiscalização dessas operações, bem como a monitorização dos locais de destino final, depois de se proceder ao seu encerramento. (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, 2006).

De acordo com o *Relatório do Estado do Ambiente Portugal 2017* (Fernandes, Guerra, Ribeiro, & Rodrigues, 2017), os objetivos e metas da gestão de resíduos são as de promover a eficiência da utilização de recursos naturais na economia e dissociar o crescimento económico dos impactos relacionados com sua produção.

#### *Plano estratégico de recolha seletiva*

A produção de resíduos em todo mundo, e Portugal não é exceção, tem aumentado significativamente nos últimos anos. Entretanto, é imperativo dissociar o crescimento económico do aumento do consumo de recursos e dos riscos que um sistema linear da economia, assente no seu uso ineficiente e intensivo, acarreta. A transição para a economia circular é por isso incontornável, atendendo à urgência da mudança de paradigma e à necessidade da alteração de comportamentos individuais e coletivos, que transformem o nosso modo de vida e a forma como habitamos esta “casa comum” (Lobo, Nunes, & Santana, 2015).

Portugal tem desde 1996 um plano estratégico de gestão de resíduos sólidos urbanos, atendendo aos princípios estabelecidos na Agenda 21. O avanço alcançado



pelo país nos últimos anos, na gestão de resíduos sólidos urbanos, muito deve às diretivas da União Europeia, particularmente à estratégia geral em matéria de resíduos da Comissão Europeia, que estabeleceu a hierarquia preferencial para a sua gestão: minimização, reutilização, reciclagem, tratamento biológico, tratamento térmico (com ou sem recuperação de energia) e disposição em aterros sanitários, reduzida ao mínimo indispensável. A partir daí, a gestão de resíduos sólidos urbanos foi alterada substancialmente, com a aprovação do primeiro Plano Estratégico Setorial dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU). Outro fator a ser ressaltado é a participação da população portuguesa neste processo, que deu resultados significativos na questão da triagem do lixo doméstico para reciclagem e reutilização. O sucesso se deu não só pela implantação e institucionalização, mas também pela aceitação pública da prática de triagem num espaço de tempo relativamente curto, mediante a interação e ação pública de infraestruturação e sensibilização através de campanhas (Trotta, 2011)

Com novas exigências e necessidades de adaptações, o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2014-2020 (PERSU 2020), aprovado através da Portaria n.º n.º 187-A/2014, constitui o instrumento estratégico para a gestão de resíduos urbanos para o período de 2014 a 2020, definindo os objetivos a atingir e as ações a implementar ao longo do seu período de vigência, bem como os eixos de atuação conducentes à concretização das linhas orientadoras estratégicas definidas (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, 2014). Tem, entre outros objetivos, o de garantir a proteção ambiental e da saúde humana, através do uso de processos, tecnologias e infraestruturas adequadas, abrangendo ainda retomas da recolha seletiva e preparação para reutilização e reciclagem.

O Governo português lançou em 2017 1ª Estratégia Nacional para a Educação Ambiental e sensibilização, que tem como objetivo projetar uma sociedade mais consciente, inovadora, inclusiva e empreendedora, estimulando o debate público sobre os valores associados ao desenvolvimento sustentável. No âmbito desta estratégia, menciona a necessidade de apoiar medidas para apoiar o roteiro para a Neutralidade Carbónica, que a estabelece como meta a alcançar em 2050, e um Plano de Ação para a Economia Circular, que assume um novo paradigma para reduzir o consumo baseado no uso ineficiente e intensivo de recursos, ao mesmo tempo que alavanca a competitividade e valor-acrescentado da economia. A criação das bases políticas, institucionais e legais

é, naturalmente, responsabilidade do Governo. A dimensão dos desafios exige, contudo, a conjugação de esforços e uma estreita cooperação entre todos os sectores da sociedade: a administração pública, os sectores empresarial e industrial, as organizações não-governamentais, a academia, a sociedade em geral e o cidadão individual (Lobo *et al.*, 2015).

#### *Regulamentação do descarte das BdC*

Em Portugal, a maioria das disposições legais anunciadas ou em vigor a respeito das BdC são das Câmaras Municipais e algumas de Juntas de Freguesia. Cada autarquia é responsável por aprovar os regulamentos que definem quais as condutas (permitidas ou proibidas), não existindo até junho/2019 uma lei de âmbito nacional. Entretanto, desde 2002, as Câmaras Municipais incorporaram aos seus regulamentos multas para quem lançar BdC no chão. Apesar das medidas, o problema persiste e não há registos de multas impostas pelas respetivas entidades de fiscalização. Fizemos uma pesquisa nos websites dos municípios, sites de notícias sobre soluções integradas ou não sobre a mitigação da problemática, nomeadamente normas, regulamentações, etc. referente as BdC. Constatámos que eram desenvolvidas, propostas, e incentivadas por organizações sem fins lucrativos ações que não implicavam algum tipo de norma legal, somente as componentes de sensibilização, incentivo à distribuição de cinzeiros, colocação ou reforço de infraestrutura específica. Entre as mais expressivas estão a Missão Beirão (oriunda da entidade Portugal sem BdC) e a Associação Bandeira Azul da Europa. Abaixo são elencadas algumas dessas medidas.

#### **Quadro 2 - Cronologia de política de intervenção sobre a BdC em Portugal**

<b>Localidades ou instituições</b>	<b>Data da Intervenção/Quadro de Ações</b>
<b>Porto Santo</b> <b>Edital n.º 612/2002</b> <b>(2.ª série) - AP</b>	2002. Regulamento de Resíduos Sólidos da Ilha do Porto Santo, são punidas com as coimas indicadas as seguintes contraordenações: i) Lançar papéis, cascas de fruta, pontas de cigarro e quaisquer outros detritos fora dos recipientes destinados à sua recolha, é passível de coima de 15 euros a 50 euros. Qualquer violação ao disposto no presente Regulamento constitui contraordenação que será punível com uma coima. As coimas podem aplicar-se tanto às pessoas singulares, como às pessoas coletivas, bem como às associações sem personalidade jurídica. A fiscalização das disposições do presente Regulamento compete aos fiscais municipais, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e às autoridades sanitárias. Qualquer entidade de direito público ou direito privado, bem como

<b>Localidades ou instituições</b>	<b>Data da Intervenção/Quadro de Ações</b>
	qualquer particular, devem denunciar às autoridades indicadas no número anterior a prática de qualquer contraordenação.
<b>Arroios, Junta de Freguesia</b>	<p>2016. Projeto ao abrigo do orçamento participativo “Cinzeirão - Cada lixo no seu lugar”, teve por objetivo instalar cinzeiros na área geográfica da freguesia (duração de um ano) com campanha de sensibilização para comportamentos responsáveis e distribuição de "cinzeirões" (cinzeiros grandes) e porta-BdC na área geográfica da freguesia com maior concentração de fumadores e panfletos informativos em várias línguas, dada a presença de mais de 70 nacionalidades na freguesia em parceria com a iniciativa Portugal Sem BdC. O objetivo era que as pessoas utilizem estes equipamentos e depois descarregassem as BdC nos contentores (2 pontos da Freguesia), posteriormente as BdC eram recolhidas de forma seletiva (pois estavam nos contentores específicos). Devido a vandalização de alguns equipamentos e a sua não-manutenção colocou em causa os resultados. O projeto ficou inoperante até 2019.</p> <p>2019. Membro de uma associação solicitou o Missão Beatão a reativação do projeto com ações bimestrais.</p>
<b>Abrantes, Espinho, Esposende, Ílhavo, Lousã, Ovar, Penacova, Setúbal, Vagos</b>	2018. Campanha Caça à Beata, no âmbito do Programa Nacional de Vigilância Bandeira Azul, durante a época balnear com o objetivo sensibilizar para a problemática das BdC e o lixo marinho.
<b>Funchal</b>	<p>2018. Campanha Caça à Beata, no âmbito do Programa Nacional de Vigilância Bandeira Azul, durante a época balnear com o objetivo sensibilizar para a problemática das BdC e o lixo marinho. Edição do quarto ano da Campanha "Funchal sem beatas". Foram Fixadas 40 placas em locais com elevada deposição de BdC, para alertar para o valor da coima da deposição incorreta de BdC e, distribuição de autocolantes a comerciantes e transeuntes, a alertar para esta situação.</p> <p>2015. Câmara Municipal de Funchal através do Departamento do ambiente instituiu no Regulamento de Resíduos Sólidos e Comportamentos Poluentes no Concelho do Funchal, lançar para o chão BdC de cigarro, entre outros resíduos, constitui contraordenação punível com coima de 25 a 50€. Instalação de centenas de cinzeiros pela cidade. 2016 Segunda Edição da Campanha “Funchal Sem BdC”, componente de educação ambiental, sensibilização dos turistas, distribuição de <i>flyers</i> e voluntários para recolha de BdC, participação de escolhas, centro infantil, infantários e semi-internato. Aumento de 50% de papeleiras com cinzeiro, de 250 para 600 unidades, instalação de eco-pontas educativo com perguntas periódicas de caráter geral em inglês e português, distribuição de 2.000 eco-cinzeiros, pessoais, portáteis e 100% recicláveis no âmbito da campanha, que decorreu na zona centro e na zona hoteleira do Funchal. 2017. Terceira Edição</p>
<b>Leiria</b>	2015. Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos,

Localidades ou instituições	Data da Intervenção/Quadro de Ações
	<p>Limpeza Urbana e Higiene Pública, constituem contraordenações leves: Lançar pontas de cigarro, restos de tabaco, embalagens, papéis ou outros detritos na via pública e demais espaços públicos, nomeadamente no areal. No areal da praia do Pedrógão é proibido deitar, lançar ou abandonar resíduos urbanos, nomeadamente pontas de cigarros. Fiscalização e regime sancionatório Artigo 70. Fiscalização 1 - A fiscalização do cumprimento das normas do presente regulamento compete ao presidente da Câmara Municipal de Leria, com faculdade de delegação nos vereadores, bem como às demais autoridades administrativas e policiais, nos termos definidos por lei. 2 - No exercício da atividade de fiscalização, o Presidente da Câmara Municipal de Leiria, é auxiliado por trabalhadores municipais com formação adequada, a quem incumbe preparar e executar as suas decisões. 3 - O Presidente da Câmara Municipal de Leiria pode ainda solicitar a colaboração de quaisquer autoridades administrativas ou policiais. 4 - As autoridades administrativas, policiais e entidades adjudicatárias de serviços municipais que verifiquem infrações ao disposto no presente regulamento devem elaborar os respetivos autos de notícia ou participações e remetê-los, logo que possível, ao Município de Leiria.</p>
<b>Lisboa</b>	<p>2019 (maio) Recomendação 068/03: Pelo fim das BdC nas ruas de Lisboa.</p> <p>2019 (maio) Moção 068/01: Políticas públicas para a classificação e tratamento adequado dos resíduos de filtros de cigarro, aprovados.</p> <p>Câmara Municipal de Lisboa anunciou alterações ao Regulamento de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana incluindo a criação de novas contraordenações, entre as quais Artigo 44 entre as quais b) Lançar para o chão qualquer resíduo, nomeadamente papéis, latas, vidros, restos de alimentos, BdC e outros resíduos que comprometam a segurança e salubridade públicas. Sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades, a fiscalização do cumprimento das normas previstas no presente regulamento é da competência da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa, nos termos das competências decorrentes da Lei da Reorganização Administrativa de Lisboa. Artigo 57.º. Constitui contraordenação punível com coima de (euro) 50,00 a (euro) 1.000,00, no caso de pessoas singulares, e de (euro) 150,00 a (euro) 8.000,00 no caso de pessoas coletivas, a prática das seguintes infrações a seguir indicadas: n) Lançar para o chão BdC, charutos e outros cigarros, bem como maços de tabaco vazios e pastilhas elásticas; O processamento das contraordenações previstas no artigo 57.º compete à Junta de Freguesia territorialmente competente e a aplicação das coimas e sanções acessórias é da competência do Presidente da respetiva Junta de Freguesia, com faculdade de delegação em qualquer dos outros membros da Junta de Freguesia, sem prejuízo de competências de outras entidades de acordo com a legislação em vigor. Artigo 47.º Áreas de ocupação comercial 1 – Os estabelecimentos comerciais, nomeadamente de restauração e bebidas, devem proceder à limpeza</p>

Localidades ou instituições	Data da Intervenção/Quadro de Ações
	diária das suas áreas confinantes e respetiva zona de influência, bem como as áreas objeto de licença de ocupação de via pública com equipamentos, nomeadamente esplanadas, quiosques, bancas ou roulottes, removendo os resíduos e depositando-os nos termos estabelecidos no presente regulamento nos equipamentos de deposição que lhe estejam afetos. 2 – Os estabelecimentos comerciais, nomeadamente de restauração e bebidas, devem dispor de cinzeiros e de equipamentos próprios para deposição dos resíduos indiferenciados e seletivos, produzidos pelos seus clientes, nomeadamente recipientes dotados de especificidades facilitadoras da sua utilização, como sendo a existência de tampas basculantes ou outros meios, por forma a impedir o espalhamento de resíduos na via pública
<b>Oeiras</b>	<p>2016. Câmara Municipal de Oeiras aprovou o regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza e Higiene Urbana, em que é proibido lançar para o chão qualquer resíduo, nomeadamente papéis, latas, vidros, restos de alimentos, BdC, charutos e outros cigarros, bem como maços de tabaco vazios e outros resíduos que comprometam a segurança e salubridade públicas, podendo constituir uma contraordenação punível com coima de 50 a 1000 euros a prática dessa infração. Lançar quaisquer detritos ou objetos nas sarjetas, sumidouros e cursos de água. Fiscalização e Regime Sancionatório: Sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades, a fiscalização do cumprimento das normas previstas no presente regulamento é da competência do Município de Oeiras.</p> <p>2017. Numa ação de sensibilização da campanha "Quebre o hábito, BdC são lixo, não deite no chão", suporte de comunicação urbana e digital distribuído porta-a-porta aos moradores daquela localidade, distribuição de cinzeiros aos fumadores, além da participação dos jovens do projeto de limpeza municipal e integração social “Jovens em Movimento”. Previsão da colocação de cinzeiros nas papelarias de rua em todo o concelho.</p>
<b>Santarém</b>	2017. O município colocou equipamentos para recolha das BdC em seis pontos do centro histórico da cidade. Campanha de sensibilização “be.eco – um fumador responsável” com o mote “Beata de cigarro é no ECO Beata de cigarro”. Na primeira fase da campanha, a câmara disponibiliza cinco mil “eco.be” (porta-BdC gratuitamente através de um apoio monetário da Delta Cafés, no qual os fumadores podem levá-los no Posto de Turismo e posteriormente fazer a sua descarga num dos seis ECO Beata de cigarro da cidade. Os resíduos vão ser encaminhados para valorização energética, numa parceria com a Missão Beatão. 2019. Instalação de mais 4 equipamentos.
<b>Penha de França, Junta de Freguesia (Lisboa)</b>	2019 8 (abril) Recomendação nº3 PAN “O espaço público não é um cinzeiro!” Estas medidas surgem no âmbito da nomeação de Lisboa enquanto Capital Verde Europeia 2020. Estratégia multidimensional de combate aos resíduos urbanos, particularmente à ubíqua BdC, e aos atentados ambientais. Reforço e adequação da infraestrutura atual dos

<b>Localidades ou instituições</b>	<b>Data da Intervenção/Quadro de Ações</b>
	locais com maior pressão humana. Desenvolvimento de campanha de sensibilização da população da Penha de França, sugerem que sejam realizados protocolos com entidades/ movimentos da sociedade civil/ associações para que seja possível dar um destino às BdC recolhidas que tenha o menor impacto ambiental possível e o menor custo financeiro.
<b>Alvalade, Junta de Freguesia (Lisboa)</b>	Entrega de cinzeiros para os comerciantes colocarem à porta dos seus estabelecimentos, mediante candidaturas para os proprietários que estejam interessados em receber um cinzeiro sem encargos, porém ao receber os cinzeiros assumem a responsabilidade de os acondicionar no interior dos seus estabelecimentos durante o horário de fecho e de promover a sua limpeza. O grande objetivo desta iniciativa da autarquia é evitar a deposição de BdC nas ruas da freguesia.
<b>Campolide, Junta de Freguesia (Lisboa)</b>	2019 (abril) Após reunião/entrevista com membro do executivo, a Junta volta a disponibilizar aos comerciantes da Freguesia, cinzeiros de pé e de mesa, para colocação à porta e/ou nas esplanadas. Podem ser levantados gratuitamente no balcão de atendimento da Junta, limitada ao stock existente, além do cartaz “Beata do meu coração, apaga-se aqui e nunca no chão”.
<b>Assembleia da República</b>	2019 (maio/julho). Projeto-lei n.º 1214/XIII/4ª - Regulamenta o fim que deve ser atribuído às pontas de cigarros.

## Capítulo 3. Revisão da literatura

### Políticas ambientais e sustentabilidade

O conceito de política pública vai além da perspectiva do Estado em ação, seus programas e atividades com objetivos explícitos, traduzidos em dispositivos político-administrativos coordenados; inclui, além das ações, também as omissões do Estado em relação às demandas da sociedade. Os processos cognitivos de formulação de políticas públicas relacionam uma abordagem que estabelece a importância das dinâmicas de construção social da realidade na determinação de quadros e de práticas socialmente legítimas, em uma dada conjuntura. As ideias e valores representam informações que os formuladores de políticas utilizam para reconhecer determinado problema e decidir a melhor maneira de agir. Assim, os valores pessoais atravessam a elaboração das políticas públicas que definem o discurso governamental e sua própria ação (Carvalho *et al.*, 2011).

Pode-se definir política ambiental como um conjunto de metas, instrumentos, ações e práticas tomadas por governos com o intuito de preservar o ambiente ou reduzir os impactos negativos gerados principalmente pelo crescimento econômico e urbano, e para garantir o desenvolvimento baseado por princípios e valores ambientais apoiados na sustentabilidade. Sendo assim, a política ambiental traduz as estratégias orientadoras para a gestão sustentável dos recursos naturais e de proteção do ambiente (Assis, Malheiros, Fernandes, & Philippi, 2012; Lustosa & Young, 2013). A implantação de uma política ambiental é necessária para impor aos agentes a adoção práticas e procedimentos sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os instrumentos de política ambiental têm como principal objetivo incorporar custos ambientais externos (Berkes, 2010; Tompkins & Adger, 2004). Os seus modelos e abordagens são sistematizados das formas estratégicas a seguir:

**Comando e Controle ou regulação Direta:** Representa a adoção crescente de padrões de qualidade ambiental como metas de políticas. Implica o controle direto através de legislação sobre as atividades que estão emitindo os poluentes, definindo os limites da sua legalidade. O papel da gestão dos recursos ambientais é desempenhado por um órgão regulador ou agência governamental, tendo como meta de política o interesse comum. Esse órgão ou agência estabelece normas, controles, procedimentos,

regras, limiares de qualidade e padrões a serem adotados e seguidos pelos agentes poluidores, procede a licenciamento, bem como a fiscalização e aplicação de sanções. Neste sistema, as leis são colocadas para mudar o comportamento, para seu devido cumprimento é preciso um sistema de fiscalização eficiente, bem como aplicação das penalidades, sem o que política torna-se ineficiente. Se o custo de cumprir a lei for maior do que as penalidades pelo incumprimento, o agente poluidor pode operar de acordo com a sua conveniência (Holling & Meffe, 1996).

Os instrumentos de comando e controle são eficazes devido à sua simplicidade, facilidade de compreensão e clara identificação dos alvos. Permitem economizar recursos financeiros e tempo, fornecendo informações e orientações gerais e processos de planejamento e financiamento das ações para resolver os problemas em questão. Por outro lado, podem ser injustos, pois não levam em consideração diferenças como o tamanho de empresa, tipo de atividade e quantidade de poluente que cada um lança no ambiente; e podem ter efeitos perversos, particularmente quando as agências responsáveis perdem de vista os seus fins últimos para passarem a concentrar-se na eficiência do controle. Normalmente, as estratégias de comando e controle são implementadas de cima para baixo (*top-down*), perdendo-se o apoio popular. Como resultando, obtém-se uma implantação operacional onerosa, lenta e possivelmente ineficiente (Holling & Meffe, 1996; PIDS, 2003).

**Gestão comunitária de recursos naturais:** Estratégia de parcerias que ajustam os objetivos de preservar o ambiente com retornos económicos para as comunidades locais pelo uso sustentável dos recursos, adotando iniciativas de baixo para cima (*bottom-up*), pressupondo que as comunidades locais estão em melhor posição para conservarem os recursos ambientais. Para tal, os benefícios devem ser superiores aos custos da sua conservação e precisam estar diretamente ligados à melhora na qualidade de vida percebida. É importante uma educação ambiental e sensibilização sobre a relevância dos recursos naturais para as comunidades e as implicações resultantes da exploração insustentável, contribuindo para a responsabilização das comunidades locais no controle e envolvimento participativo na exploração sustentável dos recursos naturais (IFAD, 2006).

**Gestão integrada de recursos naturais:** Busca integrar o maior número possível de agentes sociais na organização e no planejamento das intervenções, de modo



a mitigar possíveis futuros conflitos. Tem com objetivos dirigir, orientar e influenciar de forma coordenada as atividades humanas que se desenvolvem num sistema ambiental específico, no sentido de atingir um equilíbrio sustentável entre objetivos de curto e longo prazo. Para este modelo são necessárias, entre outros aspetos, a orientação por objetivos, a proatividade (ter iniciativa e reconhecer oportunidades para a elaboração de estratégias que permitam atingir um cenário desejado, e a Gestão estratégica (diagnóstico, formulação de medidas, implementação e acompanhamento) (Waltner-Toews & Kay, 2005).

**Instrumentos económicos:** Também designados de instrumentos de mercado, têm como objetivo internalizar os custos que não seriam normalmente incorridos pelo poluidor ou usuário. Incentiva a que que tecnologias menos intensivas em bens e serviços ambientais, e comportamentos proambientais, sejam estimulados pela redução de despesa fiscal que será obtida em função da redução da carga poluente ou da taxa de extração (Derani & Souza, 2013; Lustosa & Young, 2013).

Como é evidente, toda e qualquer política requer avaliação de processos e de resultados. A avaliação das políticas públicas é o acompanhamento do processo de decisão política, visando identificar os resultados almejados produzidos, bem como os possivelmente indesejados, os chamados efeitos perversos. Uma avaliação de política pública auxilia a boa gestão e utilização dos recursos, através do desenvolvimento de avaliações de qualidade, apoiadas em evidências sobre a eficácia, eficiência e impacto das intervenções e sua correspondência aos objetivos políticos visados. Pretende da mesma forma, reforçar a qualidade na prestação de contas aos cidadãos e cumprir as obrigações regulamentares, comunitárias e nacionais, em matéria de avaliação (Assis, Malheiros, Fernandes, & Philippi, 2012; Crabb & Leroy, 2012; AEA, 2016b; Mickwitz, 2003; Trevisan & Van Bellen, 2008).

A rápida evolução dos instrumentos de política ambiental, a sua complexidade e, sobretudo a inexistência de modelos de avaliação padronizados são apontadas como fatores para o lento progresso das avaliações de políticas ambientais. O modelo FPEIR (Força motriz – Pressão – Estado – Impacte – Resposta), proposto pela OCDE e usado internacionalmente para avaliar, medir e gerenciar o ambiente e construir o desenvolvimento sustentável, será o que permite contemplar mais plenamente a relação entre sociedade, economia, natureza e política. Oferece ainda aos decisores políticos

explicações significativas das relações de causa e efeito, visando definir opções de decisões alternativas, ao invés de soluções rígidas e predeterminadas (Espejel *et al.* 2013; Felinto, Ribeiro, & Braga, 2019). Espejel *et al.* (2013) sugerem combinações com outras formas de acompanhamento e participação inclusiva (de baixo para cima), e um processo construtivista com participação de profissionais inter e multidisciplinares.

### **Resíduos e recolha seletiva**

As políticas de recolha seletiva de resíduos, que promovem a generalização da triagem, da recolha e da disposição diferenciada e controlada dos resíduos domésticos e urbanos de materiais reutilizáveis, recicláveis, ou suscetíveis de valorização por compostagem, aproveitamento energético, etc., cujas aplicações nos últimos anos têm sido estudadas, constituem o tipo de processos já implementados mais adequado para lidar com os problemas das BdC enquanto resíduo, ao nível de política pública. A revisão da literatura sobre casos desse tipo de políticas aponta para a importância crucial dos seus elementos de formação e educação, sensibilização e conscientização, infraestruturação e logística, financiamento e sustentabilidade económica, participação e envolvimento de atores diversificados. Nesses estudos, procuramos a definição de problemas, modelos e sugestões de soluções e de formas de intervenções.

Os resíduos sólidos são classificados como materiais, substâncias, objetos descartados em resultado de atividades humanas em sociedade. A destinação final necessita ser controlada em todos seus estados (sólido, semissólido e gasoso) cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos de água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (APA, 2017; Fernandes *et al.*, 2017).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, discutiu medidas para sustentar a destruição do ambiente e estabeleceu linhas de orientação para políticas ambientais que levassem a uma efetiva concretização do desenvolvimento económico sustentável, segundo as prioridades do chamado “princípio da precaução”. Precaução relaciona-se com a associação respeitosa e funcional do homem com a natureza. Trata das ações antecipatórias para proteger a saúde das pessoas e dos ecossistemas. É um dos princípios que guia as atividades humanas e incorpora parte de outros conceitos como

justiça, equidade, respeito, senso comum e prevenção (Tavares & Schramm, 2015). O princípio de precaução assenta em quatro premissas básicas, resumidamente:

- i. A incerteza passa a ser considerada na avaliação de risco;
- ii. O ónus da prova cabe ao proponente da atividade;
- iii. Na avaliação de risco, um número razoável de alternativas ao produto ou processo, devem ser estudadas e comparadas;
- iv. Para ser precaucionaria, a decisão deve ser democrática, transparente e ter a participação das partes interessadas (*stakeholders*) no produto ou processo.

A Declaração do Rio de Janeiro/92, em seu Princípio 15, determina que:

Para que o ambiente seja protegido, serão aplicadas pelos Estados, de acordo com as suas capacidades, medidas preventivas. Onde existam ameaças de riscos sérios ou irreversíveis, não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para o adiamento de medidas eficazes, em termos de custo, para evitar a degradação ambiental (APA, 2018).

Nesse contexto, os governos começaram a debruçar-se sobre problemática e desenvolver políticas públicas específicas para mitigar níveis críticos de poluição e contaminação do ambiente e populações (Nunesmaia, 2002).

De acordo com a nova Lista Europeia de Classificação de Resíduos (LER), o fato de um resíduo conter alguma substância que seja considerada perigosa não significa que o mesmo também o seja. A classificação do resíduo como perigoso irá depender da perigosidade individual dos seus constituintes e da sua concentração, com exceção dos resíduos classificados em entradas absolutas, em que independentemente da concentração das substâncias perigosas que estão presentes no resíduo, sempre serão classificados como resíduos perigosos. Em situações de dúvida, aplica-se o princípio da precaução, classificando os resíduos como sendo perigosos. Contudo, as BdC não são especificamente consideradas como tal, pese embora poderem eventualmente subsumir-se na tipologia LER de resíduos perigosos, nomeadamente no código 150202 enquanto “materiais filtrantes (...) contaminados por substâncias perigosas”, dependendo da concentração destas (APA, 2017).

Teixeira (2012) explica que os resíduos foram classificados além das suas características intrínsecas, de acordo com a sua origem na produção ou consumo

(urbanos, industriais, agrícolas, médicos, de construção e demolição, etc.). Os resíduos perigosos são materiais descartados que contêm propriedades físico-químicas que lhes conferem perigo, exigindo tratamento e disposições especiais. Estas podem dever-se a sua toxicidade, inflamabilidade, corrosividade, explosividade, reatividade, patogenicidade e, em última análise, quaisquer riscos ou danos que possam representar para a saúde ou ambiente, por meio das toxinas que são liberadas no ar, água ou terra.

Pelas suas características, esse tipo de resíduos necessita de tratamento especial e gestão adequada. Conhecer a variedade de substâncias, as suas qualidades e quantidades, e classificá-las de acordo com sua origem e características foi o ponto de partida para criar fluxos ou fileiras de deposição e destino com a melhor relação custos/benefícios ambiental e financeiro, procurando mitigar as consequências do inadequado descarte do resíduo para o ecossistema, a vida e a saúde, em tudo que está a sua volta. Para isso, os resíduos perigosos devem ser armazenados separadamente e ser transportados em diferentes veículos devidamente identificados e por último, mas não menos importante, receber uma destinação final específica e adequada (Viegas, 2012).

A recolha seletiva consiste na coleta diferenciada dos materiais descartados, previamente separados na fonte geradora, nomeadamente residências, empresas, escolas, estabelecimentos comerciais, indústrias, unidades de saúde, de modo a criar fluxos diferenciados de gestão e processamento segundo a natureza dos resíduos. Entretanto, a ênfase na redução do consumo supérfluo e no importante papel do cidadão enquanto agente dessa mudança adquiriu centralidade no âmbito das políticas ambientais, transcendendo-as para a dimensão de políticas de sustentabilidade (Besen, Ribeiro, Günther, & Jacobi, 2014). Os programas de recolha seletiva de resíduos sólidos, sejam eles tóxicos ou não, são necessários e com alto grau de importância, sobretudo para evitar riscos à saúde pública e ao ambiente.

As políticas públicas de resíduos sofrem frequentemente de uma ausência de sensibilidade e conhecimento, mantendo-se fechadas nos seus quadros de referência, impondo uma lógica *top-down* à população baseada num conceito de resíduos emergente numa cultura político-ambiental, que não encontra enraizamento em práticas e relações já estabelecidas em torno do comportamento de descartar os resíduos no espaço público. Os estudos sobre a implantação desses programas mostram, pelo contrário, que a participação da população é fundamental para o seu êxito. Esta

participação é incitada por campanhas de educação e/ou consciencialização dos impactos que determinados resíduos causam no ambiente, somados a uma possível melhora na qualidade de vida, conservação da beleza urbana e ambiente mais atrativo com valor percebido, além de infraestrutura adequada e suficiente de descarte e recolha simples, acessível e eficiente com comunicações periódicas de informações do programa de acordo com cada público-alvo (Brighenti & Günther, 2011; Valente, 2013).

O processo de separação dos materiais recicláveis em geral cumpre um papel fundamental na gestão integrada de resíduos sólidos, e entre outras vantagens, melhora a limpeza e a qualidade visual da cidade, auxilia na preservação e diminuição dos recursos naturais consumidos, no aumento do aproveitamento de materiais reutilizáveis ou recicláveis, na proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, desenvolve uma consciência ambiental voltada para a redução do consumo e do desperdício, além de uma corresponsabilidade pelo ciclo de vida do produto. Além disso, gera trabalho e renda, melhora a qualidade da matéria orgânica para compostagem, e desvia uma quantidade considerável de resíduos dos aterros sanitários, aumentando a sua vida útil (Besen *et al.*, 2014; Santos & Silva, 2016).

No caso específico das BdC, Marchi *et al.* (2014) argumentam que, para a aplicação dos processos de gestão desse resíduo, é necessária uma atuação conjunta de diferentes atores, nomeadamente do poder público, da indústria tabaqueira, dos distribuidores, dos consumidores, e das entidades de destinação valorização e de resíduos.

### **Infraestruturação, logística e financiamento**

Para que as intervenções tenham êxito e exista a necessária mudança de hábito e comportamento dos fumadores para o descarte adequado e diferenciado das BdC, é fundamental a adequação da infraestrutura específica ao espaço público. A recolha seletiva, bem como destino adequado, passariam por inovações que complementariam o ciclo. Como para todo e qualquer tipo de destino para os resíduos, também para as BdC é necessário que haja uma sistemática para a recolha processamento dos mesmos, quer dizer, recolha e destino adequado devem andar juntas ser percebidas como tal, para a validação pública das práticas socialmente responsáveis (Marchi *et al.*, 2014). A

infraestrutura de limpeza (lixeira, papelreira, cinzeiro, caixote de lixo) é indispensável para o bom funcionamento da cidade. Ela forma parte significativa do mobiliário urbano. A relação entre o mobiliário urbano integrado no espaço público e o seu utilizador deve ser abordada a partir de uma perspetiva interdisciplinar, compreendendo as várias dimensões tangíveis – atributos físicos nos aspetos funcionais, formais, estruturais, materiais e técnicas, económicos, sociais, ambientais, políticos, etc. – e intangíveis (imateriais), nos aspetos psicológicos relacionados com a interação usuário-infraestrutura. Essa compreensão é essencial para dar respostas e soluções às questões comportamentais dentro do contexto urbano. Como todo o mobiliário urbano, o de infraestrutura de limpeza, deve atender a quatro requisitos básicos: 1) funcionalidade do objeto e da seleção do objeto, 2) racionalidade do desenho, 3) respeito pelas técnicas e capacidades de fabricação industrial, 4) emotividade, na medida em que se compreende que o objeto provoca reações psicológicas e comunica sensações no indivíduo (Águas, 2014; Christmann & Librelotto, 2014; John & Reis, 2010).

A recolha seletiva e a responsabilidade alargada do produtor deverão ser projetadas e viabilizadas de acordo com os destinos dos resíduos (aterro, incineração, valorização), num modelo que deve ser flexível para alterações necessárias consoante ao volume e as características dos resíduos que sofrem frequentes mudanças (Ferri, Chaves, & Ribeiro, 2014). Segundo Gonçalves-Dias & Teodósio (2006), as vantagens e as oportunidades são múltiplas, no entanto também são acompanhadas por dificuldades, principalmente da recolha e gestão dos resíduos urbanos. São necessários investimentos em informação e tecnologia, é necessário levar ao grande público o conhecimento sobre as consequências do inadequado descarte, instruindo sobre como proceder para o fazer corretamente. O envolvimento de múltiplos atores, públicos e privados, é indispensável, pois organizar-se individualmente para o alcance da escala necessária envolveria tempo e custos geralmente inoportáveis para cada ator. Ademais, quando recolhidos numa lógica de “cadeia reversa”, os resíduos têm um prosseguimento de ciclo de vida a cumprir, o que implica entrar no “caminho” da cadeia produtiva da reutilização e da reciclagem que inverte o lugar tradicional do “resíduo” no fluxo de produção e consumo. Geração de trabalho, renda e economia de recursos são desdobramentos naturais da lógica do não-desperdício.

Nos últimos anos, os processos de recolha seletiva de resíduos para destinos ambientalmente adequados tiveram impactos nos sistemas e métodos, nos avanços tecnológicos e sua implantação, nas alterações e adaptações de leis, e em novas tendências nos mercados de reciclagem. O sistema de recolha seletiva deve ser periodicamente avaliado e adaptado da forma mais rentável e eficiente a essas alterações. As tendências atuais da coleta seletiva e da separação giram em torno da invenção de métodos mais eficientes e de maneiras de aumentar a participação (Franchetti, 2018).

Segundo Everett (2018), que percorre os fundamentos da recolha seletiva e posteriormente da valorização e destinos dos resíduos urbanos, a primeira condição identificada para a participação é o conhecimento do programa de destino do resíduo, segundo o autor as pessoas que não sabem que existe um programa de recolha seletiva, bem como seu destino, tendem a não participar. Estes programas podem estar ligados a algum tipo de incentivo ou punição. Pelo menos cinco fatores principais estão relacionados à participação em programas de recolha: incentivos de mercado, incentivos coercitivos, estratégias de conveniência, esforços promocionais e variáveis demográficas e comportamentais. Os incentivos coercitivos usam a força da lei para produzir comportamentos desejados. O poder explicativo das variáveis demográficas (educação, renda, estabilidade e redes de vizinhança) e comportamentais pode estar relacionado à atividade de reciclagem (destino) e à sensação de controle, um sentimento de responsabilidade pessoal pelos problemas ambientais e económicos. A infraestrutura em geral possui um caráter instrumental e estratégico para o Estado, como indutora do desenvolvimento económico e social. Há vários meios de financiar as infraestruturas, por meio de financiamento público direto ou indireto, orçamentos futuros por meio de crédito público, financiamento público não orçamentário, e financiamento privado (Carvalho, 2013). Os serviços de resíduos urbanos, por funcionarem em regime de monopólio natural, entre outras razões, são caracterizados por reduzidos incentivos à eficiência e inovação e podem comportar elevados custos de ineficiência, segundo um estudo de avaliação do desempenho dos serviços de resíduos urbanos em Portugal Continental (Simões & Marques, 2009).

A participação privada desde o início dos anos 90 passou a ser vista como um elemento chave no desenvolvimento da infraestrutura, face a restrições orçamentárias

públicas. No entanto, dececionou no desempenho desse papel, por razões práticas, políticas, econômicas e institucionais (Annez, 2006). No contexto brasileiro, por exemplo, os maiores custos *per capita* com resíduos sólidos urbanos foram encontrados nos municípios com gestão concessionada a monopólios privados (Rodrigues, Magalhães Filho, & Pereira, 2016).

O financiamento de infraestruturas urbanas “verdes” sustentáveis é hoje um desafio. As cidades são atores essenciais para estimular a infraestrutura verde e também os principais investidores em infraestrutura, ao mesmo tempo que o aumento das restrições públicas exige uma mobilização de novas fontes de financiamento e parcerias com o setor privado (Merk, Saussier, Staropoli, Slack, & Kim, 2012). Barnes (2011) defende que os encargos e custos económicos e administrativos dos resíduos (descarte adequado, recolha e destinação, reciclagem ou reutilização) das BdC deveriam ser retirados aos Estados, às agências governamentais e aos contribuintes, passando para a responsabilidade dos fabricantes, segundo o princípio de Responsabilidade Alargada do Produtor, o qual foi incorporado na União Europeia em 2002.

O princípio da Responsabilidade Alargada do Produtor, dentro dos instrumentos de políticas ambientais de comando e controlo ou de regulação direta (PIDS, 2002), como é o caso de Portugal, contempla além das tracionais metas de reciclagem, normas de conteúdo de produtos, proibições de materiais e produtos, proibições ou definição de quotas de deposição em aterro, bem como o cumprimento de objetivos e metas quantificadas e financiamento para a provisão de incentivos ao funcionamento das infraestruturas de recolha, triagem e tratamento de resíduos, e para a disponibilização de informação aos intervenientes no sistema integrado (Kunz, Mayers, & Van Wassenhove, 2018; Niza, Santos, Costa, Ribeiro, & Ferrão, 2014).

### **Perceção, atitude, predisposição e comportamento**

Os resíduos que chegam no ambiente e no espaço público têm origem diversas, mas as atividades e comportamentos humanos, acidentais ou intencionais, estão na raiz do problema (Araújo & Silva-Cavalcanti, 2014). Independente de haver ou não uma legislação específica para o inadequado descarte das BdC, é de suma importância que uma consciência ambiental seja internalizada por cada um na sociedade, em face aos atuais impactos negativos ao ambiente e ecossistema. A falta de informação e



sensibilidade na mudança de atitude continuam a ser o ponto desafiador para implantação de soluções integradas (Cruz *et al.*, 2019).

Intervenções, mudanças e adaptações poderão influenciar as atitudes e facilitar os comportamentos cívicos apropriados e desejados. Contudo, essa relação não é direta, nem imediata. O conhecimento adquirido pela psicologia ambiental sobre as relações pessoa-ambiente poderá contribuir com bases para intervenções e mudanças comportamentais mais consistentes e duradouras. Em resultado da difusão pública do debate ambiental no âmbito da opinião pública, com foco nas dimensões do cotidiano, nos estilos de vida e nas escolhas comportamentais desde meados da década de 1960, maior número de pessoas vem desenvolvendo um compromisso que se define pela relação cognitiva e efetiva, de caráter positivo com o ambiente, passando a responsabilizar-se e interessa-se por ele. Esse caráter proecológico tem dimensões psicossociais, envolvendo conhecimentos, atitudes, crenças, normas, valores, visões do mundo que, consoante fatores situacionais, resultam em práticas de cuidado e conservação do ambiente (Diniz, 2015).

O cuidado ambiental percebido em ações de consciencialização está atrelado a propagação do conhecimento, faz parte de uma predisposição para a ação; no entanto, não garante a efetivação (Diniz, 2010; Diniz & Pinheiro, 2014). O entendimento da dificuldade de mudança implica a compreensão dos princípios comportamentais. A diferenciação entre comportamento e atitude é objeto de um debate conceitual relevante na psicologia ambiental, especialmente no que se refere à relação entre a detenção ou aquisição de atitudes ambientais/ecológicas e o comportamento pró-ambiental/ecológico efetivo. A forma como os cidadãos compreendem e avaliam suas ações em relação ao ambiente é mediada pelas dimensões sociais e culturais de uma sociedade, formando padrões de percepção diferenciados em cada indivíduo diante de seu ambiente físico e social. Desse modo, a maneira como o ambiente se apresenta pode influenciar e moldar a maneira como ele será utilizado (Gameiro, 2010; Gonçalves *et al.*, 2010).

“Comportamentos” designa as práticas efetivas; “atitudes” são posturas ou posicionamentos, dependentes dos afetos e das cognições sobre um determinado objeto, como exemplo “o ambiente”, e que podem vir a se tornar comportamento quando acionadas em contextos situacionais envolvendo esse objeto. Além desses fatores internos (motivação consciente ou inconsciente, conhecimento ambiental em diferentes

níveis, valores – os quais são responsáveis por moldar grande parte de nossa motivação intrínseca, sensibilidade e consciência ambiental, ligação emocional, atitudes, etc.), os comportamentos são influenciados, consoante os contextos, por fatores externos (infraestrutura, políticas, fatores sociais e culturais, situação económica, etc.) (Kollmuss & Agyeman, 2002). Lançar Bdc no chão se tornou uma forma aceite de comportamento em todo o mundo, e faz parte de norma social para muitos fumadores (WHO, 2017a). Muitos são os motivos possíveis desse comportamento do fumador: uma atitude social de consentimento; o fato de normalmente esse comportamento não ser censurado por outras pessoas; o fato de o fumador atribuir à Bdc um valor diferente do de outros resíduos e não a enxergar como um poluente, muito menos como tóxico; aspetos físicos do ambiente (nomeadamente, a presença ou ausência de infraestrutura); legislação e educação ambiental e/ou conscientização (Smith & Novotny, 2011).

Há pouca difusão de conhecimento sobre o ambiente que permita sensibilizar os moradores na tomada de atitudes coerentes, como também acompanhar, fiscalizar, sugerir e recorrer ao poder público responsável, e criar medidas para atender as realidades e as necessidades da população. Uma comunicação educativa no âmbito ambiental necessita contemplar as questões socioambientais e as suas interfaces (social, política, de saúde, económica, humana, cultural entre outras), além do envolvimento do indivíduo em prol do/para com o ambiente (Nascimento, 2010).

Há já muito tempo que os cientistas vêm mostrando que há impactos ambientais negativos de resíduos sólidos no ambiente e espaço urbano, muito além dos meramente estéticos. Assinalam que uma das principais razões é o mau hábito, falta de “percepção ambiental” (a não confundir com conhecimento). O mau hábito de deitar a maioria dos resíduos a esmo é condenável com advertências verbais, olhares recriminatórios; todavia, outros são “institucionalizados”, tidos como normais como cuspir e deitar Bdc no chão. Mesmo quando as pessoas têm consciência, não refletem e não se posicionam, assistem como se o impacto negativo no ambiente fosse um fenómeno natural e normal. Muitas medidas já foram tomadas como triagem e coleta seletiva, substituição de lixões por aterros sanitários, centros de triagem e assim por diante; entretanto, passada mais de uma década, ainda necessitamos de reformas ecológicas, ou melhor, “Reforma Urbana Ecológica” (Mucelin & Bellini, 2008). Muitos impactos são pouco perceptíveis, como os do chamado micro lixo: todo e qualquer tipo de resíduo, formado por itens de pequeno

tamanho, como papéis de bala e pequenas embalagens, BdC, chicletes, frequentemente descartados em grande volume agregado e escapando à limpeza pública, pois são dificilmente coletáveis. Quando se trata de micro lixo, cada ato individual tende a ser visto como insignificante e não é percebido como parte do problema global.

## Capítulo 4. Da investigação à intervenção

### Objetivos de pesquisa

Diagnosticada pela literatura a dimensão do problema socioambiental do descarte inadequado das BdC, e as diferentes dimensões que essa problemática assume, nomeadamente para as políticas públicas necessárias para o resolver ou minorar, a questão orientadora desta pesquisa foi a de saber em que medida os poderes públicos e outros atores relevantes tinham consciência dos riscos (sociais, ambientais e sanitários) do descarte inadequado das BdC no espaço urbano e a sua disposição para o discutirem criarem as respostas institucionais necessárias à sua mitigação.

Mais especificamente, os objetivos da investigação foram, em primeiro lugar, os de averiguar:

1. se os decisores públicos portugueses com responsabilidade nessa matéria, às escalas nacional e local, possuíam consciência da existência da problemática; quais os conhecimentos que revelavam da problemática e resíduos, e em que aspetos;
2. caso não existisse, em que medida a mesma seria adquirida ao longo do processo de investigação;
3. caso existisse essa consciência, ou à medida que esta fosse adquirida, quais as suas disposições para intervir sobre o problema, sobre que aspetos ou dimensões, e qual a prioridade que lhes era atribuída; e que razões apresentavam para até então não haverem sido tomadas providências de mitigação;
4. qual o seu entendimento e julgamento sobre a recolha seletiva das BdC, a infraestruturação, a realização de campanhas de consciencialização e educação ambiental, e qual a consciência, conhecimento e opinião sobre os eventuais destinos das BdC;
5. que conceito de soluções apresentavam, o que pensavam e como consideram uma legislação específica sobre esta matéria, a questão da fiscalização e do sancionamento.

Inicialmente, a premissa do estudo no contexto da investigação através das entrevistas era a recolha de dados/informações com o objetivo de compreender os

pontos identificados acima. Entretanto, desde a primeira investigação exploratória, onde já se constatarem ações de sensibilização por parte de associações em torno do problema, a situação evoluiu muito rapidamente. A partir de 2018, com o processo de atualização do Regulamento de Gestão de Resíduos da CML, decorreram iniciativas e eventos que colocaram o assunto na agenda política e mediática e o fizeram permanecer em evidência. No dia 10 de janeiro de 2019, ocorreu uma conferência de imprensa da Câmara Municipal de Lisboa, na qual o Vice-Presidente, responsável pelos pelouros da economia e inovação, serviços de conservação e manutenção do espaço público, equipamento de proximidade e higiene urbana, apresentou medidas que farão parte da atualização ao Regulamento de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana de Lisboa, lançando o novo Regulamento n.º 2/2019 (CML, 2019). Dentre as dez principais medidas anunciadas, a BdC assumiu uma importante relevância, anunciando-se medidas coercivas de aplicação de coimas a pessoas singulares e coletivas por lançar para o chão BdC, maços de tabaco, pastilhas elásticas e outros resíduos, ou não cumprirem o disposto quanto à sua coleta e descarte. Os estabelecimentos comerciais e de restauração com esplanadas vão também ser obrigados a dispor de cinzeiros e baldes para lixo e a assegurar a limpeza do espaço público na sua área de influência imediata.

Esta rápida mudança no contexto levou, em segundo lugar, a orientar os objetivos expostos acima de uma forma mais dinâmica, para uma abordagem participativa e de acompanhamento do próprio processo já desencadeado, através das possibilidades que se abriram para intervir em projetos de legislação específica ao nível local e nacional, colaborando com o fornecimento de informações científicas, e para a produção ou colaboração em iniciativas de consciencialização pública.

## **Método**

### *Plano geral do estudo*

Para a elaboração e levantamento de dados para o projeto de investigação para dissertação de mestrado, comecei por realizar uma investigação exploratória através de entrevistas e reuniões com atores institucionais e políticos (Agência Portuguesa do Ambiente, Partido Os Verdes, Partido Pelos Animais e a Natureza, uma Junta de Freguesia de Lisboa) e associativos implicados na temática, ao nível de rede de voluntários e movimentos em torno da problemática, que dinamizam recolhas,

campanhas, pesquisas de dados, e ainda empresas que desenvolveram produtos para minimizar os impactos (Associação Portuguesa do Lixo Marinho, Beata no Chão Gera Poluição, Missão Beatão). Nessas entrevistas exploratórias, foi aplicado um roteiro semiestruturado de entrevistas com questões abertas previamente elaboradas, mas sujeitas a alteração com o decorrer da entrevista com base na temática do estudo, o que permitiu colocar perguntas ao longo da conversação que não estavam previstas no guião e assim elucidar algumas respostas da parte do entrevistado.

O estudo foi realizado em âmbito nacional (Portugal) no que se refere à legislação, formulação e aplicação de políticas; e em âmbito local, em Lisboa, à escala municipal (CML) e de Juntas de Freguesia, no contexto de sensibilidade e disposição dos atores locais e de implantação de projetos, inicialmente, ao menos de campanha de consciencialização; supondo que, normalmente, as Juntas têm maior proximidade, tendem a conhecer as necessidades específicas dos seus territórios e cidadãos.

Para alcançar o objetivo proposto, adotei um plano de pesquisa de caráter qualitativo e descritivo, visto que proporciona um conhecimento mais profundo do assunto, um relacionamento mais longo e flexível entre o pesquisador e os entrevistados, e lida com informações mais subjetivas, amplas e com maior riqueza de detalhes, bem como permite a compreensão mais detalhada do nível e das formas de consciencialização dos protagonistas e da sua disposição para se debruçarem sobre o tema. Como ficou dito, investigação não se limitou a um esforço académico, assumiu também uma dimensão interventiva, de consciencialização e ação social e política. Não existiu conflito ético ou de interesse.

### *Entrevistas*

Para a escolha das instituições e intervenientes entrevistados, procurei incluir pelo um representante de cada umas das entidades acima identificadas, com jurisdição ou âmbito de atuação no território à escala local, regional e/ou nacional, com tutela sobre questões ambientais, educativas e legislativas ou intervenção na produção de cigarros, no processamento dos resíduos e promoção e consciencialização ambientais.

Realizei 37 entrevistas presenciais, com um total de 48 intervenientes, tendo por base um guião pré-estruturado com idas ao terreno, que decorreram de modo faseado do período 18/01/2019 a 07/06/2019. Foi possível entrevistar pessoas de 15 das 24 Juntas

de Freguesia de Lisboa (15 entrevistas, 21 intervenientes), da CML (3 entrevistas nas áreas de higiene e limpeza urbana, espaços públicos e verdes), e de partidos políticos representados na Câmara e na Assembleia Municipal de Lisboa (4 entrevistas, com 7 intervenientes: deputado, vereador, assessor e/ou chefe de gabinete). Concederam também entrevistas dois partidos políticos com assento na Assembleia da República, BE e PAN (3 entrevistas, 4 intervenientes), cinco organismos de âmbito nacional: APA, ERSAR, GNR, MATE, SEPNA (5 entrevistas, 6 intervenientes), uma empresa de valorização de resíduos (1 entrevista), uma empresa na cadeia de produção e distribuição (1 entrevista), duas instituições de ensino superior (NOVA FCSH e ESTeSL-IPL) (3 entrevistas) uma ONG com atividade nas questões ambientais: ABAE (1 entrevista) e uma instituição particular sem fins lucrativos (Museu Nacional de História Natural e da Ciência).

**Quadro 3: Distribuição das entrevistas por âmbitos de atuação das entidades**

<b>Âmbito</b>	<b>Identificador</b>
Câmara Municipal de Lisboa	CML01
Câmara Municipal de Lisboa	CML02
Câmara Municipal de Lisboa	CML03
Junta de Freguesia	JF01
Junta de Freguesia	JF02
Junta de Freguesia	JF03
Junta de Freguesia	JF04
Junta de Freguesia	JF05
Junta de Freguesia	JF06
Junta de Freguesia	JF07
Junta de Freguesia	JF08
Junta de Freguesia	JF09
Junta de Freguesia	JF10
Junta de Freguesia	JF11
Junta de Freguesia	JF12
Junta de Freguesia	JF13
Junta de Freguesia	JF14
Junta de Freguesia	JF15
Partido político CML/Assembleia Municipal	PP-Aut01
Partido político CML/Assembleia Municipal	PP-Aut02
Partido político CML/Assembleia Municipal	PP-Aut03
Partido político CML/Assembleia Municipal	PP-Aut04
Partido político CML/Assembleia Municipal	PP-Aut05
Partido Político Assembleia da República	PP-AR01
Partido Político Assembleia da República	PP-AR02
Organismo Âmbito Nacional	ON01
Organismo Âmbito Nacional	ON02
Organismo Âmbito Nacional	ON03
Organismo Âmbito Nacional	ON04
Organismo Âmbito Nacional	ON05

Empresa de Valorização de Resíduos	EVR
Empresa de Produção e Distribuição	EPD
Instituição de Ensino Superior	IES01
Instituição de Ensino Superior	IES02
Instituição de Ensino Superior	IES03
Instituição Particular sem Fins Lucrativos, Área de Ciência	IPSFL
Organização Não Governamental para o Ambiente	ONGA

Os propósitos e o tema a explorar foram previamente comunicados de forma explícita aos interlocutores por correio eletrónico e envio do convite eletrónico com as informações de data, hora e local e os objetivos da recolha de informações. No convite eletrónico, coloquei também o pedido de autorização para gravação de voz, que a transcrição da entrevista poderia ser lida pelo entrevistado, que os dados coletados seriam usados exclusivamente para gerar informações para a investigação relatada no correio eletrónico e outras publicações dela decorrentes, que a identificação não seria revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas, que os dados coletados seriam guardados por dois anos sob a responsabilidade da pesquisadora e que, caso se opusessem a gravação de voz ou qualquer ponto anterior, poderiam manifestar a sua oposição antes das reuniões e entrevistas. Nenhum dos entrevistados se opôs. As informações fornecidas caracterizaram as visões, opiniões e o conhecimento pessoais dos entrevistados, não representando em qualquer caso posições oficiais das instituições.

A solicitação de entrevistas junto das instituições que não responderam foi reforçada com o envio de mais dois e-mails com confirmação de leitura e, no mínimo, duas ligações telefónicas. Para os que solicitaram o envio prévio das perguntas/questionamentos, expliquei que, para não comprometer o resultado pretendido e dada a natureza da investigação, esse procedimento não seria adequado.

Todos os interlocutores receberam posteriormente à entrevista uma apresentação com informações da temática em arquivo pdf intitulado “Projeto de Tese de Mestrado, Filtro de Cigarro, BdC - Tema: Consciencialização Socioambiental e Políticas Públicas para o Adequado Descarte das BdC”.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas e os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática, para identificar e reportar temas significativos e recorrentes, acompanhada por quantificação descritiva sumária, para enquadrar a



expressão relativa dos diferentes tipos de respostas analisadas e exemplificadas qualitativamente.

O guião para as entrevistas foi estruturado pelos seguintes tópicos:

1) Perceção e consciência:

- i. Se existe o conhecimento, perceção e consciência da problemática;
- ii. Se há consciência de que, com a implantação da lei antifumo, criou-se um efeito colateral no aumento das BdC nos espaços públicos abertos;

2) Explorar os aspetos qualitativos e/ou quantitativos das medidas apresentadas de atualização ao regulamento de gestão de resíduos em Lisboa anunciadas em 10/01/2019, vice-presidente do município

3) Se visualizam uma intenção de intervenção nesta matéria, quais seriam as dimensões e aspetos:

- i. Por meio de legislação específica (recomendação, moção, regulamento, lei ou decreto) e subsequente fiscalização e sancionamento;
- ii. Através da sensibilização e facilitação do descarte adequado, com reforço, adaptação, adequação e implantação infraestrutura;
- iii. Por intermédio da promoção de educação e consciencialização ambiental;
- iv. Mediante a promoção de iniciativas da recolha seletiva, bem como de destino e valorização e se estes seriam ambientalmente adequados com melhor custo benefício (ambiente vs. financeiro).

As perguntas feitas para obter essas informações foram poucas e muito abertas, permitindo aos entrevistados fazerem o seu próprio discurso e associarem-lhes novos tópicos sob as suas perspetivas. Deixei, assim, espaço para a “resposta imprevista”, que algumas vezes indicou uma nova uma questão em que não tinha pensado. No desenrolar de cada entrevista, o meu papel como entrevistadora foi o de encorajar e solicitar aprofundamento ou esclarecimento sobre o que o entrevistado já dissera sobre o tópico introduzido. Por vezes, a informação omissa numa resposta em que previa obtê-la, surgiu depois no desenvolvimento pedido sobre outra questão. Isso foi muito importante, deixar os entrevistados falar e escutá-los com atenção, intervindo só o indispensável. Completado o percurso do guião, e como retorno aos interlocutores sobre

a problemática, expus uma resenha dos dados estatísticos sobre a problemática, adquiridos na pesquisa exploratória.

Após a leitura dessa resenha, foi possível levantar nova discussão e gerar confronto com a consciência ou não consciência dessa problemática; e posteriormente prosseguir a entrevista de forma mais livre, de forma a deixar os entrevistados pronunciarem as suas opiniões, para averiguar em que medida a própria entrevista proporcionou formas de consciencialização e eventuais orientações para decisão.

Por solicitação da maioria dos entrevistados e para que dispusessem das informações para ações num futuro próximo, após a reunião foi sistematicamente enviado um e-mail de agradecimento a todos os intervenientes, resumindo os principais pontos abordados na entrevista.

#### *Análise de conteúdo*

Transcritas as entrevistas, o próximo passo foi a análise do conteúdo segundo os objetivos traçados. Categorizei as questões baseadas no guião e analisei-as por contexto: Consciência ou não da falta de classificação da BdC pela APA, conhecimentos revelados sobre a problemática do resíduo, e em que aspetos; informações e conhecimento sobre a atualização do Regulamento de Higiene e Limpeza Urbana de Lisboa divulgadas em 2018; perceção, opinião e entendimento das normas e deveres do regulamento a cumprir pelo cidadão e estabelecimentos comerciais; como consideram a questão de fiscalização (procedimentos, recursos) e aplicação de coimas; perceção sobre legislação específica; perceção sobre dotação da infraestrutura; perceção do comportamento do fumador e da campanha de consciencialização como uma componente de solução da problemática; perceções sobre recolha seletiva e possíveis destinos com discernimento ambiental. Para maior aproveitamento do material e possíveis comparações, categorizei também por âmbitos das entidades entrevistadas (Quadro 3).

#### *Dimensão participativa*

Segundo Peruzzo (2017), a pesquisa participativa não constitui um modelo metodológico único. Consiste numa investigação inter-relacional efetiva a partir da inserção e interação do pesquisador no ambiente investigado, e também há a participação ativa do grupo investigado no processo de investigação. Dessa relação

depende a compreensão do acontecimento (problemática). Por não depender de instrumentos exatos e mensuráveis, ela implica menor controle por parte do pesquisador, a quem é atribuída a capacidade para captar, compreender, discutir, interpretar, analisar concatenar a problemática e suas origens, ancoradas em teorias científicas. Há diferentes formas de investigação participativa, como a investigação-ação, investigação colaborativa, investigação democrática, investigação crítica, investigação para a ação, investigação na/pela ação. A investigação participativa é promotora de mudanças nas formas de colaboração interpessoal e agente do exercício de cidadania na (re)construção de novas formas de atuação (Marques & Sarment, 2007).

Segundo Thiollent & Oliveira (2016), na perspectiva da pesquisa-ação, os termos participação, cooperação, colaboração, intervenção, parceria, têm significados específicos e variáveis, com maior ou menor compromisso e reciprocidade na obtenção coletiva de informações concretas, na construção de conhecimento, no delineamento de ações, comunicação, decisões ou estratégias entre os pesquisadores e intervenientes. Na pesquisa-ação, existe ênfase na ação, portanto as ações são discutidas, analisadas, deliberadas, decididas com pleno consenso ou não. São ações significativas para os intervenientes em situação, com suas próprias formas de expressão e linguagens, as quais são interpretadas pelos pesquisadores com base em diferentes referenciais; além disso, são ações portadoras de aprendizagem e de conhecimento mútuo, com interações entre ambos, numa perspectiva transformadora em que a pesquisa é vista, em si mesma, como fator de mudança.

A realização de entrevistas desempenhou, desde o início, um propósito interventivo, no sentido não só de averiguar, mas também de despertar a consciencialização dos atores para o problema em estudo e a motivar a sua reflexão sobre possíveis soluções para a sua mitigação, a par da recolha as suas contribuições sugestões para o próprio estudo. Tratou-se de uma abordagem colaborativa com o envolvimento de comunidades, profissionais, tomadores de decisão políticos e académicos para produzir conhecimento, incorporando as diferentes perspetivas e experiências dessas partes interessadas (Dias & Gama, 2014). Ao longo do estudo, pelos motivos acima referidos, reforcei essa vertente interventiva e participativa, com iniciativas de consciencialização e sensibilização públicas sobre a problemática, em diferentes terrenos.

## **Resultados**

### *Entrevistas*

#### *Conhecimento da problemática*

Das 37 entrevistas, os intervenientes em 23 (62%) não mostraram ter consciência da falta de classificação da BdC pela APA. Um dos intervenientes disse:

Não há nada... não tem, não tem... Moro em Portugal, conheço as leis e não há nada para as beatas. A única coisa que há pelas beatas é mandar as beatas para o chão (ON02).

A partir desta pergunta notamos o surgimento do desconhecimento da problemática, contudo, o interesse em progredir com o assunto:

Não são referidas... Não, não tinha pensado sobre isso não... Eu tinha verificado, porque andei à procura da legislação que mencionasse alguma coisa relacionada com as beatas, e não existia, não existe... e simplesmente, portanto elas caem no rol dos resíduos sem qualquer tipo, pois, sem, de classificação... mas com esta pergunta já nos fez andar um bocadinho mais... eu não tinha pensado de fato na parte de ser necessário, é fazer esta classificação, para além do resto, obviamente (PPAR01).

No que tange aos conhecimentos sobre a problemática do resíduo e em que aspetos, 12 entrevistas reconhecem a importância da sua classificação para fins de solução da problemática no âmbito recolha seletiva e destino, remetendo essa responsabilidade para a APA:

Sim, sabia que é uma coisa que se não começarmos a pensar nela, como é que vamos separar, porque enquanto não separamos ela não existe como individual, não é?! a APA é um organismo que de princípio de acordo com o seu estatuto terá de dar o pontapé de partida para a criação de legislação específica para as beatas... a APA tem feito alguns trabalhos e tem a obrigação de fazer alguns trabalhos que não tenham a só direção... é tentar chegar ao ponto de reconhecer as entidades que estão interessadas em fazer alguma coisa e vamos lá sentar para ver o que é que fazemos. A APA é um deles...(ON01)

Mas se não for a APA a implementar, que é a agência que nos impõe, através do Ministério do Ambiente, não vai ser possível... (CML01)

Apenas 7 entrevistas mencionaram espontaneamente que a BdC é um resíduo preocupante, o relacionam com mortes dos animais marinhos, micro plástico ou outros problemas no espaço público:

Porque as beatas é um mal terrível, com a quantidade de animais mortos com o plástico, portanto, os peixes estão as costas com as barrigas carregadas de plástico, dos plásticos a beata também tem, portanto é um problema, plástico é uma coisa, beatas é outra, enquanto eu tenho uma relação com o plástico não é cotidiana, as pessoas não vão todos os dias as compras mas pessoas não comem em sacos plásticos, as pessoas não chupam palhinha de plásticos todos os dias, mas todos os dias algumas pessoas fumam e todos os dias deitam betas para o chão. (JF15)

#### *Consciência do efeito colateral da lei “Lei Antifumo”*

Cerca de metade das entrevistas (18) manifestaram a percepção do aumento do resíduo nos espaços públicos abertos após a implantação da “lei antifumo”, consoante a localização, tipo de estabelecimentos como restauração, edifícios comerciais, públicos, etc.

Desde que foi proibido fumar dentro dos edifícios, não é?, toda a gente vai fora não é?, e às vezes fica horror, há sítios em que fica horroroso, a quantidade de beatas que ficam no chão... (EVR).

Sim, sim, foram para as portas dos escritórios e.... E em espaços comerciais, por todos os escritórios, o que faz com que haja uma acumulação de lixo na rua... (JF02)

#### *Conhecimento sobre a atualização do Regulamento de Higiene e Limpeza Urbana da CML, (projeto divulgado em 2018). Percepção, opinião e entendimento das normas e deveres*

Das 37 entrevistas, 30 (81%) manifestaram de alguma forma conhecimento da atualização do regulamento da CML. Consideram as medidas uma adequação à

realidade atual, sobretudo o aumento do turismo e resíduos produzidos, e como um problema de limpeza e saúde, no que tange à temática específica da BdC:

Sim, as medidas são algumas técnicas e outras ao nível do executivo, adequação da realidade atual sobretudo o aumento do turismo e resíduos produzidos, A CML não estava preparada para este nível de aumento de resíduo...(CML01)

Mas eu li isso nos jornais, na altura os jornais falaram disso... “Jogar beatas no chão vai custar”, não sei o quê... (IES01)

Os regulamentos normalmente são aquilo que está em análise a vir a ser implementado...tem já alguma preocupação desse assunto... é um regulamento que tem algumas deficiências, mas é preocupado nestas matérias também não podemos negar... (PPAut01)

10 entrevistas declararam ter recebido a atualização das medidas de forma positiva, entusiasta, como um primeiro passo, um princípio ético necessário, no entanto consideram que o regulamento não combate o problema de raiz:

Sim, nós já temos optado em fazer uma análise inicial dessa atualização...eu acho que a Câmara partiu de um princípio que é importante, que é ético... isso tem a ver com o português e com outras questões e, portanto, isso partiu desse suposto, do nosso ponto de vista correto... (PPAut04)

Mas temos de começar e logo tudo é importante. Resumidamente é um bocado isto... estamos todos de acordo com isso e obviamente que temos de criar uma consciencialização social para este problema... (ON03)

Na verdade, esse regulamento é um bom instrumento, não quer dizer que depois não se deva ser analisado daqui um ano e se ver o que é que ainda pode ser melhorado. Mas acho que isto vai funcionar... Então acho que esse regulamento vai trazer esse “não tolerar”, vai trazer essa vantagem que para o cidadão fiscalizar o cidadão, portanto, com esse sistema a coisa funciona melhor do que quando é uma entidade abstrata, genérica, que ninguém sabe muito bem quem é e que não ’tá ali, “não estou a ver ninguém, então eu posso atirar para o chão”,

isso eu acho que vai funcionar e temos que acreditar e ajustar em relação a disso.  
(JF04)

8 entrevistas relacionam o regulamento diretamente com a implantação de coimas:

Está a implementar um novo sistema, um novo regulamento de coimas que vai permitir quem atirar uma beata ao chão de ser multado fortemente... (JF04)

Quanto a nós, o regulamento não traz assim grandes novidades. A única coisa que traz é uma questão que para nós pode ser ou não ser importante, embora para mim a questão mais importante era, como lhe disse, a pedagogia junto das escolas, o regulamento o que traz mais é a fiscalização mais apertada, com coimas, com multas, sobre, digamos, sobre os cidadãos... é sempre mais pela zona da consciencialização... (JF06)

Sim, como sabes vai passar o regulamento de resíduos e vai passar a haver multas e muitas pesadas então... para quem atirar as beatas pelo chão ou para quem não colocar a beata nos sítios próprios... (PPAut03)

e 5 o relacionam com os deveres dos estabelecimentos comerciais, pois acreditam que o comportamento de descartar BdC está concentrado nas proximidades dos estabelecimentos de restauração:

Porque se passarmos em uma rua, aqui é o passeio, onde está concentrado o maior número de beatas é exatamente a volta dos cafés. E é um bocadinho controlar isso, é os copos de plástico, é as garrafas, é não sei quê..., é exatamente a volta dos cafés. Eu no fundo acho que mais do que tudo é obrigar, entre aspas, ao próprio comerciante a dizer: “Olha, cuidado, não deite pro chão porque depois quem vai ter que limpar sou eu”... (JF14)

Os intervenientes em 7 entrevistas percebem o regulamento como uma forma de consciencializar, alertar as pessoas sobre a questão dos resíduos em geral, sobre as BdC e igualmente como incentivo às mudanças de comportamento e de regras sociais, e de apelo para uma cidade mais limpa:

Sim, eu acho, eu acho que é muito do ponto de vista da consciencialização...  
Portanto de passar essa mensagem para as pessoas de que não é possível  
continuarmos com estes comportamentos de enviar a beata para o chão... (JF07)

O regulamento municipal esta neste momento aberto para consulta pública, a  
Câmara vai alterar o regulamento dos resíduos sólidos e tem previsto  
precisamente como contraordenação lançar beatas para o chão... as coimas vão  
de pessoas singular e em caso de pessoa coletiva... isto é uma forma dissuasora,  
mas não combate o problema de raiz... obviamente que de alguma forma  
procurar alterar, ou sancionar comportamentos...(PPAut05).

Para os intervenientes em 7 entrevistas, o regulamento tem algumas deficiências  
e precisa ser melhorado no que tange as regras de limpeza ao redor dos  
estabelecimentos comerciais:

Uma das questões centrais desse novo regulamento, é a obrigação dos  
comerciantes limparem uma área de 2 metros em frente aos respetivos  
estabelecimentos... entendemos que não é claro o suficiente. Será que é feita  
durante o dia? Será que é feita durante o horário de funcionamento, ou é antes ou  
depois? é antes de abrir. Será que todos os estabelecimentos comerciais têm de  
cumprir com essa obrigação? Mesmo aqueles comerciais que não, cuja  
atividade não criam resíduos? (PPAut02)

[...] eu não 'tou a ver a Junta de Freguesia passar um auto a um estabelecimento  
comercial porque aquilo está cheio de beatas, uma pastelaria começa a funcionar  
as 7 da manhã e limpa o espaço dele, se ele chegar às 10 horas está lá tudo sujo  
outra vez. E a gente não pode dizer que ele não limpou... os regulamentos e  
aquilo que está dito, muitas vezes na realidade e na parte operacional se a gente  
for levar à letra, lá está, tem que está de hora a hora a limpar a rua, o que é  
impossível... Agora, se a pessoa conseguir, porque os clientes são rotineiros e se  
a pessoa conseguir que eles venham para fora e dizer: “olha, lá está, está aqui o  
cinzeiro”, peço desculpas, mas é o termo que estou habituado, “deitem para ali a  
beata, ao invés de deitar para o chão”... Talvez parta mais da consciencialização  
das pessoas. (JF14)



As juntas de Freguesia têm conhecimento sobre a atualização do regulamento de higiene e limpeza urbana. No entanto, algumas demonstraram desconhecimento do estado da legislação relativamente à aprovação, às regras em relação à problemática das BdC, nomeadamente quanto a fiscalização e procedimentos em relação aos estabelecimentos comerciais e pessoas singulares, além de infraestruturas, especialmente cinzeiros:

Ainda está..., ainda não foi aprovado. É, aqui no fundo nós não acabamos por ser novas medidas, acaba por ser uma transferência das competências dessas medidas da Câmara para a Junta, nomeadamente a nível da fiscalização do espaço público. Que é o que nos compete aqui com a Junta de freguesia. Nós já temos a área de licenciamento e fiscalização, mas para outro âmbito que era mais a nível do espaço público e das esplanadas, das publicidades, dos outdoors... (JF14)

#### *Fiscalização (procedimentos, recursos, eficácia) e aplicação de coimas*

30 das entrevistas (81%) consideram a fiscalização fundamental e essencial para a aplicabilidade da lei e das normas do regulamento da CML:

A falta de fiscalização faz com que os cidadãos não cumpram as leis...se calhar será um alerta quando começar, se é um caso pontual e então a ideia é iniciar com uma advertência, mas se não tiver a possibilidade de nós vamos ter que atuar. A falta de fiscalização faz com que os cidadãos não as cumpram, porque se faz as leis se não temos como aplicá-las? Como vai fazê-los cumprir? (CML01)

A fiscalização é fundamental, porque de fato os comportamentos só se... se existem multas, não é? Só se pode multar as pessoas, enfim, se houver uma fiscalização que de fato verifique que a pessoa está em cumprimento... Agora, a fiscalização não está, desse campo, não está com as Juntas, é uma coisa da Polícia Municipal e da Câmara e que eu penso que seria útil que passasse as Juntas, porque têm um contato muito mais próximo com a população e com os estabelecimentos comerciais, mas isso requer uma série de meios humanos que as Juntas não têm... Portanto, é difícil, mas essa coisa é necessária para que as

medidas que se pensam depois sejam colocadas em prática, mas atualmente é difícil que ela funcione pois está numa esfera bastante ampla que não dá conta (risos) da cidade toda, naturalmente, é impossível... Pois, mas esse é o problema (risos)... Sim, mas a fiscalização é fundamental, é preciso pessoas para fazer isso e para estar na rua é preciso gente. (JF03)

Mas assim se não tiver fiscalização, também não adianta muito. (ON01)

Igual número de entrevistas considera que a deficiência do contingente de fiscalização, relativamente aos comportamentos dos cidadãos e aos estabelecimentos comerciais e de restauração, constitui um desafio à aplicabilidade do regulamento:

Agravamento da multa de atirar a beata para o chão, mas mais importante que isso, garante de fato e torna clara a divisão de competências na fiscalização de higiene urbana passando para as Juntas de Freguesia de fato poder fiscalizar... o trabalho da fiscalização para passar de fato multas vai continuar a ser difícil uma vez que as pessoas não são obrigadas a identificar-se... de fato também é um problema. O que acontece é que os fiscais da CML que atualmente fazem esse tipo de fiscalização, essas coisas não vão passar para a Junta, mas o problema é que a não equiparação da força policial... no fundo o problema é o mesmo... Criou-se um buraco. A CML e tendo a Polícia Municipal que é de fato quem tem a total capacidade de fazer essa fiscalização, mas deixou de ter recursos humanos e transferiu-se para a Junta de Freguesia... a fiscalização ficou muito curta na Câmara e pouco clara a competência no que toca junto à Junta de Freguesia... umas das funções proposta por muita gente é passar haver polícias municipais a acompanhar esse trabalho da Junta de Freguesia ..., é uma proposta que usualmente de fato vai melhorar a fiscalização e esse é o problema que ainda não é resolvido no momento, nós temos a competência, mas não temos como obrigar a pessoa a se identificar porque não temos uma força policial, como é lógico... se o processo passar a ser muito mais simples na sua instrução, os privados vão de fato começar a limpar as suas esplanadas, não tem alternativa, nomeadamente vão começar de fato a serem multados... tem a capacidade para exercer, o que falta é a questão policial, há aqui um problema policial em Portugal, que uma pessoa não pode ser, não é obrigada a identificar-se a

ninguém senão a policial... passamos na esplanada e a esplanada está suja, tiro uma fotografia e a Câmara Municipal vai instruir o processo e envia uma multa para o estabelecimento. (JF05)

Os intervenientes em 26 entrevistas (70%) acreditam mesmo que não haverá fiscalização efetiva, o que poderá comprometer a aplicabilidade do regulamento:

Mas para fiscalização não existe, não vai existir. Qual é o problema nisso? É que não há fiscalização, se não há fiscalização, pouco importa se a pessoa colocar... porque não há fiscalização, e, as que estavam previstas, “vão empregar não sei quantos fiscais”, mas não aconteceu, algo assim, ou seja, eles implementam as medidas entre aspas, portanto, agora fiscalizar... isso é um problema. Problema vai ser a capital europeia verde. (IPSFL)

Não há o controle, pode servir em termos práticos, mas não sei se será efetivo. (JF13)

Eu acho que isso é uma ótima ideia, uma ótima lei, o problema de todas as leis, sobre as beatas ou sobre outra matéria qualquer, é de fato a fiscalização, ou seja, ter recursos p’ra que a fiscalização seja efetiva a aplicação das pessoas que não deitam para o lixo, isso se aplica as beatas como se aplica ao lixo, ou seja, eu penso sempre que a penalização é uma forma de resolver. (JF15)

Se ela funcionar como até agora, é estamos muito mal (risos)... se não existirem mais humanos e mais técnicos não há possibilidade de se fazer uma boa fiscalização. Tinham que ser aumentados os contingentes da Polícia Municipal... não vemos como a Polícia Municipal vai abarcar todas essas questões e mais a fiscalização... muita coisa para tão pouca... (JF06)

20 entrevistas mostraram dúvidas e falta de compreensão sobre a competência dos procedimentos de fiscalização das Juntas de Freguesia (que não podem executá-las, pois não têm poder de polícia) e os demais órgãos fiscalizadores, nomeadamente ASAE, PM e GNR, e dos fiscais da CML:

A Câmaras podem passar, passar uma multa, mas não é uma prática usual em Portugal... sim, eu acho que está previsto, mas não tem a força para aplicar...

apesar de serem uma grande parte do lixo, nomeadamente, nas praias, nas praias e depois vai para o mar, como é lógico, mas não está inserido numa vertente ambiental para dirigir para aí fluxo de fiscalização... Ninguém é punido... Se for na rua e dobrar essa folha e mandá-la para o chão, ninguém é punido por isso... Embora tenha uma lei... e ninguém pune isso... Embora a lei possa prever isso... como é lógico, mas não há... Não há ninguém que vá punir isso... Mas com uma beata ninguém vai, ninguém vai passar a fiscalizar a sério e tem mesmo de ser uma política... Quem vai levantar os autos? Mas será que alguém vai levantar no caso de mandar uma beata para o chão? (ON02)

Quem aplica a coima não é a Junta... Não é particularmente a Junta de Freguesia, mas sim a CML... é muito difícil para nós determinarmos ou fiscalizarmos o que é que está ali a ser feito. (JF08)

De modo generalizado, os entrevistados consideram a fiscalização em si é complicada; no entanto, que os agentes fiscalizadores devam assumir a sua posição, atuar sistematicamente, evitar a burocratização para que a legislação não seja letra morta e tenha aplicabilidade, visto que a falta de fiscalização faz com que os cidadãos não cumpram as leis causando sentimento de impunidade.

Sim, sim, continuamos a ter este problema, porque é assim, a fiscalização, tem de ser, e, não é garantido, tem de ser efetuado por alguém, devidamente habilitado para isso, e, dou-lhe um exemplo relativamente ao cocó dos cães, da beata é mais complicado ainda..., em Portugal em particular, as pessoas habituaram-se a que “eu não cumpro regras, mas também não me acontece nada, porque eu haveria de estar, entre aspas, a me ‘chatear’ para cumprir regras?, se eu não as cumprir não me acontece nada!” (JF11)

Comparam a fiscalização para o sucesso ou falha da aplicabilidade da lei à implantação de multas para questão dos dejetos caninos e do uso do cinto de segurança nos automóveis, na primeira das quais a problemática persiste, enquanto na segunda aconteceram consideráveis mudanças de comportamento, devido à fiscalização efetiva.

O regulamento... as leis se não forem implementadas de uma forma mais coerciva é difícil. No nosso país... sim, é um bocadinho mais difícil, já foi pior,

mas mesmo assim é muito complicado... porque nós normalmente só cumprimos porque se não o fizermos somos multados, estou-me a lembrar por exemplo da questão do cinto de segurança no carro, enquanto não se começou a multar as pessoas não usavam o cinto de segurança, e hoje em dia toda a gente usa e é um hábito, nem se questiona sequer, entra-se no carro, tau! Mas eu lembro-me perfeitamente, porque andava com os meus pais, nem sequer havia cadeirinhas, muito menos cintos, os carros nem sequer vinham preparados para ter cintos... isso coloca-se a todos os níveis, nos radares para controlar a velocidade, é a mesma coisa, toda a gente contra “não sei quê, os radares, nanana!”, agora o objetivo está lá, o objetivo está cumprido, as pessoas agora já cumprem os limites de velocidade, com receio de... tem de haver uma estrutura por trás não é, senão não funciona, que é impossível... mas quem é que fiscaliza isso? Onde é que está a ASAE, muito sinceramente era pôr um polícia em cada semáforo a ver onde as pessoas estão a fumar e a deitar fora... era pôr a polícia à porta de cada empresa... (ONGA).

Tal como nos exemplos da prevenção rodoviária, apontam para que a fiscalização e aplicação de multas será fundamental para colaborar com a mudança de comportamentos.

Acrescentam algumas que a fiscalização pode ser iniciada com uma advertência, como uma abordagem e atividade pedagógica, pois no ato da aplicação da multa se tem a obrigação de explicar o porquê o cidadão está recebendo sanção pecuniária, denominada coima, que visa a resolução do problema, não é só chegar ali e passar uma coima, para evitar que as pessoas se sintam injustiçadas. Esse processo faz parte da tomada de consciencialização e reflexão sobre a infração, constituindo o seu principal objetivo:

a atividade de fiscalização é também uma atividade pedagógica... tem a obrigação de explicar, não é só chegar ali e passar uma coima... isso as pessoas sentem como uma injustiça que lhes é feita, as pessoas tem que entender o porquê essa coima foi passada. (PPAut01)

Algumas supõem que a ampliação da fiscalização aos estabelecimentos comerciais e de restauração poderá contribuir para a mudança de comportamentos dos

clientes, porque estes vão passar a “fiscalizar os seus clientes” (JF04); por outro lado, intervenientes de Juntas de Freguesia consideram que não podem ter uma perspetiva excessivamente punitiva, pois são entidades de proximidade ao cidadão e, pode provocar animosidade com probabilidade de perda de votos e simpatia:

Mas o difícil no meio deste novo regulamento é a fiscalização, é quem é que efetivamente faz a fiscalização disto... Porque aí podia ser um órgão, ou a Polícia Municipal de Lisboa, ou um fiscal municipal, etc., nós somos entidades de proximidade ao cidadão e, portanto, não podemos ter uma perspetiva mais punitiva... acho que parte da fiscalização vai ser super difícil, eu não estou a sentir que tenhamos capacidade, temos de pedir às pessoas a identificação para fazer de controle... No estabelecimento comercial, quando fazemos, fazemos sempre com recurso à Polícia Municipal. (JF07)

#### *Legislação específica relacionada à temática*

O cenário para os interlocutores tornou-se mais claro à medida que informações estavam sendo trocadas, e principalmente após a leitura dos dados, 15 entrevistas (41%) consideram a importância de uma legislação específica e uniformizada a nível nacional, sem o que acham que será difícil avançar com soluções efetivas para posteriormente serem adaptadas e implantadas aos organismos autárquicos locais. Uma legislação central, argumentam alguns, pode inclusivamente evitar que o plano não se enfraqueça ao passar do tempo consoante as mudanças de forças políticas regionais e/ou locais, e tornar claro com quais organismos tratarão a temática.

O problema que a nível nacional, não há ainda nenhuma solução... sem uma legislação vai ser difícil avançar para um projeto de recolha de beatas... tentaram implementar a nível nacional e o que se verificou é que como não havia destino, o projeto morre... ao fim ao cabo, se as coisas correrem bem, quando este turismo de massa vem, não é, isto vai ter uma visão para o resto do mundo...(CML01)

Acaba por não se praticar um pensamento até de uma força política ao nível de políticas municipais... É aí que é necessário que a legislação preveja que este resíduo pode ser valorizado, e pode ser valorizado em uma, duas três vias dentro daquilo, das opções das políticas económicas que existirem... Mas é, não é

difícil, não é difícil, bastaria uma portaria do governo para que, pra que isto pudesse ser no Ministério do Ambiente... (PPAut01)

Há claramente uma abordagem específica às beatas no âmbito daquela nova diretiva que foi recentemente aprovada, diretiva “single use plastic”, o que a União Europeia preconiza nesse âmbito que haja uma responsabilidade alargada do produtor, é um resíduo urbano, deve ser classificado aí no 20 qualquer coisa LER. Com essa nova diretiva uma obrigatoriedade com financiamento. Este identifica quem vai financiar... (ON04)

Reconhecem que o processo legislativo é complexo, não só do ponto de vista técnico, mas também político, acrescentam que muitas vezes é necessário haver compromissos sobre incidência e conseguir concertar posições políticas antagónicas, bem como conflitos de interesses e de valores.

26 entrevistas (70%), em linha com o princípio de poluidor-pagador, são a favor de responsabilizar o “causador”, o “consumidor”, o “poluidor, o “fumador”. Consideram que os serviços públicos não devem arcar com as consequências do comportamento habitual de uma parte da população.

O único efeito que eu vejo na coima, é uma dissuasão pelo lado da pessoa achar que pode ser apanhada, há aqui uma parte que tem de ser claramente responsabilidade da pessoa que fuma. Para mim eu não tenho dúvidas que a responsabilidade é do fumador. Porque a verdade é que eu não tenho de levar com as beatas, porque é impossível estarem nas ruas todas a limpar xixis e cocó de cão a toda a hora e a todo o momento, é o mesmo com as beatas. É muito difícil garantir infraestruturas pagas com dinheiros públicos em todas as ruas, o fumador é uma percentagem da população, ele tem de ser responsabilizado, o comportamento é dele, ele é que devia resolver isso e apagar a beata e pôr no indiferenciado, devia de haver claramente a responsabilidade de quem produz... (EVR)

Sem prejuízo desse responsabilização, 20 entrevistas (54%) consideram que, por se tratar de uma alteração comportamental, as soluções devem passar por um conjunto de respostas integradas para se conseguir algum resultado, considerando que a coima é

dissuasora, mas não combate o problema de raiz, as penalizações devem estar acompanhadas de campanhas de sensibilização, educação ambiental e consciencialização de forma transversal para que as mudanças sejam efetivas, estruturais e sistemáticas. Além da fiscalização e aplicação de coimas, também comunicar ao público os resultados das ações como forma de repreensão, e reforçar a infraestrutura. Salientam a importância de taxar e responsabilizar também toda cadeia envolvente de produção e distribuição, e usar a verba para financiar as aplicações de soluções integradas. Comentam a importância de pesquisar soluções alternativas e inovadoras para recolha e destino, de unir esforços e trabalhar em rede com diferentes entidades, poder público, privado, sociedade civil, organismos sem fins lucrativos, entre outros. Reconhecem a complexidade, no entanto não há alternativa:

Plano anti-beata.... Sensibilizando o tema de forma integrada, as coisas não vão lá puxando só uma área, não é? Ou tem um plano integrado, que faça sentido e ponha as peças todas a funcionarem ou não chega a parte nenhum faz sentido... (PPAut02).

... as grandes estruturas de reciclagem e deposição estejam voltadas para aquela situação tradicional, valorização energética, deposição em aterro e que depois tem os problemas mais à frente ... E isso são preocupações que tem que ser vistas de uma forma integrada... (PPAut01)

Unir esforços, trabalharmos em rede, todos... isto é tudo tão complexo, parece simples não é, mas é tudo tão complexo... Não há uma solução, não é? e depois temos de ir afinando, trabalhando... todos temos de fazer o que nos compete... todos, todos, incluindo o cidadão. (EPD)

#### *Adequação e reforço da infraestrutura existente*

81% das entrevistas concordam a adequação e reforço da infraestrutura pública existente e/ou a implantação e manutenção de mobiliário específico e cinzeiros em todos os espaços públicos onde seja permitido fumar. Acrescentam que isso poderá vir a contribuir para a motivação da mudança comportamental, principalmente se o reservatório tiver um *design* atrativo, prático, colocado em pontos estratégicos de maior produção de BdC, e de forma visível e com uma componente informativa e de



sensibilização (como exemplo, foram apontados modelos utilizados em Guimarães), e que esse pode ser o caminho para criar um circuito específico para recolha e destino. No entanto, alertam para que se trata de um investimento considerável, apontando para a corresponsabilização.

Os fumadores podem trazer isto [cinzeiros pessoais] e põem, facilmente põem aqui e depois despejam, dá para apagar, não há desculpa se não houver um cinzeiro ao pé, e que há muitos cinzeiros ao pé. Às vezes as pessoas não se querem é dar ao trabalho, ou um caixote de lixo desde que esteja apagado.  
(EPD)

O sítio para colocar tem de estar explícito. Uma beata, agora do ponto de vista da segurança, uma beata acesa se for colocada num caixote indiferenciado pode incendiar o contentor; prática, atrativa, as infraestruturas, a pessoa tem de ter sítio onde colocar, senão vai parar ao chão... a Câmara tem de se preocupar com isso. A CML aqui tem de ter, por causa da saúde pública que é de todos... identificar os locais de produção, sei lá, as entradas de metro, os locais... não, isso é a CML, sozinha não, mas a responsabilidade é camarária, por acaso acho que a Tabaqueira era um excelente parceiro, porque eles produzem. A Tabaqueira também podia perfeitamente, dentro dos seus projetos de responsabilidade social, pagar um valor para a recolha das beatas, não mandar fora, nos parques, na cidade é tentar garantir que os locais de grande produção têm infraestruturas para receberem as beatas, eu acho que isso é óbvio, tem que haver, porque senão, se as pessoas fumam na rua e não têm onde colocar, tem que haver um mínimo de infraestrutura, e tem que haver manutenção dessa infraestrutura, sendo que na infraestrutura, eu não sou de acordo que se espalhe massivamente como nós fazemos com os contentores. Agora claro, que por saúde pública, locais de grande produção deviam ter, ao lado de tudo o que é edifícios públicos, mas também não pode ser demais, porque eu como não fumadora choca-me se a CML de repente espalhar contentores de beatas pela cidade toda e não o fizer com tanta força por exemplo para o plástico, metal e vidro, as zonas de produção [de BdC] deviam estar identificadas e infraestruturadas. (EVR)

Um entrevistado da CML salienta, relativamente ao número de papelarias na via pública da cidade, que são mais de 16 mil unidades, e cerca de 13 mil têm um sistema para apagar o cigarro. No entanto,

... se a pessoa olhar, um raio de alguns metros, tem sempre um sítio onde podem apagar o cigarro e podem colocar na papelaria, mas não... a pessoa faz assim, e atira para o chão... Eu acho que em relação as beatas, até porque aqueles cinzeiros são engraçados [referindo-se às soluções de Funchal e Guimarães] ...isso dá azo para que as pessoas participem muito... (CML01).

### *Campanha de sensibilização, consciencialização e educação ambiental*

No anúncio das principais medidas da atualização do Regulamento de Higiene e Limpeza urbana da CML, foi divulgado que se faria uma campanha de sensibilização específica ao nível do regulamento. As entrevistas são quase unânimes na afirmação da importância desse tipo de ações (apenas uma não as mencionou). Na sua generalidade, consideram que as campanhas devem ser realizadas em parceria com organizações não governamentais, associações (de saúde, desportivas, de classe, de moradores e da área da restauração), também da Associação Nacional de Municípios, professores, agentes públicos, e com as sociedades gestoras de resíduos, com o envolvimento com as Juntas de Freguesia, para que se tenha sucesso com uma abordagem com impacto; além dos tradicionais meios de comunicação, materiais, atividades de seminários, workshops, tertúlias. Informações inclusive do valor da multa, pois do ponto de vista das políticas públicas, é incontornável se falar ao fumador.

Fazer sensibilização junto dos próprios operadores, é, e dos fumadores também, não é?, sempre com o auxílio das organizações não governamentais, das associações da área, como área da restauração, também da associação nacional dos municípios, porque é fundamental, é, a sociedade gestora de resíduos, porque eventualmente, elas necessariamente têm que estar aqui envolvidas. (PPAR01)

Contudo, algumas alertam para que a comunicação deve acontecer concomitantemente à implantação de infraestrutura e de fluxos de recolha e destino, para o cidadão não se sentir defraudado por não saber qual é o fim da cadeia do resíduo

principalmente se o destino é socioambientalmente adequado; de outro modo, a comunicação cairá em descrédito e poderá contraproducente:

... às vezes faz-se muita comunicação e educação, mas depois isso não está ligado com a recolha ou com a produção. E isso também é contraproducente, e depois o cidadão não gosta e sente-se defraudado... Porque se os colaboradores descobrem que estão a separar tudo e a seguir não vai dar nada é contraproducente... identificar os chamados locais de produção e garantir que há um suporte onde a beata possa ser colocada... nada de comunicação sem fazer isso, porque cai em descrédito. (EVR).

Outro ponto comentado pelos intervenientes é o de que as campanhas devem ser constantes e o grande desafio é desenvolver ferramentas de avaliação e medição dos resultados e impactos das campanhas.

Organize campanhas de sensibilização. Agora se vai ser suficiente eu não lhe consigo dizer... tem de ser muito forte aqui e tem de ter uma equipa multidisciplinar para produzir campanhas que cheguem a algum lado... como avaliar o impacto das campanhas, ainda há poucos indicadores que aquela campanha foi realmente boa. Portanto, aqui há um grande desafio, não há esse histórico... É difícil de avaliar, medir aquilo, a quantas pessoas chegou, quantas pessoas estão a melhorar o seu os seus comportamentos devido à campanha, nunca se consegue ter grande certeza... Não há continuidade das campanhas, no fundo, e é muito complicado medir o impacto. E aqui importava conseguir fazer isso... (ON05)

15 entrevistas consideram fundamental começar com campanha de consciencialização e educação ambiental nas escolas (até o nível universitário), como uma forma de as próprias crianças e jovens, além de a assimilarem, passarem a mensagem de alteração comportamental para os pais.

Eu continuo a acreditar que as freguesias, nas escolas da Junta de Freguesia fazem alguns programas de sensibilização para o reciclar, e, portanto, aqui se inclui as beatas... O ambiente deveria estar impregnado em qualquer disciplina escolar, ou seja, quando eu vou dar física, eu deveria ter uma perspetiva

ambientalmente ecológica de física, deve ser transversal a qualquer disciplina de conhecimento. (JF15)

O consumo, eu não tenho dúvidas que o combate à beata passa pelo consumo do cigarro... do nosso ponto de vista prático de uma autarquia que tem que lidar com o problema... resolve-se do ciclo do produto que é evitar, ou seja, o problema de começar, quem fumar, saber lidar com a sua beata de uma forma responsável... depois deixa de ser um problema nosso... E foi também o que aconteceu com o tabaco, o tabaco teve um impacto muito grande (JF05).

É muito mais fácil ir pela perspectiva informativa de consciencialização e educação ambiental, eu acho que nosso papel vai ser muito mais nessa área do que propriamente na área punitiva, de fiscalização, já estamos a pôr em uma grande campanha, muito também direta com as crianças nós já fazemos muito, não é?! Mas estamos a fazer agora, a planear uma grande campanha também para o geral, vai ser uma campanha muito engraçada, é um jogo de educação sobre os comportamentos responsáveis. Portanto, eu acho que era muito aqui na sensibilização e efetivamente, conforme nós temos as pilhas... (JF07)

O trabalho que nós temos de fazer em termos de educação e de sensibilização ambiental, o impacto é muito maior temos de impactar mais as pessoas, temos de as assustar mesmo... por isso nós temos vindo a trabalhar nas escolas sobre esse tema, e já fizemos campanhas de sensibilização, e nos festivais, sobretudo... em relação à Tabaqueira, obviamente que eles têm a obrigação de fazer campanhas de sensibilização. (ONGA)

Apenas 8 entrevistas mencionaram expressamente que seria importante uma campanha de comunicação a nível nacional, se possível pela televisão para ganhar dimensão, ir mais longe do que foi até agora, não apenas ao nível de alteração e reajuste comportamental do fumador, mas também com uma perspectiva de não tolerarmos o comportamento de atirar BdC no chão como sendo socialmente aceite, e junto aos próprios operadores e fumadores para que eles percebam que não devem prejudicar a comunidade e o ambiente pelo seu ato, e devem saber lidar com a sua BdC de uma forma responsável:

Campanha ao nível de uma cidade, era muito interessante, aquilo era uma coisa simples, era porque chocava imenso as pessoas... publicidade dedicada se calhar a nível nacional... pode-se começar localmente a nível de município alguma coisa, mas para ter um efeito de escala... (CML01)

Deveria uma campanha de comunicação, televisão, nacional, eu sei que as pessoas são pouco sensíveis, para ganhar dimensão, consciente tem de se ir mais longe do que foi até agora. (CML02)

### *Comportamento do fumador com relação à BdC*

Intervenientes em 31 das entrevistas (84%) afirmaram que o inadequado descarte está relacionado a um hábito cultural e enraizado na sociedade portuguesa, que é um comportamento coletivamente aceite, “por osmose”, “incutido”, “inconsciente”, “automático”, “espontâneo”, que parece inócuo. Aparece, por outro lado, vinculado a falta de educação, de civismo, cidadania e respeito pelo bem público e ausência de educação ambiental, mas também da ausência de consciência e informação do impacto ambiental do resíduo, considerado insignificante pelo seu pequeno tamanho.

Porque o problema foco está claramente no ato do consumo, em que eu fumo... quem fuma deve ter a consciência de colocar num sítio adequado..., ele já tem, é uma pessoa que já tem um mau comportamento para consigo próprio, ele já se autoinflige o mal, ele já fuma. Portanto ele no fundo quando manda aquilo para o chão está-se a libertar do resíduo de um mau hábito, portanto já há ali qualquer coisa que influencia. Depois ele vai mandar para o chão... quem manda a beata se calhar também manda outras coisas... manda a chiclete para o chão ou manda, ou não separa os resíduos em casa, há o ato individual de cada um que não deve sujar o que é de todos... é uma inconsciência criminosa. (EVR)

Para lançarem as beatas, como os papelinhos, as pessoas têm alguma coisas assim no bolso, atiram para o chão... O espaço público é de todos, enquanto as pessoas não pensarem que aquilo é de todos, é para todos, é o que costumo dizer, é a casa de todos. (CML01)

Porque se passear aqui na Avenida da República, passar por cada uma das grandes empresas que estão aqui, a frente, apesar de ter cinzeiros e as pessoas

deitam beatas para o chão... o hábito é para ver até onde é que vai... os próprios fumadores mandam a beata, mandam para o chão ninguém fica ofendido ao ponto de chamar a atenção de uma pessoa de mandar uma beata para o chão... Porque é que os fumadores conduzem e que tem os cinzeiros nos carros e quando acabam de fumar em vez de deitar o cigarro no cinzeiro que tem no carro preferem abrir a janela e mandar para fora da janela? Porque sujou o meu cinzeiro e tenho de limpar, e lá fora não é meu, não sou eu que limpo.... Nós somos uma sociedade consumista, porque não nos afeta diretamente, O que é que isso quer dizer? Porque é que eu vou mudar o meu comportamento e deixar de mandar uma beata para o chão? Nós tomamos consciência quando nos bate na cara de frente, não é? (CML03)

... há muito aquela ideia de “Ah, isto é só uma beatinha!”, não, não é só uma beatinha! (EPD)

Algumas consideraram também que o comportamento do fumador relativamente às BdC está ligado a falta de reconhecimento social da problemática, mas que isso poderá estar a alterar-se:

As pessoas já estão a aceitar que talvez esse tipo de liberdade não é respeitosa, é uma liberdade individualista e que não respeita os outros, e, portanto, é uma coisa que não temos de aceitar coletivamente esse comportamento, isso não é liberdade, é abuso. (JF01)

Finalmente, alguns entrevistados afirmaram que o ser humano é muito comodista, que em geral é difícil conseguirmos entrar na agenda mental de uma pessoa e com a questão da BdC não é diferente. Qualquer coisa nova que se tente implementar gera resistência e só no médio e longo prazo é que as pessoas vão ver o benefício daquilo que se faz; o mais difícil é começar:

Cá, não vê a beata como lixo... Agora, não podemos estar a espera que uma pessoa, também é comodismo, com uma beata na mão por um quilómetro para depositar a beata, aí naturalmente vão deitar para o chão... como o “oleão”, dos óleos, há um aqui, e não há mais nenhum! As pessoas não vão vir lá do fundo,

para o outro lado da cidade para meter o óleo! Não vão! Nós temos de perceber que o ser humano é muito comodista (JF12)

Isso é questão das pessoas começaram a fazer, depois tem aquele comportamento social que acaba sendo por osmose, inculcido.... Ter as infraestruturas, ensinar a usar, é a questão das escolas, mas é preciso também ensinar os adultos através de campanha de sensibilização... (JF13)

Como já vimos, apareceram muito associadas à mudança comportamental a importância de ter as infraestruturas, do ensino do seu uso através de campanha de sensibilização e, como componente disciplinadora, da fiscalização e aplicação de coimas, pois para algumas mudanças de comportamento, a sensibilização passa pelo fator financeiro.

#### *Recolha seletiva das BdC*

Apenas 14 entrevistas mostraram uma perceção sobre para qual contentor as BdC são descartadas/lançadas:

Não..., mas isso é nos indiferenciados, não? É suposto de ser...(JF03)

Em termos de separação do lixo, vai para o lixo orgânico, não é? de fato nós temos aqui uma debilidade a nível de estratégia de combate a essa problemática...(PPAut05).

Para o interveniente da empresa de valorização de resíduos, o fato de o resíduo não ter uma classificação específica, sendo tratado como simples resíduo urbano, desencoraja a preocupação de haver uma recolha seletiva. Contudo, para um destes intervenientes, o fato de a BdC não estar classificado não quer dizer que elas não possam ser recolhidas separadamente, neste caso é necessário montar um sistema de infraestrutura diferenciada e fluxo de recolha pelas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, julgam que em parceria com a Tabaqueira, pois envolvem custos e, estes devem ser partilhados.

11 entrevistas consideram que uma recolha seletiva só faz sentido, quando o resíduo tem um destino definido adequado. Vêm isso como um atrativo para adesão e o interesse do cidadão em valorizar determinado resíduo, caso contrário,

Porque alguns dizem “Para que é que eu vou pôr ali se aquilo depois vai para o indiferenciado?”. É essa a filosofia da maior parte das pessoas... (ONGA)

Muito importante de fato tentarmos que fosse considerado um resíduo. E incentivada a sua reciclagem. (JF07)

...de ver essa questão de uma recolha, do que é que, como é que podia ser feita essa recolha, mas no fundo de estudar essa viabilidade económica... mesmo para fazer uma recolha, as pessoas têm de estar sensibilizadas, as pessoas têm de dar valor ao ambiente, têm de dar valor àquele resíduo. (EPD)

### *Destinos da BdC*

24 entrevistas (65%) apontam para que a BdC precisa ter um destino que seja adequado, enquanto não o tiver não terá mais valia de separação, e como vimos acima, muitos acreditam que o cidadão será mais recetivo na implantação da recolha diferenciada se souberem que tem um destino ambientalmente adequado. Considerando que a sua inexistência pode comprometer toda política, salientam que tem de ser uma estratégia nacional.

Se vir bem, portanto, as beatas não têm um potencial de valorização... se conseguíssemos tirar o plástico, mas pouco..., portanto, o potencial de valorização ele é baixo... o grande contributo será mesmo no fazer chegar beata num local adequado de tratamento, não tem que ser uma reciclagem, portanto é diferente. (ON04)

Sim, precisa ter o tratamento, e encaminhado para um destino que seja adequado para nós e para o resíduo também... enquanto não tiver um destino que tenha mais valia da separação... destino que digam estas beatas vamos fazer isso, e produzir aquilo... não vai ser fácil avançarmos para, pronto, para impor ao fim... para mim o que falta é uma solução para o destino... solução está na valorização e no destino... vão ser mais recetivos na implantação integrada de solução se souberem que tem um destino adequado... a questão não é a recolha seletiva... a questão é que destino será dado... incineração é o que acontece aqui. Mas tem de achar uma solução... tem de ser uma estratégia nacional. (CML01)



Para o interveniente da empresa de valorização de resíduos, do ponto de vista de peso, a BdC é um resíduo inexpressivo, comparado com outros resíduos na cadeia de valor, e não tem relevância e prioridade para eles, embora reconheçam as BdC como um dos mais recorrentes contaminantes dos rios e do mar. Pelo fato de estarem longe das metas de reciclagem impostas pela EU no plástico e vidro, estabelecidas em termos de volume e de peso, a BdC é um problema micro, fora do contexto daquilo que é a visão institucional do problema. Isso não quer dizer que para eles não são importantes, mas que do ponto de vista do tratamento a sua importância é mínima, não estando em suas prioridades:

Para nós as beatas é um resíduo da, não é muito valorizado... a verdade é esta, portanto, as beatas que sejam recolhidas é uma das componentes do tratamento. Como nós não fazemos nada com elas, portanto, as beatas que nos chegam vêm misturadas nos resíduos urbanos, aqui na zona de Lisboa elas são incineradas, portanto é o que vai acontecer... Se fosse na zona de Lisboa ia parar a uma incineradora e o que produz é energia... porque a beata neste contexto, com tanta meta para atingir da UE, com tanta coisa para fazer, como eu não tenho a recolha... (EVR)

Para os intervenientes dos organismos do âmbito nacional, é preciso começar por equacionar a dimensão e montar o fluxo de recolha e o correto descarte diferenciado. O mais importante é ter em mente que o destino seja ambientalmente adequado, mais acessível e com menor custo. Se depois disso aparecer uma solução melhor em termos de destino, e.g., de valorização, o fluxo de recolha já estará funcionando. Lembrem também que o potencial de valorização da BdC é baixo, nem sempre é possível ir ao topo da pirâmide da reutilização de resíduos, porque há resíduos que não é viável reutilizar ou reciclar, sendo a opção mais viável e aconselhável (se não a única) a incineração com aproveitamento de energia. Esclarecem que as incineradoras que fazem a valorização energética são altamente vigiadas e controladas para garantir a monitorização de parâmetros ambientais.

#### *Disposição para intervir*

No final de cada entrevista, após termos dado a conhecer a todos os intervenientes os dados da quantidade de cigarros fabricados, consumidos, e lançados

no ambiente, bem como, os impactos do inadequado descarte a nível mundial, colocamos aos intervenientes se visualizavam uma intenção de intervenção nesta matéria, em quais dimensões e aspetos, nomeadamente, normas, leis, diplomas, decretos, coerção, facilitação, implantação e/ou reforço de infraestrutura adequada e/ou específica, promoção em educação e consciencialização, promoção de iniciativas da recolha, bem como destino, valorização, reciclagem e reutilização.

21 das entrevistas (57%) disseram que tinham intenção de intervir de algum modo na temática. As 3 entrevistas de Instituição de Ensino disseram que interviriam nos aspetos de educação, sensibilização e até de infraestrutura; um deles esclareceu, que naquela entidade, a BdC seria equacionada dentro da questão dos resíduos em geral. 2 entrevistados de organismos de âmbito nacional disseram que interviriam de modo correspondente à Diretiva Europeia *Single Use Plastic*. De outra forma, 21 entrevistas, na maioria Juntas de Freguesia, afirmaram que interviriam nos aspetos de educação, sensibilização, e infraestrutura, e um deles (vogal de Assembleia de Freguesia pelo PAN) com uma proposta de recomendação específica. O interveniente de um partido político (PAN) com assento na Assembleia da República manifestou a intenção de intervir com uma proposta de legislação específica a nível nacional, como de facto veio a acontecer.

Na sua quase totalidade (14 das 15 entrevistas), os intervenientes das Juntas de Freguesia afirmaram que não têm autonomia para intervir, que não é da sua competência, e que nesta situação tem de provir de uma imposição superior (CML). Outros disseram que se interviessem, a BdC seria equacionada dentro da questão dos resíduos em geral.

Nós não fazemos a regulamentação municipal, nós temos o nosso tributo e fazer a pressão para que a Câmara Municipal, enquanto deputados municipais...

Agora, os regulamentos são internos e são da Câmara, são responsabilidade da Câmara, mas a beata aqui é tratada exatamente da mesma maneira que todo esse lixo que as pessoas fazem. (JF04)

Ainda não temos, eu pessoalmente não tenho ideias muito destinadas para isso, porque, pronto, tem surgido outras questões que não..., porque eu penso que a beata é uma coisa que é integrada no lixo, não tem de haver um trabalho

direcionado para as beatas, tem de haver um trabalho direcionado para a recolha do lixo e para a preservação da limpeza nas ruas e etc., o lixo é em geral, não é? Pois, eu não penso especificamente nas beatas, se calhar podemos fazer, se calhar Lisboa, Cidade Verde... (JF08)

Estamos interessados e disponíveis para ser uma zona piloto para começar a trabalhar, isso, não temos dúvidas. Conjunto de atuações que não estão em nossa alçada, a Câmara Municipal é que tem de dizer, não somos nós que definimos a metodologia, até porque isso envolve verbas, portanto, é acordado, protocolado, com a Câmara, ela tem de fazer uma campanha de sensibilização, e, portanto, nós requisitamos à Câmara o material e utilizamos a nossa rede de distribuição de comunicação para fazer a divulgação. (JF11)

#### *Processos de mudança a partir das entrevistas*

À medida que as entrevistas eram realizadas com decisores políticos e outros atores com responsabilidades na matéria, por um lado procurei causar/incitar a sensibilidade, tomada de consciência e disposição de intervenções integradas perceptíveis, concomitantemente com envio de informações acerca da problemática, iniciando um processo de intervenção participativa com base nos dados científicos da investigação.

A investigação começou efetivamente a contribuir para um processo de mudança em termos políticos e mesmo legislativos. Alguns dos interlocutores manifestaram, na própria entrevista e perante as informações e o conhecimento recém-adquiridos, a intenção de atuar ou legislar na matéria, apresentando proposta de recomendação, moção e projeto de lei, com o objetivo de mitigar a problemática. Partes dessas propostas e projetos foram depois elaboradas pelos legisladores com a colaboração da investigadora, com base nas informações já levantadas até então. A seguir, identificamos alguns dos mais relevantes processos de mudança relacionados com a investigação:

*A nível local, Junta de Freguesia da Penha de França:* Recomendação “O espaço público não é um cinzeiro!”, realizada pelo Deputado do PAN à Assembleia de Freguesia, Felipe Rações em resultado da sensibilização pela entrevista com membros

da Assembleia Freguesia, Foi proposto que a estrutura da recomendação se basearia nas possíveis soluções integradas investigadas em revisão de literatura até ao momento.

*A nível local, CML e Assembleia Municipal de Lisboa:* Moção 068/01 – Políticas públicas para a classificação e tratamento adequado dos resíduos de filtros de cigarro (Assembleia Municipal de Lisboa, 2019b), e Recomendação 068/03 - Pelo fim das beatas nas ruas de Lisboa (Assembleia Municipal de Lisboa, 2019c). Após entrevista/reunião com representantes do partido PAN na CML, os mesmos se sensibilizaram e propuseram desenvolver uma recomendação e uma moção a serem apresentadas à Assembleia Municipal de Lisboa. A estrutura da recomendação e da moção basear-se-ia nas possíveis soluções integradas investigadas em revisão de literatura até ao momento, além de outras matérias e informações do próprio legislador. No dia das votações na Assembleia Municipal de Lisboa (14 de maio de 2019), fiz uma intervenção como munícipe, com os dados mais relevantes da problemática do inadequado descarte das BdC. A Recomendação e a Moção foram ambas aprovadas.

*A nível nacional, Assembleia da República:* Projeto-Lei n.º 1214/XIII/4ª - Regulamenta o fim que deve ser atribuído às pontas de cigarros. Após reunião com o deputado e outros membros do partido político PAN, os mesmos solicitaram informações mais detalhadas bem como referências da investigação em curso. Em maio de 2019, o deputado do PAN à Assembleia da República propôs o referido Projeto-lei, o qual foi aprovado na globalidade, com algumas alterações quanto ao texto inicial, nomeadamente mudanças dos valores das coimas. A Lei resultante foi promulgada como Lei n.º 88/2019, com o sumário “Redução do impacto das pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros no meio ambiente” (Assembleia da República, 2019a)

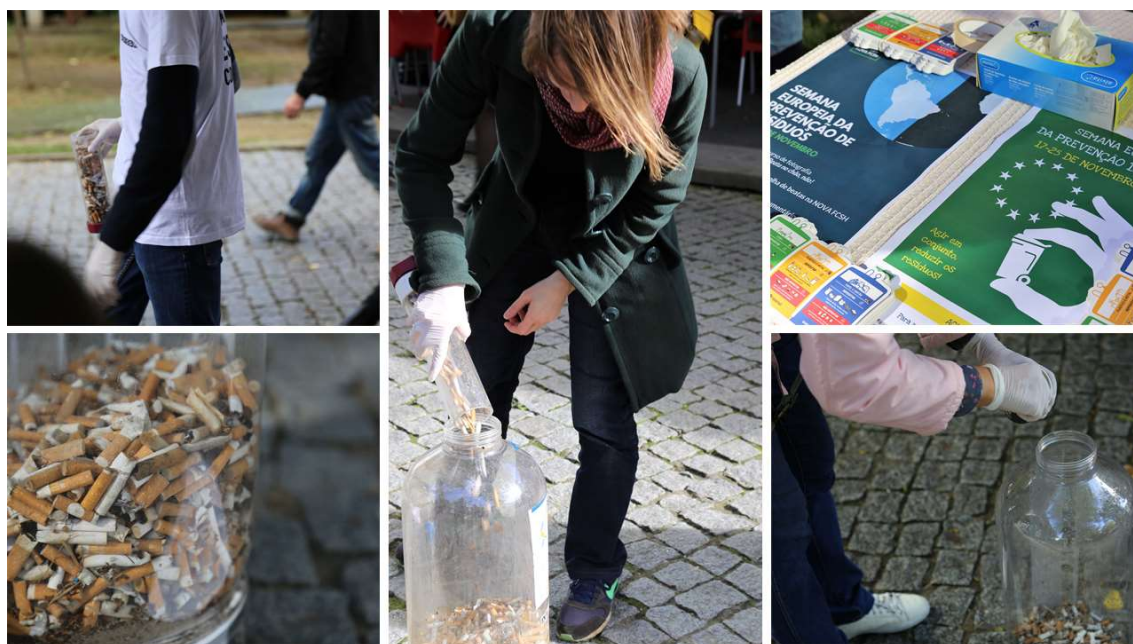
As propostas de recomendação e moção e de projeto de lei foram pautadas em soluções integradas, nomeadamente contemplando campanha de consciencialização, educação ambiental, reforço adequação na infraestrutura, destino com menor custo e menor impacto ao ambiente; no projeto de lei, foram ainda incluídas as questões da fiscalização e da aplicação de coimas.

#### *Outras ações de intervenção pública*

*Ação de sensibilização no âmbito da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos 2018:* No âmbito dessa iniciativa, inscrevemos a NOVA FCSH na Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (EWWR) 2018, a qual teve como foco temático

para 2018 a “Prevenção de Resíduos Perigosos: Tempo para Desintoxicação!”. A atividade foi organizada pela investigadora, com o apoio do Gabinete de Comunicação e Marketing da NOVA FCSH, dinamizada pela AEFCSH-NOVA, e contou com a participação voluntária de estudantes e funcionários. A Valorsul nos enviou materiais de apoio e divulgação, como magnéticos para o frigorífico com as regras da reciclagem, kits de sacos para reciclagem e luvas reutilizáveis para a recolha de beatas. As ações (20 e 21 de Novembro de 2018) consistiram na sensibilização da comunidade académica para práticas ambientais sustentáveis, alertando para os vários problemas associados à BdC a nível de poluição e resíduos, através da recolha de BdC na área do Campus, instalação de depósito específico em locais estratégicos. Em apenas 1h15, foram recolhidas 1805 beatas no espaço público do *campus* da NOVA FCSH.

**Figura 3: Imagens da atividade desenvolvida pela NOVA FCSH no Campus da Av. de Berna (20-21 de novembro de 2018), no âmbito da EWWR 2018**



Fonte: NOVA FCSH, Gabinete de Comunicação e Marketing. Fotos de Luís Reis.

A ação contou ainda com sessão de fotografias e entrevista realizadas pelo jornal Público, com grande repercussão, incentivando a outras iniciativas e mais participação da comunicação social.

**Figura 4: Abertura de notícia sobre a atividade da NOVA FCSH no EWWR 2018, *Público Online*, 23/11/2018**



Fonte: Sebastião Almeida, *Público Online*, 23/11/2018.  
<https://www.publico.pt/2018/11/23/p3/noticia/luta-jade-tirar-beata-chao-encarem-residuo-toxico-1852090>

**Figura 5: Abertura de crónica de opinião sobre a atividade da NOVA FCSH no EWWR 2018, *Público Online*, 23/11/2018**



Fonte: Miguel Esteves Cardoso, *Público Online*, 23/11/2018.  
<https://www.publico.pt/2018/11/24/opiniaao/cronica/beatas-envenenam-1852239>

*Participação na Noite Europeia dos Investigadores 2019:* No âmbito de desenvolvimento do projeto de mestrado, inscrevi-me, através do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da NOVA (CICS.NOVA-FCSH) para participar da Noite Europeia

dos Investigadores (NEI) 2019, em Lisboa. O tema desta foi “Ciência na Cidade”, que teve como principal objetivo envolver os diferentes públicos, e mostrar a relevância da ciência para assegurar a qualidade de vida nas cidades nas próximas décadas, tendo em conta as alterações globais. A intervenção teve o título “A mudança começa com a consciencialização, vamos conhecer?”. O intuito era que a partir deste projeto, pudessemos dar seguimento aos objetivos de envolver, estimular e dar ferramentas através das informações obtidas durante a investigação, para que os participantes pudessem continuar e para suscitar outros para debruçarem-se sobre essa problemática.

O enquadramento foi, uma vez mais, a exposição pública dos dados estatísticos da produção de cigarros mundialmente, o consumo na Europa, a estimativa de BdC descartadas e o impacto do inadequado descarte da BdC na saúde humana, no ambiente, na economia e imagem da cidade. Concebeu-se uma atividade lúdica, com uma componente de interação e de consciencialização, apresentando os resultados do projeto em curso e também exemplos de boas práticas de cidades que têm desenvolvido ações sobre o descarte de BdC no terreno. Usámos informativos publicitários com linguagem positiva e informativa como cartazes, panfletos, *roll-up*, fotos colhidas de pavimento urbano com BdC, mobilizando o impacto da imagem da sua acumulação sobre o património cultural icónico da cidade que é a calçada portuguesa, e um globo terrestre de acrílico repleto de BdC, para mostrar a importância de começar a redução do impacto global pelos comportamentos locais na nossa cidade.

Para realização do projeto, convidei os intervenientes com quem interagi durante a investigação para darem apoio e parceria estratégica, institucional, de divulgação e financeira para o custeio dos materiais informativos, além do envolvimento ativo das suas instituições na disseminação e na participação, essencialmente com o objetivo principal da sensibilização.

Primeiramente, enviei um email aos intervenientes com *draft* do projeto, com informações detalhadas do enquadramento temático do tema da investigação e da proposta da atividade na NEI. Consoante as respostas positivas dos intervenientes, usei como referência os nomes de algumas dessas instituições, com o seu consentimento, para enviar convites a outras que procuram minimizar o impacto da sua atividade no ambiente, e que intervêm de alguma forma na temática ambiental, da sustentabilidade, e da preservação. Recebi respostas de várias dessas instituições, se posicionando que

queriam participar da NEI. Posteriormente, enviámos o convite, no qual além das informações do evento, inseri:

Quantas BdC são lançadas no ambiente anualmente? Para onde vão as BdC quando lançadas ao chão? Quais os impactos da BdC na saúde humana, no ambiente, na economia e no património cultural de Portugal? Tudo isso e muito mais será dado a conhecer através de uma visita interativa, “A mudança começa com a consciencialização, vamos conhecer?”, estaremos no Claustro, no piso 0. Até lá!

Dos mais de 420 interlocutores com quem me relacionei através de emails, telefone, encontros, reuniões, atividades, etc., recebi retorno positivo de 12 entidades para a participação no evento, nomeadamente o CICS.NOVA-FCSH (instituição de acolhimento), a ABAE, as Águas do Tejo Atlântico, a APLM, a CML e a sua Escola de Calceteiros, a Eco Dogs Walk, a Junta de Freguesia de Santo António, o Laboratório da Paisagem, a Missão Beatão, e o Turismo Centro de Portugal. Muitos outros convidados agradeceram e informaram que não estariam presentes, por múltiplas razões diferentes.

Durante as 6 horas do evento, passaram no espaço da nossa iniciativa cerca de 800 pessoas de diferentes idades, a quem demos a conhecer a problemática por meio de uma visita interativa, usando materiais visuais informativos dos resultados da investigação de mestrado, além de conversas e tertúlias. Foi enfatizada a importância de mantermos uma cidade limpa e os benefícios estéticos e na preservação do património cultural urbano, além da redução do impacto das BdC e seus componentes químicos e tóxicos na natureza, começando pela nossa cidade. Foram distribuídos cerca de 200 cinzeiros pessoais de bolso para os adultos fumadores que participaram das atividades, materiais autocolantes e panfletos informativos de boas práticas ambientais em relação à BdC, sua composição e consequências no ambiente. Foi também fornecido um “livro de percepção”, no qual o visitante poderia escrever aquilo de que mais gostara e como ficara sensibilizado. Destaco, como exemplo das respostas, as mensagens abaixo:

Cinzeiros, um bom incentivo à limpeza dos passeios.

Obrigada pela explicação. Achamos que mais parte das pessoas deviam de aprender mais sobre o assunto.



1. O que mais gostei foi do globo terrestre, é muito impressionante. 2. Creio que a informação que tinha é 5% do que aqui nos ensinam 3. Naturalmente, farei tudo para me manter a par!

**Figura 6: Imagens da atividade na Noite Europeia dos Investigadores, 27/09/2019,**



Fonte: NOVA FCSH, Gabinete de Comunicação e Marketing. Fotos de Luís Reis.

## Considerações finais

A questão da BdC pode se enquadrar de forma acertada no conceito de *Wicked Problems*, para os quais não há uma solução política óbvia, clássica e convencional pelos indivíduos e organizações envolvidas, por conta de conflito, falta de interesse e conhecimento. Considerando que, devido à persistência e ao agravamento da problemática que se iniciou desde a implantação do filtro de cigarro na década de 1950 a nível mundial, somados a poucas e/ou nenhuma eficientes de políticas públicas, o trabalho proposto mostra a falta de conscientização e a incipiência das políticas públicas relativas ao adequado descarte das BdC, para o que a Organização Mundial de Saúde já vem alertando (WHO, 2017a,b).

A problemática coloca-se a nível local, nacional e mundial, as soluções devem passar por políticas nacionais eficientes com ações regionais e locais, de acordo com as particularidades e necessidades de cada região e localidade. Devem ainda ter um acompanhamento e uma participação inclusiva, e um processo construtivista com participação de profissionais inter e multidisciplinares (Espejel *et al.* 2013; Felinto, Ribeiro, & Braga, 2019). Convém serem coordenadas e harmonizadas à escala mundial e particularmente na Europa. Dessa forma, poderá obter-se maior sucesso na mudança comportamental, e melhor coordenação em termos de fiscalização.

A educação, consciencialização e sensibilização ambientais podem ser um espectro significativo das políticas públicas no que se refere à problemática da BdC. É suposto que a maioria das pessoas já ouviu falar nos termos sustentabilidade e gestão da natureza, inclusive grande parte tem contribuído em prol da preservação do ambiente, qualidade de vida, e mitigação dos impactos associados provenientes de outros resíduos sólidos. No entanto, por falta de informação, consciencialização, conhecimento e reconhecimento não agem da mesma forma com a BdC (Nascimento, 2010)

Para que sejam dadas soluções efetivas à problemática do descarte inadequado das BdC, são necessárias parcerias transversais e atuação colaborativa envolvendo vários tipos de agentes. É necessária uma mudança comportamental e de postura, não apenas da população fumadora, mas também da sociedade como um todo, no sentido de oferecer alternativas para uma prática diferente, bem como no de disseminar informação e ampliar a conscientização para que essa mudança de atitude e de comportamento

ocorra. Como preconizam Lobo & Santana (2015), a criação das bases políticas, institucionais e legais é, naturalmente, responsabilidade do Governo; no entanto, a dimensão dos desafios exige a conjugação de esforços e uma estreita cooperação entre todos os setores da sociedade. A Administração Pública, os setores empresarial e industrial, as ONG, a Academia, a sociedade em geral e o cidadão individual, todos precisam ser envolvidos. Thomas Novotny, fundador da organização Cigarette Butt Pollution, professor de saúde pública da Universidade Estadual de San Diego e autor do *Tobacco Product Waste Reduction Toolkit* (Novotny, 2013) recomenda que qualquer movimento contra a BdC exigirá a participação e união de órgãos ligados à saúde e ao ambiente, passando por medidas estruturais e integradas básicas como campanhas de consciencialização, reforço e/ou adequação de infraestrutura específica, criação e gestão do fluxo de recolha dos serviços públicos, legislação específica e sua devida aplicação, fiscalização e destino.

Os estudos apresentados atestam diferentes possibilidades de destinos. Cada cidade, região ou país deverá eleger a que mais se adequa, considerando o menor custo e menor impacto no ambiente, pois todos têm algum, consoante o processo e a região. Como vimos, por exemplo sobre a incineração com aproveitamento energético, os custos da introdução de controles e medidas de redução dos impactos podem comprometer a viabilidade económica das soluções (Abbasi, 2018).

A implantação de políticas ambientais, bem como sua avaliação são processos relativamente recentes nas políticas e agendas públicas, e no discurso da sociedade. Com relação à evolução da política ambiental no mundo, percebe-se que os padrões de qualidade se tornam importantes para a definição de metas de políticas, além da crescente adoção de instrumentos económicos (Berkes, 2010; Tompkins & Adger, 2004). Em Portugal, parecem predominar políticas do tipo de Comando e Controle. Contudo, de acordo com os relatórios da APA, houve poucas autuações em resultado das políticas ambientais implantadas. Isso não significa que não tenham acontecido infrações, e sim, como salientaram muitos dos nossos entrevistados, a falta de fiscalização resultante de insuficientes recursos financeiros e humanos para a fazer. Dentro do modelo de gestão da utilizado pela APA e por outros órgãos fiscalizadores, nomeadamente, a ASAE, as Câmaras Municipais e as autoridades policiais, há ainda muito espaço de melhoria para assegurar a fiscalização do cumprimento das normas

constantes das leis vigentes, bem como formas mais eficientes na contenção da poluição e no combate a outras formas de degradação do ambiente.

Dados da quantidade substâncias químicas e tóxicas, as consequências para o ambiente, ecossistema, vida marinha, saúde, prejuízos económicos, comprometimento da imagem da cidade, entre outros problemas, justificam desde há longa data a necessidade de legislação específica. No entanto, por falta de consciencialização por parte do poder público, só recentemente, já em 2019, foi promulgada legislação específica que regulamenta o fim que deve ser atribuído às pontas de cigarros, e estão por construir soluções integradas de forma perene, articuladas com os atores envolvidos a nível local, regional, nacional e até internacional. Além disso, os custos consideráveis da logística de recolha diferenciada de um resíduo pequeno, leve, disperso, e com pouco valor agregado, resultaram em que a BdC seja negligenciada e não desperte o interesse das empresas de valorização de resíduos em geral. Até ao momento, não há um fluxo de recolha seletiva para as BdC.

Como ficou descrito, esta investigação participativa contribuiu para a apresentação de duas recomendações e uma moção ao nível local, e de uma lei a nível nacional, todas aprovadas. Primeiros passos que poderão contribuir para mudanças comportamentais, hábitos e costumes, uma vez que se inscrevem na Lei nacional “medidas de sensibilização e de informação da população com vista à redução do impacto destes resíduos no meio ambiente”. A mudança legislativa poderá também contribuir para vir a alterar ou adaptar o mobiliário urbano para atender a possível nova realidade de comportamento, triagem e/ou recolha das BdC, considerando que os mesmos também foram colocados na legislação.

No novo enquadramento legal, as Juntas de Freguesias, Câmaras Municipais e os Governos e agências os estatais podem e devem promover medidas de solução ou de mitigação da problemática, contanto que estas sejam integradas. O motor das soluções integradas deve estar no conjunto das medidas, e não se reduzir à aplicação de coimas. Soluções pautadas somente na punição, com falta de sensibilização e de fiscalização, resultarão na inaplicabilidade da lei, no descrédito da população e na criação de sentimento de impunidade. O apoio da comunicação social será importante para colaborar na mitigação da problemática e para não gerar/causar conflito, incômodo público e sentimento de injustiça para os fumadores, como quando enfatiza as “elevadas

e pesadas multas para quem atirar beatas de cigarro para o chão” (Lopes, 2019; mesmo tipo de mensagem em Lusa, 2019), transferido o foco da problemática e fazendo parecer que as leis propostas se dirigem apenas a penalizar os fumadores (aproximadamente 21% da população portuguesa), quando o foco da lei é a proteção e o respeito pelo espaço comum, a higiene e limpeza urbana, a valorização do território, e a proteção do ambiente e da vida.

É preciso, a partir daqui analisar para comprovação de resultados e avaliar a eficácia das medidas aplicadas da implantação da lei, incluindo o reforço da infraestrutura, a campanha de consciencialização, a aplicabilidade, fiscalização e sancionamento. Uma primeira perspetiva de estudos futuros consiste, assim, em acompanhar de maneira quantitativa a aplicabilidade da legislação agora vigente, e as alterações dos comportamentos dos fumadores e visão da sociedade. Importa avaliar se dão origem a inovações ao longo da cadeia, da produção à disposição do resíduo, bem como a parcerias e cooperações entre as ONG, movimentos sociais e as agências ao nível regional, nacional e internacional com o objetivo de estabelecer em conjunto prioridades de ações.

Para estudos futuros, sugiro investigar as consequências socioambientais e de saúde dos produtos que indústria do tabaco já tem colocado como alternativa ao cigarro tradicional, nomeadamente dos resíduos de outra natureza, que também eles produzem. Recomenda-se estudos específicos sobre o comportamento do fumador em relação ao resíduo, bem como possíveis formas de comunicação e sensibilização para a efetiva mudança, e ainda o estudo de diferentes destinos e sua aplicabilidade de forma transversal em termos de custo, fluxo e políticas socioambientais. Sugiro ainda investigar a postura da indústria tabaqueira em relação à Responsabilidade Alargada do Produtor sobre os resíduos originados pelo seu produto, à luz das Diretivas europeias e da sua transposição para Portugal.

## Referências

- Abbasi, S. A. (2018). The myth and the reality of energy recovery from municipal solid waste. *Energy, Sustainability and Society*, 8(1). <https://doi.org/10.1186/s13705-018-0175-y>
- Abrantes, J. M. (2016). *Avaliação técnica e económica da aplicação de sistemas Waste to Energy no tratamento de resíduos urbanos em aglomerados de média e pequena dimensão*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa-Instituto Superior Técnico, Lisboa. Obtido de [https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1689244997256091/Dissertacao\\_WtE\\_Joao\\_Abrantes\\_IST.pdf](https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1689244997256091/Dissertacao_WtE_Joao_Abrantes_IST.pdf)
- AEA - Agência Europeia do Ambiente. (2016). *O lixo nos nossos mares*. Obtido 5 de Março de 2018, de <https://www.eea.europa.eu/pt/sinais-da-aea/sinais-2014/em-analise/o-lixo-nos-nossos-mares>
- AEA. (2016b). *Environment and climate policy evaluation*. Obtido de <http://www.eea.europa.eu/publications/environment-and-climate-policy-evaluation>
- AEA. (2018). New data collected by citizens: Cigarette butts and filters the most common pieces of litter on Europe's beaches. (8 de junho) Obtido de <https://www.eea.europa.eu/highlights/new-data-collected-by-citizens>
- Águas, S. S. (2014). Práticas emergentes no design do artefacto urbano: Interdisciplinaridade e eco-design. *On the w@terfront*, 32, 47–61. <https://www.raco.cat/index.php/Waterfront/article/view/281595>
- Annez, P. C. (2006). Urban infrastructure finance from private operators: What have we learned from recent experience? *World Bank Policy Research Working Paper*, (WPS 4045). Obtido de <http://documents.worldbank.org/curated/en/939671468328598531/Urban-infrastructure-finance-from-private-operators-what-have-we-learned-from-recent-experience>

- APA. (2017). Guia de classificação de resíduos Portugal. Obtido de [https://apambiente.pt/\\_zdata/Políticas/Resíduos/Classificacao/Manual%20de%20Classificacao%20de%20resduos\\_20170316.pdf](https://apambiente.pt/_zdata/Políticas/Resíduos/Classificacao/Manual%20de%20Classificacao%20de%20resduos_20170316.pdf)
- APA. (2018). Conferência da ONU sobre Ambiente e Desenvolvimento. Obtido 3 de Abril de 2018, de <https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=119&sub3ref=494>
- Araújo, M. C. B. de, & Silva-Cavalcanti, J. S. (2014). O que temos a ver com isso?. *Ciência Hoje*. Obtido 27 de Junho de 2019, de <http://cienciahoje.org.br/artigo/o-que-temos-a-ver-com-isso//basic-html/index.html#page14>
- Arias-Andres, M., Klümper, U., Rojas-Jimenez, K., & Grossart, H. P. (2018). Microplastic pollution increases gene exchange in aquatic ecosystems. *Environmental Pollution*, 237, 253-261. <https://doi.org/10.1016/j.envpol.2018.02.058>
- Assembleia da República. (2019a). Lei n.º 88/2019, de 3 de setembro: Redução do impacto das pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros no meio ambiente. Obtido de <https://data.dre.pt/eli/lei/88/2019/09/03/p/dre>
- Assembleia da República. (2019b). Sobre as iniciativas legislativas. Obtido de <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/Iniciativas-sobre.aspx>
- Assembleia Municipal de Lisboa. (2019a). *Poderes e competências da Assembleia Municipal*. Obtido de <https://www.am-lisboa.pt/201500/1/index.htm>
- Assembleia Municipal de Lisboa. (2019b). Moção 068/01 (PAN) - Políticas públicas para a classificação e tratamento adequado dos resíduos de filtros de cigarro (14 de maio). Obtido de <https://www.am-lisboa.pt/301500/1/012074,000412/index.htm>
- Assembleia Municipal de Lisboa. (2019c). Recomendação 068/03 (PAN) - Pelo fim das beatas nas ruas de Lisboa (14 de maio). Obtido de <https://www.am-lisboa.pt/302000/1/012073,000420/index.htm>

- Assis, M. P., Malheiros, T. F., Fernandes, V., & Philippi, A. (2012). Avaliação de políticas ambientais: Desafios e perspectiva. *Saude e Sociedade*, 21(Supl. 3), 7-20. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000700002>
- Azoulay, D., Villa, P., Arellano, Y., Gordon, M., Moon, D., Miller, K., & Thompson, K. (2019). *The hidden costs of a plastic planet*. Washington: CIEL. Obtido de [www.ciel.org/plasticandhealth](http://www.ciel.org/plasticandhealth)
- Barnes, R. L. (2011). Regulating the disposal of cigarette butts as toxic hazardous waste. *Tobacco Control*, 20(Supplement 1), i45–i48. <https://doi.org/10.1136/tc.2010.041301>
- Beaumont, N. J., Aanesen, M., Austen, M. C., Börger, T., Clark, J. R., Cole, M., ... Wyles, K. J. (2019). Global ecological, social and economic impacts of marine plastic. *Marine Pollution Bulletin*, 142, 189–195. <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2019.03.022>
- Bello, A. V., & Libano, A. M. (2012). *Bitucas de cigarro , riscos ambientais , descarte correto e reciclagem*. Brasília: UniCEUB-Faculdade de Ciências da Educação e Saúde - FACES. Obtido de <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/6451/1/20900109.pdf>
- Berkes, F. (2010). Shifting perspectives on resource management: Resilience and the reconceptualization of ‘natural resources’ and ‘management’. *Mast*, 9(1), 13–40. Obtido de <https://pdfs.semanticscholar.org/9bfc/a20cf0af536feaa672f372cd6d0bf6438208.pdf>
- Besen, G. R., Ribeiro, H., Günther, W. M. R., & Jacobi, P. R. (2014). Coleta seletiva na Região Metropolitana de São Paulo: Impactos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Ambiente & Sociedade*, 17(3), 259-277. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300015>
- Bourzac, K. (2019). Estimating microplastic consumption. *C&EN*, 97(23), 10. <https://doi.org/10.1021/cen-09723-scicon6>
- Bringhenti, J. R., & Günther, W. M. R. (2011). Participação social em programas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, 16(4), 421–430. <https://doi.org/10.1590/S1413-41522011000400014>



- Canotilho, J. J. (1993). *Direito constitucional* (6.<sup>a</sup> ed.). Coimbra: Almedina. Obtido de [https://www.academia.edu/8032356/Jose\\_Joaquim\\_Gomes\\_Canotilho\\_Direito\\_Constitucional](https://www.academia.edu/8032356/Jose_Joaquim_Gomes_Canotilho_Direito_Constitucional)
- Carvalho, A. C. (2013). *Infraestrutura sob uma perspectiva pública : Instrumentos para o seu desenvolvimento*. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.2.2013.tde-27112013-152626>
- Carvalho, D. B. B., Malta, D. C., Duarte, E. C., Sardinha, L. M. V, Moura, L., Neto, O. L. M., Vasconcelos, A. B., & Pinheiro, A. R. O. (2011). Estudo de caso do processo de formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 20(4), 449–458. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742011000400004>
- Carvalho, V. (2017). Bitucas de cigarro viram adubo que ajuda grama crescer rápido (Post em blogue). Obtido 22 de Novembro de 2019, de <https://razoesparaacreditar.com/sustentabilidade/bitucas-de-cigarro-adubo-grama/>
- Caupers, J., Almeida, M. T., & Guibentif, P. (2014). *Feitura das leis: Portugal e a Europa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Obtido de <https://www.ffms.pt/publicacoes/detalhe/875/feitura-das-leis>
- Christmann, S. S., & Librelotto, D. R. (2014). Levantamento e estudo da infraestrutura, mobiliário e mobilidade urbana de um quarteirão no Bairro Centro da cidade de Panambi - RS. *Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto GEDECON*, 2, 123–142. <http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/view/860>
- CML - Câmara Municipal de Lisboa. (2019). Projeto de Regulamento de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana de Lisboa (Aprovado em reunião de Câmara em 17 de janeiro de 2019). *Boletim Municipal: Câmara Municipal de Lisboa*, (1301). Obtido de [https://bmpjesquisa.cm-lisboa.pt/pls/OKUL/app\\_bm.download\\_my\\_file?p\\_file=2992#search=](https://bmpjesquisa.cm-lisboa.pt/pls/OKUL/app_bm.download_my_file?p_file=2992#search=)
- Combe, M. (2016). Les mégots, pollution quotidienne du tabagisme. Obtido 7 de Setembro de 2018, de <http://www.natura-sciences.com/environnement/les-megots-pollution-tabac.html>

- Comissão Europeia. (2018a). *Uma estratégia Europeia para os plásticos na economia circular*. Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52018DC0028&from=EN>
- Comissão Europeia. (2018b). "Descriptor 10: Marine litter", in *Our oceans, seas and coasts*. Obtido 23 de Junho de 2019, de [http://ec.europa.eu/environment/marine/good-environmental-status/descriptor-10/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/environment/marine/good-environmental-status/descriptor-10/index_en.htm)
- Comissão Europeia. (2018c). *Single-use plastics: New EU rules to reduce marine litter*. (comunicado à imprensa, 6 de junho). Obtido 23 de Junho de 2019, de [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-18-3927\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-18-3927_en.htm)
- Cox, K. D., Covernton, G. A., Davies, H. L., Dower, J. F., Juanes, F., & Dudas, S. E. (2019). Human consumption of microplastics. *Environmental Science & Technology*, 53(12), 7068–7074. <https://doi.org/10.1021/acs.est.9b01517>
- Crabb, A., & Leroy, P. (2012) *The handbook of environmental policy evaluation*. London: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781849773072>
- Cruz, N. F., & Marques, R. C. (2014). Análise econômica do sistema da reciclagem em Portugal. *Engenharia Sanitaria e Ambiental*, 19(3), 335–344. <https://doi.org/10.1590/S1413-41522014019000000190>
- Cruz, R., Santos, D., Barrucho, G. S., Delatorre, A. B., Pereira, I., Cunha, C., ... Brito, F. (2019). Estudo sobre o gerenciamento de resíduos de bituca de cigarro. Foz do Iguaçu: *2º Congresso Sul-Americano de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade*. Obtido de <https://www.ibeas.org.br/conresol/conresol2019/IV-116.pdf>
- Curtis, C., Novotny, T. E., Lee, K., Freiberg, M., & McLaughlin, I. (2017). Tobacco industry responsibility for butts: A model Tobacco Waste Act. *Tobacco Control*, 26, 113–117. <https://doi.org/10.1136/tobaccocontrol-2015-052737>
- de Granda-Orive, J. I., Girón-Matute, W., & López-Yepes, L. (2016). Cigarette butts: The collateral effects of cigarettes on humans, animals and the environment. *Archivos de Bronconeumologia (English Edition)*, 52(5), 285. <https://doi.org/10.1016/j.arbr.2016.03.007>

- Derani, C., & Souza, K. (2013). Instrumentos econômicos na Política Nacional do Meio Ambiente: Por uma economia ecológica. *Veredas do direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, 10(19), 247-272. Obtido de <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/319>.
- Dias, F. R., Arruda, P. C. A., Xavier, S. D. S., Ghesti, G. F., Braga, P. R. S., Conceição, M. H., & Nascimento, P. G. B. D. (2018). Análise prospectiva da patente "Reaproveitamento de fibras de acetato de celulose e filtros de cigarro para obtenção de celulose e papel" – PI 0305004-1. *Cadernos de Prospecção*, 11(1), 51-63. <https://doi.org/10.9771/cp.v11i1.23040>
- Dias, S., & Gama, A. (2014). Investigação participativa baseada na comunidade em saúde pública: Potencialidades e desafios. *Revista Panamericana de Salud Publica/Pan American Journal of Public Health*, 35(2), 150-154. Obtido de <https://www.scielo.org/article/rpsp/2014.v35n2/150-154/pt/>.
- Diniz, R. F. (2010). *Cuidado ambiental em tempos de sustentabilidade: Explorando dimensões da conduta sustentável com estudantes universitários*, dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17470>
- Diniz, R. F. (2015). *Experiências de vida e a formação do compromisso pró-ecológico*, tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Obtido de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19885>
- Diniz, R., & Pinheiro, J. (2014). Cuidado ambiental em tempos de sustentabilidade: Relação entre compromisso pró-ecológico e orientação de futuro. *Psico*, 45(3), 387-394. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.3.17321>
- Direção-Geral de Saúde. (2019). Tabaco e saúde. Obtido 18 de Julho de 2019, de <https://www.dgs.pt/delegado-de-saude-regional-do-centro/conhecer-saude/tabaco-e-saude.aspx>
- Efferth, T., & Paul, N. W. (2017). Threats to human health by great ocean garbage patches. *The Lancet Planetary Health*, 1(8), e301-e303. [https://doi.org/10.1016/s2542-5196\(17\)30140-7](https://doi.org/10.1016/s2542-5196(17)30140-7)

- von Eichborn, S., & Abshagen, M.-L. (2015). *Tobacco: Antisocial, unfair, harmful to the environment*. Berlin: Unfairtobacco.org, German NGO Forum on Environment and Development, Bread for the World-Protestant Development Service. Obtido de <https://www.unfairtobacco.org/en/material/study-tobacco-antisocial-unfair-harmful-to-the-environment/>
- Espejel Carbajal, M. I., Lara Valencia, F., Bobadilla, M., Álvarez Borrego, S., Ávila Foucat, S., & Fermán Almada, J. L. (2013). Esquema de evaluación para instrumentos de política ambiental. *Política y Cultura*, (40), 99–122. Obtido de [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-77422013000200006](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422013000200006)
- Everett, J. W. (2018). Waste collection and transport. In R. A. Meyers (Ed.) *Encyclopedia of sustainability science and technology*. New York: Springer. [https://doi.org/10.1007/978-1-4939-2493-6\\_124-3](https://doi.org/10.1007/978-1-4939-2493-6_124-3)
- Felinto, C. M. R., Ribeiro, M. M. R., & Braga, C. F. C. (2019). Aplicação do modelo Força motriz-Pressão-Estado-Impacto-Resposta (FPEIR) para gestão dos recursos hídricos em João Pessoa-PB. *Revista DAE*, 67(218), 118–136. <https://doi.org/10.4322/dae.2019.038>
- Fernandes, A. C., Guerra, M. D., Ribeiro, R., & Rodrigues, S. (2017). *Relatório do estado do ambiente Portugal 2017*. Lisboa: APA. Obtido de <https://sniambgeoviewer.apambiente.pt/GeoDocs/geoportaldocs/REA/REA2017/RelatorioEstadoAmbiente2017.pdf>
- Ferri, G. L., Chaves, G. de L. D., & Ribeiro, G. M. (2014). Análise e localização de centros de armazenamento e triagem de resíduos sólidos urbanos para a rede de logística reversa: Um estudo de caso no município de São Mateus, ES. *Production*, 25(1), 27-42. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132014005000014>
- Franchetti, M. J. (2018). Recycling collection and material separation. In R. A. Meyers (Ed.), *Encyclopedia of sustainability science and technology*. New York: Springer. [https://doi.org/10.1007/978-1-4939-2493-6\\_115-3](https://doi.org/10.1007/978-1-4939-2493-6_115-3)
- Gameiro, A. C. P. (2010). *Análise do comportamento de fumar cigarros*, dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Obtido de <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000161144>

- Ghosh, T. K., Sadhukhan, S., Rana, D., Sarkar, G., Das, C., Chattopadhyay, S., ... Chakraborty, M. (2017). Treatment of recycled cigarette butts (man-made pollutants) to prepare electrically conducting material. *Journal of the Indian Chemical Society*, 98, 863-860. Obtido de [https://www.researchgate.net/profile/Chirantan\\_Das2/publication/321192990\\_Treatment\\_of\\_recycled\\_cigarette\\_butts\\_man-made\\_pollutants\\_to\\_prepare\\_electrically\\_conducting\\_material/links/5a142d030f7e9b12ab0ff915/Treatment-of-recycled-cigarette-butts-man-made-pollutants-to-prepare-electrically-conducting-material.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Chirantan_Das2/publication/321192990_Treatment_of_recycled_cigarette_butts_man-made_pollutants_to_prepare_electrically_conducting_material/links/5a142d030f7e9b12ab0ff915/Treatment-of-recycled-cigarette-butts-man-made-pollutants-to-prepare-electrically-conducting-material.pdf)
- Globo G1. (2016). *Usina de reciclagem transforma bituca de cigarros em papel em Votorantim* (Notícia em website, 19 de junho). Obtido de <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2016/06/usina-de-reciclagem-transforma-bituca-de-cigarros-em-papel-em-votorantim.html>
- Gonçalves, J., Adriana, M., Moreira, B., Teixeira, M., Mônica, M., Cerutti, G., & Heumann, S. (2010). Efeitos de sinalização por meio de legendas sobre o comportamento de separar lixo em restaurante de uma universidade pública. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(2), 127–143. Obtido de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/2899>
- Gonçalves-Dias, S. L. F., & Teodósio, A. S. S. (2006). Estrutura da cadeia reversa: «Caminhos» e «descaminhos» da embalagem PET. *Production*, 16(3), 429–441. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132006000300006>
- Green, A. L. R., Putschew, A., & Nehls, T. (2014). Littered cigarette butts as a source of nicotine in urban waters. *Journal of Hydrology*, 519(PD). <https://doi.org/10.1016/j.jhydrol.2014.05.046>
- Green, D. S., Boots, B., Carvalho, J. S., & Starkey, T. (2019). Cigarette butts have adverse effects on initial growth of perennial ryegrass (gramineae: *Lolium perenne* L.) and white clover (leguminosae: *Trifolium repens* L.). *Ecotoxicology and Environmental Safety*, 109418. <https://doi.org/10.1016/J.ECOENV.2019.109418>

- Gromicho, I. (2019, Março). E-tijolo: Como transformar pontas de cigarros em tijolos sustentáveis. *Ambiente Magazine* (7 de março). Obtido de <https://www.ambientemagazine.com/e-tijolo-como-transformar-pontas-de-cigarros-em-tijolos-sustentaveis/>
- Healton, C. G., Cummings, K. M., O'Connor, R. J., & Novotny, T. E. (2011). Butt really? The environmental impact of cigarettes. *Tobacco Control*, 20(Supplement 1), i1–i1. <https://doi.org/10.1136/tc.2011.043729>
- Holling, C. S., & Meffe, G. K. (1996). Command and control and the pathology of natural resource management. *Conservation Biology*, 10(2), 328–337. <https://doi.org/10.1046/j.1523-1739.1996.10020328.x>
- ICF & Eunomia. (2018). *Assessment of measures to reduce marine litter from single use plastics: Final Report and Annex*. Luxembourg: Publications Office of the European Commission. <https://doi.org/10.2779/500175>
- IFAD. (2006). *Community-based natural resource management: How knowledge is managed, disseminated and used*. Roma: IFAD. Obtido de <https://www.unccllearn.org/sites/default/files/inventory/ifad85.pdf>
- Jambeck, J. R., Geyer, R., Wilcox, C., Siegler, T. R., Perryman, M., Andrady, A., ... Law, K. L. (2015). Plastic waste inputs from land into the ocean. *Science*, 347(6223), 768–771. <https://doi.org/10.1126/science.1260352>
- John, N. M., & Reis, A. T. L. (2010). Percepção, estética e uso do mobiliário urbano. *Gestão & Tecnologia de Projetos*, 5(2), 180–206. <https://doi.org/10.4237/gtp.v5i2.106>
- Jornal de Notícias. (2018). Tabaco mata sete milhões por ano e destrói o ambiente. Obtido 19 de Novembro de 2018, de <https://www.jn.pt/mundo/interior/tabaco-mata-sete-milhoes-por-ano-e-destroi-o-ambiente-9940000.html>
- Kadir, A. A. (2010). *Recycling cigarette butts in fired clay bricks*. Tese de doutoramento RMIT University, Melbourne . Obtido de <https://researchbank.rmit.edu.au/eserv/rmit:160544/AbdulKadir.pdf>

- Kadir, A. A., & Mohajerani, A. (2011). Recycling cigarette butts in lightweight fired clay bricks. *Proceedings of the Institution of Civil Engineers - Construction Materials*, 164(5), 219-229. <https://doi.org/10.1680/coma.900013>
- Kadir, A. A., & Sarani, N. A. (2015). Cigarette butts pollution and environmental impact: A review. *Applied Mechanics and Materials*, 773–774, 1106-1110. 1106–1110. <https://doi.org/10.4028/www.scientific.net/AMM.773-774.1106>
- Kim, J.-S., Lee, H.-J., Kim, S.-K., & Kim, H.-J. (2018). Global pattern of microplastics (MPs) in commercial food-grade salts: Sea salt as an indicator of seawater MP pollution. *Environmental Science & Technology*, 52(21), 12819–12828. <https://doi.org/10.1021/acs.est.8b04180>
- Kollmuss, A., & Agyeman, J. (2002). Mind the gap: Why do people act environmentally and what are the barriers to pro-environmental behavior? *Environmental Education Research*, 8(3), 239–260. <https://doi.org/10.1080/13504620220145401>
- Kunz, N., Mayers, K., & Van Wassenhove, L. N. (2018). Stakeholder views on extended producer responsibility and the circular economy. *California Management Review*, 60(3), 45–70. <https://doi.org/10.1177/0008125617752694>
- Liebmann, B., Köppel, S., Königshofer, P., Bucsics, T., Reiberger, T., & Schwabl, P. (2018). Assessment of microplastic concentrations in human stool: Final results of a prospective study. *Conference on Nano and Microplastics in Technical and Freshwater Systems*. Monte Verità, Ascona, Switzerland. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.16638.02884>
- Lobo, F., Nunes, M., & Santana, P. (2015). PERSU 2020: Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2014 - 2020 : Relatório de monitorização 2015. Lisboa: ERSAR. Obtido de [http://www.ersar.pt/pt/site-comunicacao/site-noticias/documents/relatório\\_persu\\_2020\\_ano\\_2015.pdf](http://www.ersar.pt/pt/site-comunicacao/site-noticias/documents/relatório_persu_2020_ano_2015.pdf)
- Lopes, M. (2019). Parlamento aprova multas pesadas para quem deitar beatas para o chão. *Público on line* (14 de junho). Obtido 26 de Novembro de 2019, de <https://www.publico.pt/2019/06/14/politica/noticia/parlamento-aprova-projeto-lei-pan-beatas-cigarros-1876445>

- Lusa. (2019). Atirar beatas para o chão pode dar multa que varia entre os 25 e os 250 euros a partir desta. Observador on line (4 de setembro). Obtido 26 de Novembro de 2019, de <https://observador.pt/2019/09/04/atirar-beatas-para-o-chao-pode-dar-multa-de-250-euros-a-partir-desta-quarta-feira/>
- Lustosa, M. C., & F. Young, C. E. (2013). Política ambiental. In D. Kupfer & L. Hasenclever (Eds.), *Economia industrial* (2ª edição, pp. 341–352). Rio de Janeiro: Elsevier Brasil. <https://doi.org/10.1016/B978-85-352-6368-8.00026-8>
- Manzoli, L. (2016). Executivo descobre nas bitucas de cigarro a oportunidade para um grande negócio. *São Paulo São* (9 de janeiro). Obtido 30 de Janeiro de 2019, de <https://saopaulosao.com.br/negocios/1153-executivo-descobre-nas-bitucas-de-cigarro-a-oportunidade-para-um-grande-negocio.html#>
- Marchi, J., Machado, E., & Trevisan, M. (2014). Descarte e destinação adequados aos resíduos pós-consumo de cigarros: Inovação e alternativas possíveis. In *Anais XVI ENGEMA Encontro Empresarial sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*. Obtido de <http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/250.pdf>
- Marques, J., & Sarmiento, T. (2007). Investigação-acção e construção da cidadania. *Revista Lusófona de Educação*, 9(9), 85–102. Obtido de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/660>
- Martinho, G. (2016). Lixo marinho: Um problema global (11 de outubro). Obtido 19 de Novembro de 2018, de <http://www.ambienteonline.pt/canal/detalhe/colunista-graca-martinho-residuos-tendencias-lixo-marinho->
- Menezes, D. (2011). *Bitucas recicladas ajudam a recompor áreas degradadas* (post em blogue, 25 de maio). Obtido 22 de Novembro de 2019, de <https://www.ecycle.com.br/component/content/article/37-tecnologia-a-favor/425-bitucas-recicladas-ajudam-a-recompor-areas-degradadas.html>
- Merk, O., Saussier, S., Staropoli, C., Slack, E., Kim, J.-H. (2012). Financing green urban infrastructure. *OECD Regional Development Working Papers* (2012/10). <https://doi.org/10.1787/20737009>
- Mickwitz, P. (2003). A framework for evaluating environmental policy instruments: Context and key concepts. *Evaluation*, 9(4), 415–436. <https://doi.org/10.1177/135638900300900404>



- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. (2006). Decreto-Lei 178/2006, de 5 de setembro: Aprova o regime geral da gestão de resíduos. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/178/2006/09/05/p/dre/pt/html>
- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. (2014). Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro: Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), para Portugal Continental <https://data.dre.pt/eli/port/187-a/2014/09/17/p/dre/pt/html>
- Moerman, J. W., & Potts, G. E. (2011). Analysis of metals leached from smoked cigarette litter. *Tobacco Control*, 20(Supplement 1), i30–i35. <https://doi.org/10.1136/tc.2010.040196>
- Mowry, J. B., Spyker, D. A., Brooks, D. E., Zimmerman, A., & Schauben, J. L. (2015). 2015 annual report of the American Association of Poison Control Centers' National Poison Data System (NPDS): 33rd annual report. *Clinical Toxicology*, 54(10), 924–1109. <https://doi.org/10.1080/15563650.2016.1245421>
- Mucelin, C. A., & Bellini, M. (2008). Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. *Sociedade & Natureza*, 20(1), 111–124. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132008000100008>
- Nascimento, R. F. A. (2010). Educomunicação ambiental: Um caminho para sustentabilidade de um bairro. In *Anais, 1º Encontro de História da Mídia da Região Norte*. Palmas PR: ALCAR - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. Obtido de <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/norte/1o-encontro/artigos>
- Nelms, S. E., Barnett, J., Brownlow, A., Davison, N. J., Deaville, R., Galloway, T. S., ... Godley, B. J. (2019). Microplastics in marine mammals stranded around the British coast: Ubiquitous but transitory? *Scientific Reports*, 9(1), 1075. <https://doi.org/10.1038/s41598-018-37428-3>
- Neves, D., Sobral, P., & Pereira, T. (2015). Marine litter in bottom trawls off the Portuguese coast. *Marine Pollution Bulletin*, 99(1–2), 301–304. <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2015.07.044>

- Niza, S., Santos, E., Costa, I., Ribeiro, P., & Ferrão, P. (2014). Extended producer responsibility policy in Portugal: A strategy towards improving waste management performance. *Journal of Cleaner Production*, 64, 277–287. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.07.037>
- Novotny T. (2013). *Tobacco product waste reduction toolkit*. Sacramento: Tobacco Control Program. Obtido de [https://docs.wixstatic.com/ugd/eec87d\\_b8b23c2ba5224e32aa3e0c6452423dbc.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/eec87d_b8b23c2ba5224e32aa3e0c6452423dbc.pdf)
- Nunesmaia, M. D. F. (2002). A gestão de resíduos urbanos e suas limitações. *TECBAHIA: Revista Baiana de Tecnologia*, 17(1), 120–129. Obtido de [http://web-resol.org/textos/gestao\\_de\\_residuos\\_urbanos\\_\(nunesmaia\\_2002\).pdf](http://web-resol.org/textos/gestao_de_residuos_urbanos_(nunesmaia_2002).pdf)
- OCI - Ocean Conservancy International. (2017). Together for our ocean: International coastal clean up. Washington, D.C. Obtido de [https://oceanconservancy.org/wp-content/uploads/2017/06/International-Coastal-Cleanup\\_2017-Report.pdf](https://oceanconservancy.org/wp-content/uploads/2017/06/International-Coastal-Cleanup_2017-Report.pdf)
- OCI. (2018). Building a Clean Swell. Washington, DC. Obtido de <https://oceanconservancy.org/wp-content/uploads/2018/06/FINAL-2018-ICC-REPORT.pdf>
- ONU. (2015). *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. (Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>
- Paiva, M. L. (2017). *Valorização energética e material de resíduos lenhocelulósicos pulverizados com contaminação polimérica*. Dissertação de mestrado. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da. Obtido de [https://run.unl.pt/bitstream/10362/31872/1/Paiva\\_2017.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/31872/1/Paiva_2017.pdf)
- Parlamento Europeu. (2018). *Parliament and Council agree drastic cuts to plastic pollution of environment* (comunicado à imprensa, 19 de dezembro). Obtido 23 de Junho de 2019, de <http://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20181219IPR22301/parliament-and-council-agree-drastic-cuts-to-plastic-pollution-of-environment>

- Parlamento Europeu, & Conselho da União Europeia. (2019). Diretiva (UE) 2019/904 | relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente. *Jornal Oficial da União Europeia* (12 de junho). Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32019L0904&from=EN>
- Peixoto, D., Pinheiro, C., Amorim, J., Oliva-Teles, L., Guilhermino, L., & Vieira, M. N. (2019). Microplastic pollution in commercial salt for human consumption: A review. *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, 219, 161–168. <https://doi.org/10.1016/j.ecss.2019.02.018>
- Peruzzo, C. M. K. (2017). Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: Da observação participante à pesquisa-ação. *Estudios Sobre las Culturas Contemporáneas*, 23(3), 161–190. Obtido de <https://www.culturascontemporaneas.com/articulos.htm?revista=74>
- PIDS. (2002). A law of nature: The command-and-control approach. *PIDS Economic Issue of the Day*, 3(1), 1–2. Obtido de <https://www.pids.gov.ph/economic-issue-of-the-day?year=2002>
- Planetoscope. (2017). Planetoscope statistiques: Mégots de cigarettes jetés dans la rue. Obtido 7 de Setembro de 2018, de <https://www.planetoscope.com/recyclage-dechets/862-megots-de-cigarettes-jetes-dans-la-rue.html>
- Poppendieck, D. G., Khurshid, S. S., & Emmerich, S. J. (2016). *Measuring airborne emissions from cigarette butts: Literature review and experimental plan: Final report to U.S. Food and Drug Administration*. Gaithersburg, MD: National Institute of Standards and Technology. <https://doi.org/10.6028/NIST.IR.8147>
- Pordata. (2020). População residente, média anual: Total e por grupo etário. In *Pordata: Base de dados Portugal contemporâneo*. <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente++m%C3%A9dia+anual+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-10>
- Ribeiro, C. R. (2018). *O Processo legislativo*. Lisboa: Assembleia da República. Obtido de [http://www.asg-plp.org/upload/eventos/doc\\_339.pdf](http://www.asg-plp.org/upload/eventos/doc_339.pdf)

- Rodrigues, W., Magalhães Filho, L. N. L., & Pereira, R. S. (2016). Análise dos determinantes dos custos de resíduos sólidos urbanos nas capitais estaduais brasileiras. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 8(1), 130-141. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.008.001.AO02>
- Santos, A. A., & Silva, A. C. (2016). Coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos no Município de Poço Verde / SE: Desafio para o desenvolvimento urbano sustentável municipal. *COBESA (Ed.), IV Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental*. Obtido de <http://cobesa.com.br/2016/download/cobesa-2016/IVCOBESA-304.pdf>
- Semesp. (2016). *Projeto de estudantes transforma bitucas de cigarro em adubo – Semesp (notícia em website, 16 de junho)*. Obtido 22 de Novembro de 2019, de <https://www.semesp.org.br/noticias/projeto-de-estudantes-transforma-bitucas-de-cigarro-em-adubo/>
- Sherrington, C., Darrah, C., Watson, S., & Winter, J. (2017). Leverage points for reducing single-use plastics: Background research. Bristol: Eunomia. Obtido de <https://www.eunomia.co.uk/reports-tools/leverage-points-for-reducing-single-use-plastics-background-research/>
- Silveira, A. (2010). Bitucas causam dano ambiental. (artigo em blogue, 12 de janeiro), Obtido 7 de Setembro de 2018, de <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/bitucas-causam-dano-ambiental-cf6okxundbcwt12z7in1wh7bi>
- Simões, P., & Marques, R. C. (2009). Avaliação do desempenho dos serviços de resíduos urbanos em Portugal. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, 14(2), 285–294. <https://doi.org/10.1590/S1413-41522009000200016>
- Slaughter, E., Gersberg, R. M., Watanabe, K., Rudolph, J., Stransky, C., & Novotny, T. E. (2011). Toxicity of cigarette butts, and their chemical components, to marine and freshwater fish. *Tobacco Control*, 20(Supplement 1), i25–i29. <https://doi.org/10.1136/tc.2010.040170>
- Smith, E. A., & Novotny, T. E. (2010). Whose butt is it? Tobacco industry research about smokers and cigarette butt waste. *Tobacco Control*, 20(Supplement 1), i2–i9. <https://doi.org/10.1136/tc.2010.040105>

- SNS - Serviço Nacional de Saúde. (2017). Dia Mundial Sem Tabaco 2017. Obtido 19 de Novembro de 2018, de <https://www.sns.gov.pt/noticias/2017/05/31/dia-mundial-sem-tabaco-2017/>
- Tavares, B. R. (2013). *O Ambiente e as políticas ambientais em Portugal: Contributos para uma abordagem histórica*. Dissertação de mestrado, Universidade Aberta, Lisboa.. <http://hdl.handle.net/10400.2/2757>
- Tavares, E. T., & Schramm, F. R. (2015). Princípio de precaução e nanotecnociências. *Revista Bioética*, 23(2), 244–255. <https://doi.org/10.1590/1983-80422015232063>
- Teixeira, H. M. M. (2012). *Acumulação de resíduos tóxicos e perigosos e o seu impacto para a saúde*. Dissertação de Mestrado, Universidade dos Açores, Ponta Dlgada. <http://hdl.handle.net/10400.3/1322>
- Thiollent, M., & Oliveira, L. (2016). Participação, cooperação, colaboração na relação dos dispositivos de investigação com a esfera da ação sob a perspectiva da pesquisa-ação. In A. P. Costa, S. Tuzzo, L. Ruano, C. T. Silva, F. N. de Souza, & D. N. d Souza (Eds.) *Atas do 5º Congresso Ibero Americano em Investigação Qualitativa: Investigação qualitativa nas ciências sociais - CIAIQ2016*, Porto. Obtido de <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/issue/view/14>
- Tobacco Atlas (2019). *Cigarette use globally*. Obtido 30 de Julho de 2019, de <http://www.tobaccoatlas.org/topic/cigarette-use-globally/>
- Tobacco Control Legal Consortium. (2013). *Policy tools for minimizing public health and environmental effects of cigarette waste*. Saint Paul, MN: Tobacco Control Legal Consortium. <https://www.publichealthlawcenter.org/sites/default/files/resources/tclc-guide-cigarette-waste-2014.pdf>
- Tompkins, E. L., & Adger, W. N. (2004). Does adaptive management of natural resources enhance resilience to climate change? *Ecology and Society*, 9(2), art.10. <https://doi.org/10.5751/ES-00667-090210>

- Trevisan, A. P., & Van Bellen, H. M. (2008). Avaliação de políticas públicas: Uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 529-550. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300005>
- Trotta, P. (2011). A gestão de resíduos sólidos urbanos em Portugal. In *Anais do VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 12-13 de Agosto de 2011* (online). Rio de Janeiro. Obtido em <http://www.inovarse.org/filebrowser/download/8537>
- Truth Initiative. (2018). Tobacco and the environment (Environment factsheet, March). Washington: Truth Initiative. Obtido de [https://truthinitiative.org/sites/default/files/media/files/2019/03/truth\\_initiative-environment\\_fact\\_sheet-FINAL.pdf](https://truthinitiative.org/sites/default/files/media/files/2019/03/truth_initiative-environment_fact_sheet-FINAL.pdf)
- UNEP - United Nations Environmental Programme.. (2017). Até 2050 podemos ter + plástico do que peixes no mar. Obtido de <http://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/22379/Folder Branco Mares Limpos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- UNEP. (2018a). *Marine litter*. Obtido 19 de Novembro de 2018, de <https://www.unenvironment.org/explore-topics/oceans-seas/what-we-do/working-regional-seas/marine-litter>
- UNEP. (2018b). *United Nations Environment Assembly of the United Nations Environment Programme: Third session*. Nairobi, 4-6 december 2017. Obtido de <https://papersmart.unon.org/resolution/uploads/k1800398.english.pdf>
- Valente, S. M. G. R. (2013). *Hábitos privados práticas públicas: O lixo no quotidiano*. Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/8922>
- VGResíduos (2019). *Como transformar bituca de cigarro em adubo e lucrar?* (post em blogue, 11 de janeiro). Obtido 22 de Novembro de 2019, de <https://www.vgresiduos.com.br/blog/category/residuos-de-cigarro/>
- Viegas, S. (2012). *Caracterização e quantificação de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Resíduos de Construção e Demolição (RCD)*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.14/11364>

- Waltner-Toews, D., & Kay, J. (2005). The evolution of an ecosystem approach: The diamond schematic and an adaptive methodology for ecosystem sustainability and health. *Ecology and Society*, 10(1), art. 38. <https://doi.org/10.5751/ES-01214-100138>
- Welle, F, & Franz, R. (2018). Microplastic in bottled natural mineral water: Literature review and considerations on exposure and risk assessment. *Food Additives & Contaminants: Part A*, 35(12), 2482-2492. <https://doi.org/10.1080/19440049.2018.1543957>
- WHO - World Health Organization. (2017a). *Tobacco and its environmental impact: An overview*. Geneve: WHO. <https://www.who.int/tobacco/publications/environmental-impact-overview/en/>
- WHO. (2017b). World No Tobacco Day, 31 May 2017. Obtido 19 de Novembro de 2018, de <http://www.who.int/campaigns/no-tobacco-day/2017/event/en/>
- WHO. (2018). *New report from the Secretariat of the WHO FCTC demonstrates how smoking destroys the environment and undermines sustainable development*. (comunicado à imprensa da WHO Framework Convention on Tobacco Control, 2 de outubro). Obtido de <https://www.who.int/fctc/mediacentre/news/cop8/environement-launch-publication/en/>
- World Economic Forum. (2018). This is how long everyday plastic items last in the ocean. Obtido 19 de Novembro de 2018, de <https://www.weforum.org/agenda/2018/11/chart-of-the-day-this-is-how-long-everyday-plastic-items-last-in-the-ocean>
- Wright, S. L., & Kelly, F. J. (2017). Plastic and human health: A micro issue? *Environmental Science and Technology*, 51(12), 6634-6647. <https://doi.org/10.1021/acs.est.7b00423>
- Xanthos, D., & Walker, T. R. (2017). International policies to reduce plastic marine pollution from single-use plastics (plastic bags and microbeads): A review. *Marine Pollution Bulletin*, 118(1–2). <https://doi.org/10.1016/j.marpolbul.2017.02.048>

- Yang, D., Shi, H., Li, L., Li, J., Jabeen, K., & Kolandhasamy, P. (2015). Microplastic pollution in table salts from China. *Environmental Science & Technology*, 49(22), 13622–13627. <https://doi.org/10.1021/acs.est.5b03163>
- Zafeiridou, M., Hopkinson, N. S., & Voulvoulis, N. (2018). *Cigarette smoking: An assessment of tobacco's global environmental footprint across its entire supply chain, and policy strategies to reduce it*. Geneva: WHO. Obtido de <https://www.who.int/fctc/publications/WHO-FCTC-Environment-Cigarette-smoking.pdf?ua=1&ua=1>



## ANEXOS

### ANEXO 1: GUIÃO DE ENTREVISTAS

**Direção e tópicos para conduzir a entrevista:** •(ajustado consoante ao interlocutor e a medida que as próprias entrevistas surgiam novas questões)

#### 1. Questões norteadoras:

- Foi verificado que na política de resíduos sólidos e urbanos da APA a beata não está classificada e nem é considerada no fluxo. Se têm ciência desta situação;
- Que conhecimento revela da problemática e em que aspetos;
- Se há consciência, perceção que com a implantação da lei antifumo criou-se um efeito colateral no aumento das beatas nos espaços públicos abertos;

#### 2. Explorar os aspetos qualitativos e/ou quantitativos das medidas apresentadas de atualização ao regulamento de gestão de resíduos em Lisboa anunciadas em 10/01/2019, vice-presidente do município Duarte:

##### Se o entrevistado não tiver tido conhecimento expor:

As medidas tomadas serão a aplicação de coimas por lançar para o chão beatas de cigarros, maços de tabaco, pastilhas elásticas e outros resíduos, podem ir de 150 a 1.500 euros para as pessoas singulares e de 1.000 a 15.000 euros caso a responsabilidade seja de pessoas. Os estabelecimentos comerciais e esplanadas vão também ser obrigados a dispor de cinzeiros e baldes para lixo e a assegurar a limpeza do espaço público na sua zona de influência até um raio de dois metros. Num caso e noutro, a multa pode ir dos 1.000 aos 15.000 euros.

- O que achou e como recebeu as medidas anunciadas
- Se analisa, a possibilidade de generalização deste tipo de medidas (exemplo da CML) à política no qual é dirigente (local, regional ou nacional)
- Quais foram/são as motivações das medidas agora anunciadas?

#### Tópicos a explorar:

- Título Capital Verde da Europa (2020);
- Atualização periódica, prevista no regulamento de 2004 consoante os processos, comportamentos, reações e resultados;
- Benefícios ambientais e de saúde pública;
- Grau de especificação e prioridade relativa da problemática das beatas no conjunto dos resíduos.

##### Depois da resposta e se o mesmo analisa a possibilidade de generalizar as medidas a nível no seu âmbito de capacidades, questionar:

- Se visualizam uma intenção de vir a intervir nesta matéria;
- Quais os tipos de soluções seriam implantadas;
- Como constituiria estas medidas;
- Em quais dimensões e aspetos visam intervir;
- As medidas seriam integradas (caso o interlocutor não associe a palavra ao conceito, explorar o que ele o entrevistado entende sobre soluções integradas:
- Campanha de consciencialização/educação ambiental;

- g. Facilitação, implantação e/ou reforço de infraestrutura adequada/específica para o descarte;
- h. Promoção e iniciativas da recolha, da reciclagem e/ou reutilização (destino);
- i. De normas, leis, diplomas, decretos, coerção
- j. Da implantação e/ou reforço de infraestrutura adequada/específica
- k. Da promoção de educação e consciencialização

**l. Tópicos a explorar:**

- Faseamento da implantação das novas medidas;
- Passos e prazos para aplicação e ampliação das normas;
- Identificação de barreiras à continuidade da aplicação e ampliação e como superá-las;
- Identificação de oportunidades para a continuidade da aplicação e ampliação e como aproveitá-las.

**3. Questões norteadoras de partida para o futuro das medidas de atualização ao regulamento de gestão de resíduos em Lisboa.**

- a. É somente para atender o título Capital Verde (2020);
- b. A atualização do atual regulamento que no qual é de 2004, foi para adaptar o sistema a uma realidade que mudou, está previsto uma atualização periódica em consoante aos processos, comportamentos, reações e resultados;
- c. Sobre o orçamento atual que a área de higiene urbana recebe de mais de 18 milhões de euros por ano, se o reforço de 10 milhões será dado apenas este ano;

**4. Questões norteadoras de partida com base na coerção**

**a. Estaria previsto a aplicado de coerção? Como seria o funcionamento na prática?**

**Tópicos a explorar:**

- Determinação: Quem lançar para o “chão beatas de cigarros, maços de tabaco, pastilhas elásticas e outros” estará sujeito ao pagamento de uma coima que pode ir de 150 a 1.500 euros para as pessoas singulares e de 1.000 a 15.000 euros caso a responsabilidade seja de pessoas coletivas. Se implantadas as medidas:
- Segundo a Câmara de Lisboa, as competências relacionadas com fiscalização e cobrança de multas serão passadas para as freguesias e coimas vão reverter para as mesmas. Como será feita a fiscalização e aplicação das coimas?
- Qual será a utilização da verba recolhida com as coimas;
- Qual será o prazo de pagamento e de que forma;
- A campanha de sensibilização em conjunto com a Valorsul, como será implantada.
- Qual e como será o apoio aos estabelecimentos (“restauração, hotelaria e comércio) quanto consciencialização da problemática;
- todas as esplanadas e multibancos da cidade serão obrigados a terem cinzeiros e papeleiras. Onde os estabelecimentos poderão adquirir as infraestruturas (cinzeiros). Considerando que o "cinzeiro" pode ser qualquer e todo recipiente (copo vazio ou com água, prato, de material de vidro, aço, plástico, etc), os mesmos serão padronizados em termos de modelo, material, design em termos de segurança e facilitação de recolha;
- Será oferecido algum tipo de subsídio por parte das juntas de Freguesia ou Câmara para aquisição e/ou adaptação da implantação da infraestrutura (cinzeiros);
- Quais são as barreiras da implantação destas novas medidas;
- Quais as potencialidades da implantação destas novas medidas;

- Qual é o processo de faseamento destas novas medidas;
- Como seria feita a fiscalização e aplicação das coimas;

**5. Questões norteadoras com base na sensibilização, facilitação de infraestrutura, recolha e destino:**

- a. Estaria previsto campanhas de sensibilização, facilitação de infraestrutura, recolha e destino ambientalmente correto? Como seriam implantadas essas medidas?**

**Tópicos a explorar:**

- Quais seriam os procedimentos que os estabelecimentos adotariam com a recolha das beatas em cinzeiros, baldes para lixo e limpeza das calçadas;
- Onde as beatas seriam colocadas (indiferenciado?);
- Haveria algum plano, projeto, desenho para a recolha das beatas e qual seria o destino;
- Como seria a campanha de sensibilização junto a população e como seria implantada;
- Há algum plano, projeto, desenho para a recolha das beatas e qual será o destino;

**E para concluir, e com o intuito que legislador se sensibilize na temática a ponto de querer criar uma legislação específica, expor os dados estatísticos da “problemática” adquiridos na revisão de literatura e pesquisa de exploração:**

- 5,7 triliões de cigarros foram consumidos em todo o mundo, e 9 triliões esperados até 2025 (Ghosh et al., 2017),
- O consumo global na Europa foi de 1,2 triliões de cigarros em 2016;
- Em Portugal são fumados 1.133 cigarros por pessoa por ano, cerca de 10 biliões;
- São produzidos de acetato de celulose, não biodegradável;
- Contém mais de quatro mil substâncias químicas, das quais pelo menos 250; são prejudiciais à saúde e 50 cancerígenas;
- Um tipo de micro resíduo;
- Anualmente a nível mundial 3,8 triliões de BdC são lançadas no ambiente;
- Embora seja um resíduo pequeno e aparentemente insignificante, após o descarte indevido, as beatas são levadas pela água da chuva ou pelo vento, contaminando o ambiente, o solo e o lençol freático, resultando em entupimento das tubulações e bueiros que contribui para a ocorrência das enchentes;
- Afeta a economia com custos de limpeza urbana e da despoluição da água, bem como a desvalorização de território, ambiental e social, particularmente em regiões cuja economia depende do turismo.
- As beatas causam morte e contaminação dos animais que as ingerem ou entram em contato com as toxinas.
- Quando descartadas ainda acesas, são responsáveis por 30% dos incêndios anualmente em França, 16% devido a beatas jogadas por motoristas e 14% por pedestres.

## ANEXO 2: ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS POR CONTEXTO, SEGUNDO O ÂMBITO INSTITUCIONAL

Âmbito	Contexto: Ciência da falta de classificação da beata de cigarro pela APA, quais os conhecimentos que revelam da problemática e resíduo, e em que aspetos.
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Mas se não for a APA a implementar, que é a agência que nos impõe, através do ministério de ambiente, não vai ser possível...</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Não abordado</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Não, não sabia disso... a minha área é ligada a parte de resíduos e muito, muito ténue mesmo...</i>
Empresa de Produção e Distribuição	<i>Tem, é lixo comum...</i>
Empresa de Valorização de Resíduos	<i>Não faz parte do meu dia-a-dia esse problema... nunca perguntei e francamente nunca me interessei por isso...porque de facto não é muito o nosso foco...</i>
Instituição de Ensino	<i>Não sabia, não sabia ainda não...Não é classificado como resíduo</i>
Instituição de Ensino	<i>Não, não. Acho que, de todos os trabalhos que tenho visto acho que não, não... é mais a nível internacional...</i>
Instituição de Ensino	<i>de acordo com os códigos de LER, são indiferenciados, invariavelmente, enquanto não houver um código específico, irá invariavelmente acabar a limbos, O lixo urbano, é ainda que para todos os efeitos ajam alguns riscos que são claramente influenciados, os riscos estão associados ao resíduo equiparado ao urbano, é um problema que felizmente novas pessoas tentam encará-lo com uma solução.</i>
IPSFL Ciência	<i>Não sabia, mas quero dizer, sim, faço ideia...</i>
Junta de Freguesia	<i>Sim... é das piores entidades que existem... é um horror...</i>
Junta de Freguesia	<i>As beatas são um problema, até que não são tão biodegradáveis como era suposto, obviamente se demora muito tempo a serem destruídas...e agora, enfim, como já falamos no espaço público, tem provocado muitos problemas no espaço público que é a sujidade toda provocada pelas beatas. Agora a título de classificação que a Agência Portuguesa do Ambiente atribui, isso não...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não..., mas isso é nos indiferenciados, não? É suposto de ser...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não, olha, o vereador José Sá Fernandes tem uma obsessão para combater as beatas (risos). Agora, nós aqui na junta de freguesia, os tratamentos de resíduos não é com a junta de freguesia, é com a CML, que tem um sistema de recolha diferenciado em vários bairros e tem uma série de pontos onde as pessoas podem de fato fazer essa diferenciação. O nosso único contributo enquanto junta de freguesia é termos os dispositivos para a recolha de óleos usados...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não, não estamos do outro lado do processo, não é? Mas não, o tratamento de lixo não é uma competência nossa, nem na qual nós nos metemos, portanto, temos na verdade poucas noções de como é que funciona esse trabalho de fato...Contudo, das beatas então não tenho mais pequena ideia... E deve ser daqueles resíduos que criavam o problema dos micro plásticos nos filtros das incineradoras, ou não?</i>
Junta de Freguesia	<i>Não, não, não, aliás, eu trabalhei em resíduos.</i>
Junta de Freguesia	<i>Não, por acaso não... não sei sequer se é, se faz algum tipo de reciclagem a partir dela (risos)...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não, nós não temos noção...Não somos especialistas em beata, né?</i>
Junta de Freguesia	<i>Não, eu não sabia...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não</i>
Junta de Freguesia	<i>Mas o problema que tem aí é outro, porque pela dispersão da produção, ela muito dificilmente terá uma classificação própria, porque, será a partida será sempre englobada na mistura de resíduos equiparados a resíduos urbanos. Dificilmente pela dispersão vai ter uma classificação específica, só por esta razão, pela razão prática...</i>
Junta de Freguesia	<i>Quanto as questões das beatas, é muito preocupante, eu sou fumador, mas devo ser uma das poucas pessoas que apagam o cigarro no caixote, e manda para o caixote, ou seja, eu sei que não é reciclável, vai para o lixo na mesma, mas não esta no chão. Lá na faculdade ele tem lá uns tubinhos que é para as beatas mesmo...Não está classificado? Eu pensei que ela</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Ciência da falta de classificação da beata de cigarro pela APA, quais os conhecimentos que revelam da problemática e resíduo, e em que aspetos.</b>
	<i>estivesse classificada como toxica, como ela vem tem uma química, a pessoa está fumando uma química, a parte que fica é pura química, lá está, que fica é o pior, não é?</i>
Junta de Freguesia	<i>Eu, por acaso sabia, porque aqui todos os anos fazemos uma recolha de lixo marinho, e fazemos uma recolha exatadamente das beatas.</i>
Junta de Freguesia	<i>Não, não temos. Por isso que eu disse como que vamos ajudá-la, porque aqui não temos muito. É assim: faz parte do nosso serviço de varredura a recolha das beatas, mas vai no lixo, mas vai no lixo qualquer, vai para o contentor.</i>
Junta de Freguesia	<i>Porque as beatas é um mal terrível, com a quantidade de animais mortos com o plástico, portanto, os peixes estão as costas com as barrigas carregadas de plástico, dos plásticos a beata também tem, portanto é um problema, plástico é uma coisa, beatas é outra, enquanto eu tenho uma relação com o plástico não é cotidiana, as pessoas não vão todos os dias as compras mas pessoas não comem em sacos plásticos, as pessoas não chupam palhinha de plásticos todos os dias, mas todos os dias algumas pessoas fumam e todos os dias deitam betas para o chão.</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Sim, sabia que é uma coisa que se não começarmos a pensar nela, como é que vamos separar, porque enquanto não separamos ela não existe como individual, não é?! a APA é um organismo que de princípio de acordo com o seu estatuto terá de dar o pontapé de partida para a criação de legislação específica para as beatas... a APA tem feito alguns trabalhos e tem a obrigação de fazer alguns trabalhos que não tenham a só direção... é tentar chegar ao ponto de reconhecer as entidades que estão interessadas em fazer alguma coisa e vamos lá sentar para ver o que é que fazemos. A APA é um deles...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não há nada...não tem, não tem...Moro em Portugal, conheço as leis e não há nada para as beatas. A única coisa que há pelas beatas é mandar as beatas para o chão...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não, não, não, não tenho nada disso não...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>As Beatas tiveram agora uma atenção especial pelo fato de ter plástico na sua constituição, nas praias por causa do lixo marinho, tiveram agora muita atenção na estratégia dos plásticos, quer a nível da comunidade europeia seguir as indicações e alinhar as nossas estratégias nacionais com as das EU...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>A beata é resíduo urbano, portanto é tratado como indiferenciado, não é? não tem qualquer tipo de recolha seletiva, nem tratamento sem ser a incineração...</i>
Organização Não Governamental Ambiental	<i>Sim, sabemos.... É assim, neste momento estamos a tentar sensibilizar para que ponham no para que recolham nos equipamentos...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Não porque eu não acompanho de perto esses tipos de questões, então, portanto são coisas que me passam um bocadinho.... Ou seja, eu sei no geral qual é o trabalho da APA...Não estou, não estou habilitada sequer (risos) não tenho os conhecimentos...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Não são referidas... Não, não tinha pensado sobre isso não... Eu tinha verificado, porque andei a procura da legislação que mencionasse alguma coisa relacionada com as beatas, e não existia, não existe... e simplesmente, portanto elas caem no rol dos resíduos sem qualquer tipo, pois, sem de classificação... mas com esta pergunta já nos fez andar um bocadinho mais... eu não tinha pensado de fato na parte de ser necessário, é fazer esta classificação, para além do resto, obviamente...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Não tem especificidade, não é? sim, mas sabia que não estava com nenhuma categorização em especial...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Ele não é valorizado... Se não classifica, não é valorizado...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Enquanto cidadã, sim. tenho essa noção que não tem essa classificação e que a beata... um...mal a mais ou menos assumidos por todos, com um tratamento, descuidado por parte dos serviços competentes...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Não existe na Agência Portuguesa do Ambiente? A nível da questão dos resíduos há muita coisa para fazer, muita, muita, muita...</i>
Partido político	<i>em termos de separação do lixo, vai para o lixo orgânico, não é? de fato nós temos aqui</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Ciência da falta de classificação da beata de cigarro pela APA, quais os conhecimentos que revelam da problemática e resíduo, e em que aspetos.</b>
CML/Assembleia Municipal	<i>uma debilidade a nível de estratégia de combate a essa problemática...</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Conhecimento, informações e conhecimento sobre a atualização do regulamento de higiene e limpeza urbana da CML, divulgada em 2018. Perceção, opinião e entendimento das normas e deveres</b>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Sim, as medidas são algumas técnicas e outras ao nível do executivo, Adequação da realidade atual sobretudo o aumento do turismo e resíduos produzidos, A CML não estava preparada para este nível de aumento de resíduo...</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Sim, esse regulamento que está em vigor desde 2004, este é o meu, entre aspas, que estava ali, e estávamos a analisar casas do lixo</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Este regulamento, já estava, não é novidade porque ele já existe, já havia as coimas</i>
Empresa de Produção e Distribuição	<i>Vi, estava em consulta pública...</i>
Empresa de Valorização de Resíduos	<i>Sim... claramente um problema de limpeza, de saúde, de estar no chão...</i>
Instituição de Ensino	<i>Mas eu li isso nas jornas, na altura os jornais falaram disso...Jogar beatas no chão vai custar "não sei o que"...</i>
Instituição de Ensino	<i>Sim</i>
Instituição de Ensino	<i>Não</i>
Instituição Particular sem Fins Lucrativos,	<i>Sim, sim, sim.</i>
Junta de Freguesia	<i>Sim..., mas ainda está em discussão pública...</i>
Junta de Freguesia	<i>É já pra haver uma margem que permite também que por um lado se anuncie uma lei...Que não seja muito amorosa do ponto de vista económico dos comerciantes, nada no mundo é feito por acaso...Acontece também, às vezes é difícil para o legislador prever todo o tipo de situação...Se bem que é necessário, enfim, fazer a atualização da lei sobre...</i>
Junta de Freguesia	<i>Sim, a partida é positiva, não é? Aqui a Câmara tinha feito já uma alteração... E agora o que se fez com essa atualização é obrigar que também os estabelecimentos comerciais de restauração tenham também, enfim, um sítio para as pessoas deixarem as beatas quando estão na esplanada... E, portanto, são passos positivos e naturalmente... E, portanto, me parece bem as medidas, são eu não diria positivas, mas são necessárias para que haja de fato uma alteração de comportamentos, e, portanto, parece-me bem.</i>
Junta de Freguesia	<i>Está a implementar um novo sistema, um novo regulamento de coimas que vai permitir quem atirar uma beata ao chão de ser multado fortemente... de uma forma positiva, e entusiasta (risos)... Na verdade, esse regulamento é um bom instrumento, não quer dizer que depois não se deva ser analisado daqui um ano e se ver o que é que ainda pode ser melhorado. Mas acho que isto vai funcionar... Então acho que esse regulamento vai trazer esse "não tolerar", vai trazer essa vantagem que para o cidadão fiscalizar o cidadão, portanto, com esse sistema a coisa funciona melhor do que quando é uma entidade abstrata, genérica, que ninguém sabe muito bem quem é e que não tá ali, não estou a ver ninguém, então eu posso atirar para o chão, isso eu acho que vai funcionar e temos que acreditar e ajustar em relação a disso {ela se refere um fiscalizar o outro}</i>
Junta de Freguesia	<i>O regulamento, na verdade, ele ainda não está aprovado, né? E terá de ser discutido ainda na assembleia municipal, onde eu não acredito que sofrerá grandes alterações, deve ficar um texto relativamente próximo do que existe hoje... O provável é que todas as forças políticas mantenham sua posição, portanto, seja aprovado o regulamento de higiene urbana como foi apresentado a câmara. O regulamento é um trabalho ainda do anterior vereador que antes tanto saiu para o ministério...</i>
Junta de Freguesia	<i>Quanto a nós, o regulamento não traz assim grandes novidades. A única coisa que traz é uma questão que para nós pode ser ou não ser importante, embora para mim a questão mais importante era, como lhe disse, a pedagogia junto das escolas, o regulamento o que traz mais é a fiscalização mais apertada, com coimas, com multas, sobre, digamos, sobre os</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Conhecimento, informações e conhecimento sobre a atualização do regulamento de higiene e limpeza urbana da CML, divulgada em 2018. Percepção, opinião e entendimento das normas e deveres</b>
	<i>cidadãos... é sempre mais pela zona da consciencialização...</i>
Junta de Freguesia	<i>Sim, eu acho, eu acho que é muito do ponto de vista da consciencialização...Portanto de passar essa mensagem para as pessoas de que não é possível continuarmos com estes comportamentos de enviar a beata para o chão...</i>
Junta de Freguesia	<i>Viável para a junta de freguesia este regulamento.... Hum, as coimas, não foi? Uhum, esses regulamentos são posturas municipais, não são de freguesia está a perceber? Quer dizer, quem a pode auxiliar...</i>
Junta de Freguesia	<i>Recebemos de bom grado...estava a espera que o regulamento fosse mesmo, definitivamente publicado e aprovado...</i>
Junta de Freguesia	<i>Eu acho que esta nova, este novo regime de regulamento é muito importante e não vem só dentro da questão da beata, Lisboa tem tido um grande incremento no turismo...Este novo regulamento vai trazer um pouco mais do tema que estava a dizer, traz um pouco mais de consciência, é importante as pessoas terem conhecimento desta nova regularidade e também das regras, grande parte do lixo que se concentra nas portas dos estabelecimentos comerciais são beatas, porque as pessoas vão para fora para fumar, etc., etc.... eu acho que essas novas mudanças do regulamento municipal podem se enquadrar por um lado numa ação muito informativa, na formatação das pessoas, conscientização do próprio apelo por uma cidade mais limpa... o regulamento é na minha opinião, é uma forma de dar um pouco mais de conscientização social de uma forma genérica...</i>
Junta de Freguesia	<i>Foi reconhecido por várias entidades, inclusive pela CML...</i>
Junta de Freguesia	<i>Sim</i>
Junta de Freguesia	<i>Nós achamos tão bem que pedimos um cinzeiro para a porta do nosso espaço, nós pedimos quando ouvimos falar do regulamento, nós como entidade pública achamos que era uma questão que podíamos melhorar, mas vemos que quando o senhor vem recolher o lixo elas vão para o mesmo lugar...</i>
Junta de Freguesia	<i>Ainda está, ainda não foi aprovado. É, aqui no fundo nós não acabamos por ser novas medidas, acaba por ser uma transferência das competências dessas medidas da Câmara para a junta, nomeadamente a nível da fiscalização do espaço público. Que é o que nos concebe aqui com a Junta de freguesia. Nós já temos a área de licenciamento e fiscalização, mas para outro âmbito que era mais a nível do espaço público e das esplanadas, das publicidades, dos outdoors... Porque se passarmos em uma rua, aqui é o passeio, onde está concentrado o maior número de beatas é exatamente a volta dos cafés. E é um bocadinho controlar isso, é os copos de plástico, é as garrafas é num sei que, é exatamente a volta dos cafés. Eu no fundo acho que mais do que tudo é obrigar, entre aspas, ao próprio comerciante a dizer: “Olha, cuidado, não deite pro chão porque depois quem vai ter que limpar sou eu”... eu não to a ver a junta de freguesia passar um auto a um estabelecimento comercial porque aquilo está cheio de beatas, uma pastelaria começa a funcionar as 7 da manhã e limpa o espaço dele, se ele chegar as 10 horas está lá tudo sujo outra vez. E a gente não pode dizer que ele não limpou... os regulamentos e aquilo que está dito, muitas vezes na realidade e na parte operacional se a gente for levar a letra, lá está, tem que está de hora a hora a limpar a rua, o que é impossível... Agora, se a pessoa conseguir, porque os clientes são rotineiros e se a pessoa conseguir que eles venham para fora e dizer: “olha, lá está, está aqui o cinzeiro”, peço desculpas, mas é o termo que estou habituado, “deitem para ali a beata, ao invés de deitar para o chão... Talvez parte mais da consciencialização das pessoas...</i>
Junta de Freguesia	<i>Eu acho que isso é uma ótima ideia, uma ótima lei, o problema de todas as leis, sobre as beatas ou sobre outra matéria qualquer, é de fato ao fiscalização, ou seja, ter recursos pra que a fiscalização seja efetiva a aplicação das coimas para as pessoas que não deitam para o lixo, isso se aplica as beatas como se aplica ao lixo, ou seja, eu penso sempre que a penalização é uma forma de resolver.</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não foi abordado</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Sim, mas é um primeiro passo... Isto normalmente nunca vai...As coisas não vão ser logo radicais...</i>
Organismo Âmbito	<i>Mas temos de começar e logo tudo é importante. Resumidamente é um bocado isto...</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Conhecimento, informações e conhecimento sobre a atualização do regulamento de higiene e limpeza urbana da CML, divulgada em 2018. Percepção, opinião e entendimento das normas e deveres</b>
Nacional	<i>estamos todos de acordo com isso e obviamente que temos de criar uma consciencialização social para este problema...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não abordado</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não abordado</i>
Organização Não Governamental para o Ambiente	<i>Não abordado</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Sim, nós já temos optado em fazer uma análise inicial dessa atualização...eu acho que a camara partiu de um princípio que é importante, que é ético...isso tem haver com o português e com outras questões e, portanto, isso partiu desse suposto, do nosso ponto de vista correto...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Atualmente segundo a lei das autarquias locais, a gestão dos resíduos urbanos cabe aos municípios ensede do regulamento municipais que existe uma proibição, de fato de lançar lixo para as, onde se se incluem as beatas</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Não abordado</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Os regulamentos normalmente são aquilo que está em análise a vir a ser implementado...tem já alguma preocupação desse assunto...é um regulamento que tem algumas deficiências, mas é preocupado nestas matérias também não podemos negar...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Sim...Uma das questões centrais desse novo regulamento, é a obrigação dos comerciantes limparem uma área de 2 metros em frente aos respetivos estabelecimentos... entendemos que não é claro suficiente.... Será que é feita durante o dia? Será que é feita durante o horário de funcionamento, ou é antes ou depois? é antes de abrir. Será que todos os estabelecimentos comerciais têm de cumprir com essa obrigação? Mesmo aqueles comerciais que não, cuja atividade não criam resíduos?...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Sim, como sabes vai passar o regulamento de resíduos e vai passar a haver multas e muitas pesadas então...para quem atirar as beatas pelo chão ou para quem não colocar a beata nos sítios próprios...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>O regulamento municipal esta neste momento aberto para consulta pública, a CM vai alterar o regulamento dos resíduos sólidos e tem previsto precisamente como contraordenação lançar beatas para o chão...as coimas vão de pessoas singular e em caso de pessoa coletiva... isto é uma forma dissuasora, mas não combate o problema de raiz... obviamente que de alguma forma procurar alterar, ou sancionar comportamentos...</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Fiscalização: Como consideravam a questão de fiscalização (procedimentos, recursos, eficácia) e aplicação de coimas</b>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>A falta de fiscalização faz com que os cidadãos não cumpram as leis...se calhar será um alerta quando começar, se é um caso pontual e então a ideia é iniciar com uma advertência, mas se não tiver a possibilidade de, nós vamos ter que atuar. A falta de fiscalização faz com que os cidadãos não as cumpram, porque se faz as leis se não temos como aplicá-las? Com vai fazê-los cumprir?</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>questão com as multas.... um serviço de fiscalização...trabalho em articulação direta com polícia municipal, equipas mistas, fiscais mais polícia Municipal e, portanto, porque acho que a princípio tem de ser, as pessoas têm de ser apanhadas em flagrante, para serem atuadas, pronto.</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Eu vejo sempre com muitas dúvidas, os regulamentos só são eficazes se houver uma boa fiscalização, não é? Se não houver uma boa fiscalização, se as forças de segurança não tiverem preparadas para atuarem, e a polícia municipal, se não, não funciona. E até agora o grande problema da nossa cidade é mesmo a fiscalização... é o ponto-chave para que isso funcione...há uns bons anos atrás começamos a usar por obrigação cinto segurança no</i>



<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Fiscalização: Como consideravam a questão de fiscalização (procedimentos, recursos, eficácia) e aplicação de coimas</b>
	<i>carro, só funcionou porque fomos reprimidos, porque éramos obrigados a parar, se não tínhamos o cinto segurança levávamos uma multa...</i>
Empresa de Produção e Distribuição	<i>Não abordado</i>
Empresa de Valorização de Resíduos	<i>{sobre as multas} não é fácil, eles têm uns fiscais mas depois vão andar atrás das pessoas, como é que é que vão fazer, portanto, não vai ser muito fácil, eles partiram para as coimas, é um bocadinho difícil, só o facto de dizerem que há coima, a pessoa tem medo, não vou mandar para o chão, porque alguém pode estar a ver e eu vou ser multado. Acredito que tenha esse efeito, há aqui uma parte que é a responsabilidade individual. A fiscalização também não funciona, eles têm polícia municipal deviam fazer sensibilização interna...</i>
Instituição de Ensino	<i>Exato, como não vai ser... Agora do resto, eu não sei o suficiente para poder responder, não é?! há uns 10 anos, CML implementou, implantou um sistema de multas para os donos dos cães... quantas multas foram passadas até hoje?... a polícia municipal tinha poder sobre? Alguma vez a polícia municipal multou alguém? agora é a mesma coisa então, ahh multas para beatas no chão...</i>
Instituição de Ensino	<i>Não, não. Acho que, de todos os trabalhos que tenho visto acho que não, não... é mais a nível internacional...</i>
Instituição de Ensino	<i>Com as leis... é que costumam dizer que Portugal produz leis muito boas, mas depois a isso há a execução de lei que é uma chatice, porque não há quem verifique o cumprimento, não é? Não há fiscalização!</i>
Instituição Particular sem Fins Lucrativos, área de Ciência	<i>Mas para fiscalização não existe, não vai existir. Qual é o problema nisso? É que não há fiscalização, se não há fiscalização, pouco importa se a pessoa colocar... porque não há fiscalização, e, as que estavam previstas, “vão empregar não sei quantos fiscais”, mas não aconteceu, algo assim, ou seja, eles implementam as medidas entre aspas, portanto, agora fiscalizar... isso é um problema. Problema vai ser a capital europeia verde...</i>
Junta de Freguesia	<i>nós não temos competências de licenciamento e de fiscalização no espaço público com esplanadas e todos esses licenciamentos de proximidade... abordagem que fazemos sempre a estas coisas, é sempre muito mais pedagógica. Depois, nós já temos um problema parecido e em que existem coimas e que não funciona nada, zero... que é os dejetos caninos, exato, que é exatamente o mesmo problema, portanto, é o mesmo problema... os produtores, muito difícil de associar a produção a quem acabou de fazer... É uma grande oportunidade... De dinheiro, já viu, se fosse um cêntimo por cada beata quantos euros é que estão aí? Agora acho muito difícil que o sistema das multas funcione... fiscalização fiscaliza pela falha e não pelo que está a fazer ou não está a fazer... têm um mau comportamento, é feita uma primeira abordagem, tem que varrer e tal “ah, não”. Vai uma segunda vez e está exatamente igual, à terceira leva uma primeira multa por baixo, leva uma segunda multa, e depois é sempre a somar. E depois eu, se for preciso é tão alta que eu pago a uma pessoa para estar lá o dia... portanto eu acho que funcionará nos estabelecimentos fixos... aquilo que a gente consiga claramente associar a coisa ao produtor, isso acho que vai funcionar. Agora aí no chão, na rua, é extremamente difícil...</i>
Junta de Freguesia	<i>Lógica de sensibilização, pois não podemos ter um fiscal, um polícia atrás de cada pessoa, isso é impraticável e muito. Essas questões ambientais passam, sobretudo, pela consciencialização das pessoas. Pensamos que a partir disso, desperte, as pessoas vão associando, de qualquer forma tem de haver algum movimento nesse sentido... Sensibilizar as pessoas de fato, mas nós também enquanto agentes públicos também temos algumas medidas para incentivar determinados comportamentos... Eu não, eu não...tenho uma tendência muito forte de passagem de algumas competências e atribuições a junta de freguesia, supostamente por uma questão de eficácia. Só que há algumas situações em que há necessidade de haver políticas centrais para ser fácil de retirar o problema, para tirar essa responsabilidade da junta de freguesia. Que apesar de tudo, hoje é de Lisboa, em associação com o resto do país. Mas, é que enfim, tem mais competências e um poder financeiro diferente..., Mas a tirar essa responsabilidade junto a junta de freguesia apesar de tudo continuam com pouco pessoal e poucos recursos financeiros... podemos também ver isso com bons olhos a não ser que seja uma integrada com os recursos humanos e financeiros adequados. O problema é que às vezes olha-se para isso como uma forma de eficácia porque, enfim, as estruturas do outro nível para sua dimensão fazem com que muitas vezes sejam mais...</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Fiscalização: Como consideravam a questão de fiscalização (procedimentos, recursos, eficácia) e aplicação de coimas</b>
Junta de Freguesia	<i>A fiscalização é fundamental, porque de fato os comportamentos só se...se existem multas, não é? Só se pode multar as pessoas, enfim, se houver uma fiscalização que de fato verifique que a pessoa está em cumprimento... Agora, a fiscalização não está, desse campo, não está com as juntas, é uma coisa da polícia municipal e da CM e que eu penso que seria útil que passasse as juntas, porque tem um contato muito mais próximo com a população e com os estabelecimentos comerciais, mas isso requer uma série de meios humanos que a Juntas não tem... Portanto, é difícil, mas essa coisa é necessária para que as medidas que se pensam depois sejam colocadas em prática, mas atualmente é difícil que ela funcione pois está numa esfera bastante ampla que não dá conta (risos) da cidade toda, naturalmente, é impossível... Pois, mas esse é o problema (risos)...Sim, mas a fiscalização é fundamental, é preciso pessoas para fazer isso e para estar na rua é preciso gente...</i>
Junta de Freguesia	<i>Portanto é preciso disciplinar e eu acho que este regulamento só vai funcionar sob a fiscalização, portanto cumprimento da fiscalização é essencial...sem a fiscalização não vai funcionar ...portanto, é preciso que haja fiscalização e aplicação das coimas...para resolver os problemas de limpeza urbana a nível de freguesia, mas o fundamental é só vai funcionar se tiver a fiscalização associada... tem de ser a polícia, e a polícia tem e não tem feito 100% para verificar isso tudo... agora nós temos a fiscalização dos estabelecimentos comerciais... eu só preciso de uma fotografia de um estabelecimento comercial como lixo na porta do seu estabelecimento, isso serve como prova para poder aplicar uma coima... eu acho que contribui com todos e os comerciantes...vão passar a fiscalizar, porque não vão tolerar que as portas deles ponham lixo e vão fiscalizar os seus clientes, e vão fiscalizar os moradores do prédio...com esse sistema piramidal de fiscalização tem condições de melhorar...estou entusiasmada, espero que isso entre em vigor...os comerciantes tem toda a identificação...Portanto, é só checar loja número tal e mandar a controlização... chego aqui no computador e imediatamente com a fotografia faço a controlização... Eu acho que isso é a única forma que isso tem de funcionar, não vamos ter a polícia a fiscalizar o lixo... a única coisa que tem a fazer é passar e tirar uma fotografia e está feito... Qual é o problema, ou tem um polícia para multar os donos dos cães {e refere-se também as beatas} ou então nada feito...</i>
Junta de Freguesia	<i>Agravamento da multa de atirar a beata para o chão, mas mais importante que isso, garante de fato e torna clara a divisão de competências na fiscalização de higiene urbana passando para as juntas de freguesia de fato poder fiscalizar...o trabalho da fiscalização para passar de fato multas vai continuar a ser difícil uma vez que as pessoas não são obrigadas a identificar-se...de fato também é um problema. O que acontece é que os fiscais da câmara municipal de Lisboa que atualmente fazem esse tipo de fiscalização, essas coisas não vão passar para a junta, mas o problema é que a não equiparação da força policial...no fundo o problema é o mesmo...Criou-se um buraco. A CML e tendo a polícia municipal que é de fato quem tem a total capacidade de fazer essa fiscalização, mas deixou de ter recursos humanos e transferiu-se para a junta de freguesia...a fiscalização ficou muito curta na CM e pouco clara a competência no que toca junto a junta de freguesia...umas das funções proposta por muita gente é passar haver polícias municipais a acompanhar esse trabalho da junta de freguesia..., é uma proposta que usualmente de fato vai melhorar a fiscalização e esse é o problema que ainda não é resolvido no momento, nós temos a competência, mas não temos como obrigar a pessoa a se identificar porque não temos uma força policial, como é lógico... se o processo passar a ser muito mais simples na sua instrução, os privados vão de fato começar a limpar as suas esplanadas, não tem alternativa, nomeadamente vão começar de fato a serem multados... tem a capacidade para exercer, o que falta é a questão policial, há aqui um problema policial em Portugal, que uma pessoa não pode ser, não é obrigada a identificar-se a ninguém senão a policial... passamos na esplanada e a esplanada está suja, tiro uma fotografia e a câmara municipal vai instruir o processo e envia uma multa para o estabelecimento...</i>
Junta de Freguesia	<i>Portanto o regulamento aponta muito para uma fiscalização muito já intensa por parte das JF's, distribui inclusivamente competências às freguesias para fazerem fiscalização, para quem inclusivamente deitar beatas para o chão... e coimas, mas quantas foram? {se referido a lei sobre os dejetos caninos}... o problema é que depois não há coimas porque não há fiscalização, não há dinheiro para ter pessoas a fiscalizar..</i>
Junta de Freguesia	<i>Mas o difícil no meio deste novo regulamento é a fiscalização, é quem é que efetivamente</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Fiscalização: Como consideravam a questão de fiscalização (procedimentos, recursos, eficácia) e aplicação de coimas</b>
	<i>faz a fiscalização disto... Porque aí podia ser um órgão, ou a polícia municipal de Lisboa, ou um fiscal municipal, etc., nós somos entidades de proximidade ao cidadão e, portanto, não podemos ter uma perspetiva mais punitiva... acho que parte da fiscalização vai ser super difícil, eu não estou a sentir que tenhamos capacidade, temos de pedir as pessoas a identificação para fazer de controle...No estabelecimento comercial, quando fazemos, fazemos sempre com recurso a polícia municipal...</i>
Junta de Freguesia	<i>Quem aplica a coima não é a junta...Não é particularmente a junta de freguesia, mas sim a CML... é muito difícil para nós determinarmos ou fiscalizarmos o que é que está ali a ser feito...</i>
Junta de Freguesia	<i>A parte da fiscalização no estabelecimento é mais fácil... A parte pessoal, como é que eu posso multar? Ainda não temos as ferramentas e nem sabemos como... Portanto, essa parte da fiscalização tem de ser muito bem concentrada... Não temos um polícia para cada pessoa...</i>
Junta de Freguesia	<i>Porque estamos sempre a falar dos organismos competentes que em suma vão começar a atuar. Lá também está, na literatura descrito...sabemos que não vai ser, mas é um passo importante...</i>
Junta de Freguesia	<i>Sim, sim, continuamos a ter este problema, porque é assim, a fiscalização, tem de ser, e, não é garantido, tem de ser efetuado por alguém, devidamente habilitado para isso, e, dou lhe um exemplo relativamente ao cocó dos cães, da beata é mais complicado ainda..., em Portugal em particular, as pessoas habituaram-se a que “eu não cumpro regras, mas também não me acontece nada”, “porque eu haveria de estar entre aspas, a me chatear para cumprir regras?”, “se eu não as cumprir não me acontece nada!”</i>
Junta de Freguesia	<i>Eu acho que isso não funciona, a recolha do cocó do cão e outras condutas, quem vai dizer que, quem vai vigiar, quem vai fiscalizar? Não tem fiscalização.</i>
Junta de Freguesia	<i>Não há o controle, pode servir em temos práticos, mas não sei se será efetivo</i>
Junta de Freguesia	<i>Esse tipo de fiscalização sempre foi, era competência da CM, apesar de nós no dia a dia principalmente ao nível dos dejetos caninos, já vamos... Nós tínhamos os encarregados a fazer esse papel de prevenção, a dizer: “Veja lá, olhe não ponha, apanhe o dejetos do cãozinho esse dá direito a multa”, mas sabemos que a competência e nem da fiscalização nem do auto eram nossas, agora vão passar. Vão passar para as juntas de freguesia. Vamos nós também que termos nos adaptar a essa realidade, não é? Mas nesse momento aqui que tínhamos sensibilização vamos começar a ter de atuar. Mas é que uma coisa que os cidadãos não estão habituados, não estavam habituados a isto. A Câmara não andava aí na rua a fazer por norma a fazer fiscalização, agora vamos ver, vamos ter de reforçar o núcleo de fiscalização, vamos fazer esse tipo de ações, vamos ter que, ou pelo menos tentar concertar com a polícia municipal, que é quem tem aqui um poder de autoridade perante as pessoas, depois sempre o auto terá de ser passado. Vamos ter também de ter aqui uma concertação com o departamento jurídico, porque quem tem de passar os autos é o departamento jurídico a passar, e tudo, tudo se trata de quem está a par dessas situações.</i>
Junta de Freguesia	<i>Eu acho que isso é uma ótima ideia, uma ótima lei, o problema de todas as leis, sobre as beatas ou sobre outra matéria qualquer, é de fato ao fiscalização, ou seja, ter recursos pra que a fiscalização seja efetiva a aplicação das pessoas que não deitam para o lixo, isso se aplica as beatas como se aplica ao lixo, ou seja, eu penso sempre que a penalização é uma forma de resolver</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Mas assim se não tiver fiscalização, também não adianta muito...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>A câmaras podem passar, passar uma multa, mas não é uma prática usual em Portugal... sim, eu acho que está previsto, mas não tem a força para aplicar...apesar de serem uma grande parte do lixo, nomeadamente, nas praias, nas praias e depois vai para o mar, como é logico, mas não está inserido numa vertente ambiental para dirigir para aí fluxo de fiscalização... Ninguém é punido... Se for na rua e dobrar essa folha e mandá-la para o chão, ninguém é punido por isso... Embora tenha uma lei...e ninguém puni isso... Embora a lei possa prever isso... como é lógico, mas não há... Não há ninguém que vá punir isso... Mas com uma beata ninguém vai, ninguém vai passar a fiscalizar a sério e tem mesmo de ser uma política...Quem vai levantar os autos? Mas será que alguém vai levantar no caso de mandar uma beata para o chão?</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Fiscalização: Como consideravam a questão de fiscalização (procedimentos, recursos, eficácia) e aplicação de coimas</b>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Consciencialização do público e educação ambiental, porque nós não podemos ter a polícia em cada esquina... na legislação, enquanto se tem obrigações, enquanto se criam coimas, está a se falar, o que é isto né? Estamos a falar de fiscalização... faz sentido haver a fiscalização, faz sentido haver coimas e sempre que oportuno e possível os agentes fiscalizadores devem assumir a sua posição. Toda gente sabe que é proibido passar fora da passadeira, dar coima, quantas? Mas o polícia está ali e não olha... Complementando, dando mais informação e explicar o porquê, senão não chega, não serve...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não abordado</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Na prática ela existe a nível nacional, porque há uma coima prevista a nível nacional para qualquer lixo que se deite no chão. O problema é que não há um fiscal ao pé de cada um de nós, não é? em Portugal temos um problema grave que é a parte da fiscalização, é complicado a gente ter isso implementado pelas ruas, ter um fiscal em todas as ruas, não é? Teria de começar pela polícia municipal, teria de passar pela GNR pela PSP... É das coimas mais difíceis de se aplicar... as nossas forças policiais são muito burocráticas em Portugal, mesmo muito... Portanto, é muita gente a fazer o mesmo, mas com regras diferentes.</i>
Organização Não Governamental para o Ambiente	<i>o regulamento...leis se não forem implementadas de uma forma mais coerciva é difícil. No nosso país... sim, é um bocadinho mais difícil, já foi pior, mas mesmo assim é muito complicado...porque nós normalmente só cumprimos porque se não o fizermos somos multados, estou-me a lembrar por exemplo da questão do cinto de segurança no carro, enquanto não se começou a multar as pessoas não usavam o cinto de segurança, e hoje em dia toda a gente usa e é um hábito, nem se questiona sequer, entra-se no carro, tau! Mas eu lembro-me perfeitamente, porque andava com os meus pais, nem sequer havia cadeirinhas, muito menos cintos, os carros nem sequer vinham preparados para ter cintos...isso colocasse a todos os níveis, nos radares para controlar a velocidade, é a mesma coisa, toda a gente contra “não sei quê, os radares, nanana”, agora o objetivo está lá, o objetivo está cumprido, as pessoas agora já cumprem os limites de velocidade, com receio de... tem de haver uma estrutura por trás não é, senão não funciona, que é impossível... mas quem é que fiscaliza isso? Onde é que está a ASAE, muito sinceramente era pôr um polícia em cada semáforo a ver onde as pessoas estão a fumar e a deitar fora... era pôr a polícia à porta de cada empresa...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Obviamente que uma das questões que colocamos é exatamente a fiscalização né?! Como é que se vai chegar em que os estabelecimentos façam aquilo que é devido, mas que o façam de uma maneira considerada correta...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Aquilo que nós sabemos, que, é a maioria, só para não dizer todos, ninguém esta a fiscalizar esta situação dos municípios, e , portanto a um sentimento de impunidade, ninguém se quer que do atirar beata pensa que pode estar a cometer uma ordenação que aquilo que é neste momento... é, acho... que... ninguém... é só se acontecer a alguém e haver uma consequência é que as pessoas vão cumprir...que não tem muitas pessoas a trabalhar, não é? portanto acabam tornando-se um bocado inexequível eles conseguirem fiscalizar...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>É só para dar mais sentido de impunidade, né? Quando nós estamos a fazer legislação que não é cumprida, as pessoas dizem: não sei que... não é cumprido... e a lei, porque ninguém faz, não sei que... para isso, mas vale não fazer... deve haver esta sistematização...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Se ela funcionar como até agora, é estamos muito mal (risos)... se não existirem mais humanos e mais técnicos não há possibilidade de se fazer uma boa fiscalização. tinham que ser aumentados os contingentes da polícia municipal...não vemos como a polícia municipal vai abarcar todas essas questões e mais a fiscalização... muita coisa para tão pouca...a atividade de fiscalização é também uma atividade pedagógica...tem a obrigação de explicar, não é só chegar ali e passar uma coima...isso as pessoas sentem como uma injustiça ...que lhes é feita, as pessoas tem que entender o porquê essa coima foi passada ...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Não abordado.</i>
Partido político CML/Assembleia	<i>A aplicação da lei não depende só da fiscalização, mas as pessoas devem ter conhecimento de que aquilo passa a ser sujeito a multa e que existe uma proibição e também há aí a</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Fiscalização: Como consideravam a questão de fiscalização (procedimentos, recursos, eficácia) e aplicação de coimas</b>
Municipal	<i>consciência do cidadão de saber que não deverá fazer, não é?! Eu acho que é também uma consciência de que ela existe e passa a haver essa preocupação... essa questão da fiscalização ela é muito importante e não é válida só para o regulamento de higiene urbana, é válida para tudo, não é?! Há uma área em que a fiscalização funciona muitíssimo bem que é no, no estacionamento através da criação de uma empresa municipalizada que é uma EMEL né?! Isso é uma coisa que poderá vir a regular-se interessante para a área da higiene urbana futuramente se estas medidas não se provarem eficazes... Poderá pensar-se na criação de uma empresa municipal só para esta área... atenção a uma coisa, é que no novo regulamento também compete a junta de freguesia a fiscalização... O que as juntas de freguesia se queixam é que depois não tem uma capacidade... pois é o que eu digo, que mais importante que a fiscalização é a consciência...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Os regulamentos e sanções seja o final da linha, quando de fato nada mais atua para mudar o comportamento, agora aqui também vai ser importante porque as entidades fiscalizadoras estejam despertas para esta realidade e que isso não seja uma letra morta e que tenha aplicabilidade...no caso das coimas, o que a gente vê, o que implica nas questões das coimas é a questão da fiscalização, se formos levantar, quantas pessoas foram multadas de fato?</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Legislação específica relacionada a temática</b>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>O problema que a nível nacional, não há ainda nenhuma solução... sem uma legislação vai ser difícil avançar para um projeto de recolha de beatas... tentaram implementar a nível nacional e o que se verificou é que como não havia destino, o projeto morre... ao fim ao cabo, se as coisas correrem bem, quando este turismo de massa vem, não é, isto vai ter uma visão para o resto do mundo...</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>A CML com atualização, ela colocou algumas coisas a mais, estão muita as pessoas físicas, que deitam beatas, e os estabelecimentos comerciais, algumas normas e regras quanto a varrer, o entorno até 2 metros. Enfim... Eu acho que se calhar precisamos trabalhar a parte económica. É importante...</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Acho que nossa qualidade de povo passa infelizmente pela repressão, não do ponto de vista ditatorial, mas do ponto de vista “vê lá se aprendes, porque isto tem de ser mesmo assim”, percebemos que estamos todos a caminhar para uma sociedade e uma época diferente e que temos de ter outro tipo de comportamento... o envolvimento político é fundamental...</i>
Empresa de Produção e Distribuição	<i>Unir esforços, trabalharmos em rede, todos... isto é tudo tão complexo, parece simples não é, mas é tudo tão complexo... Não há uma solução, não é? e depois temos de ir afinando, trabalhando... todos temos de fazer o que nos compete... todos, todos, incluindo o cidadão...</i>
Empresa de Valorização de Resíduos	<i>O único efeito que eu vejo, é o único efeito que eu vejo na coima, é uma dissuasão pelo lado da pessoa achar que pode ser apanhada, há aqui uma parte que tem de ser claramente responsabilidade da pessoa que fuma. Para mim eu não tenho dúvidas que a responsabilidade é do fumador. Porque a verdade é que eu não tenho de levar com as beatas, porque é impossível estarem nas ruas todas a limpar xixis e cocó de cão a toda a hora e a todo o momento, é o mesmo com as beatas. É muito difícil garantir infraestruturas pagas com dinheiros públicos em todas as ruas, o fumador é uma percentagem da população, ele tem de ser responsabilizado, o comportamento é dele, ele é que devia resolver isso e apagar a beata e pôr no indiferenciado, devia de haver claramente a responsabilidade de quem produz...</i>
Instituição de Ensino	<i>Não abordado.</i>
Instituição de Ensino	<i>não, não. Acho que, de todos os trabalhos que tenho visto acho que não, não... é mais a nível internacional...</i>
Instituição de Ensino	<i>O reforço positivo, por outro lado, a ação coerciva, ou seja, tem de fazer porquê, e tem de haver tempo, porque é uma forma de associação dessas duas medidas, não é? Na verdade, houve uma coisa que nós já pensamos, que era a interdição claramente do fumo do tabaco, mas não ia resultar, ou ia causar constrangimentos sérios...</i>
Instituição Particular sem Fins Lucrativos, área de Ciência	<i>Assim, eu acho que qualquer esforço, qualquer medida que seja feita para melhorar, é sempre boa, são medidas e são sempre comunicadas e essa comunicação acaba também por consciencializar alguma coisa. O problema é que depois em termos práticos, não se reflete, é</i>

Âmbito	Contexto: Legislação específica relacionada a temática
	<i>o que acontece sempre, nós temos muito boas intenções, faz-se medidas, mas depois não há uma implementação, não há consequência... se calhar passa muito também pela estratégia, de se aplicar ao fumador de onde fumar e quando fumar...</i>
Junta de Freguesia	<i>Taxa os consumidores, mas taxar de forma autónoma a indústria... não é só a cadeia, é a indústria para a indústria procurar forma diferente de fazer as coisas que são difíceis de resolver do ponto de vista dos resíduos... imposto qualquer, uma taxa, que eles não pudessem refletir no preço... tentar mudar a forma de como é que oferece o produto às pessoas. e essa era uma forma...</i>
Junta de Freguesia	<i>As vezes é difícil para o legislador prever todo o tipo de situação, se bem que é necessário, enfim, fazer a atualização da lei. Se cria políticas públicas a nível nacional, regional e local se depois nós nem sequer sabemos quais é que são os interlocutores com os quais nós temos que falar? Uma situação pode ser uma entidade do governo central, noutra pode ser uma aqui local, noutra depois das autarquias locais pode ser o município ou uma freguesia, ou uma área metropolitana ... aquela que faz sentido tendo em conta o nosso princípio sócio cultural e também aspectos históricos e geográficos. Nós não temos um país que justifica com assimetrias culturais ou étnicas, ou religiosas, ou culturais, ou geográficas... Mas depois vai chegar num ponto de confusão que vai ter de haver uma uniformização e então aí será a desculpa ideal para inserir neste aspecto. Mas, pronto, isso é apenas uma reflexão pessoal. O processo legislativo é muito complexo, não só do ponto de vista técnico, mas do ponto de vista político que muitas vezes é necessário haver compromisso da incidência e muitas das vezes conseguir concertar posições políticas, muitas das vezes antagónicas, faz com que o processo se arraste e não seja fácil. Depois por outro lado também há outros fatores como conflito de interesses e a contração de valores. Mas se fizer uma lei em que diz assim, a partir de agora é proibido atirar beatas para o chão e aí toda gente cumpria. Mas como as pessoas não cumprem tem que se arranjar outros mecanismos...</i>
Junta de Freguesia	<i>Portanto, é muito difícil, quer dizer, os meios pelos quais podem alterar o comportamento civil podem ser muito variados, mas quando se tenta diferentes formas no fundo, educativas e os comportamentos não se alteram, pronto, às vezes temos mesmo que chegar a forma punitiva, não é? (risos) Para ver se assim se consegue resultados... tratando-se de um problema de comportamento das pessoas é sempre difícil alterar os comportamentos das pessoas e portanto, parece-me que todas estas medidas que se tem tomado colocar mais cinzeiros no espaço público, pra colocar cinzeiros nos estabelecimentos comerciais, aplicar coimas para quem deitar as beatas para o chão, fazer campanhas de sensibilização das pessoas, todas estas medidas em conjunto produzirão resultados</i>
Junta de Freguesia	<i>É preciso que haja fiscalização e aplicação das coimas... se disponibilizem dois polícias municipais durante três meses, garanto que isto ficava um brinco e ninguém mais se atrevia a não por (risos) no lixo..., ... a letra do regulamento é muito importante, é um passo importante... A partir do momento que comessem a ser multados... depois se faz uma notícia dizendo que multamos a rua toda e aí eles começam a falar entre eles... Acabou o problema de Lisboa!... tem de divulgar que a pessoa foi multada</i>
Junta de Freguesia	<i>Para assuntos parlamentares, e a ideia do regulamento era permitir duas coisas: primeiro, uma maior responsabilização dos privados... E aí um dos impactos que tem no tema das beatas é responsabilizar os espaços comerciais pela limpeza da sua esplanada que é um grande foco da promoção de beatas... continuar num comportamento que não é adequado, é uma questão de educação e responsabilização, mesmo que moral do cidadão...</i>
Junta de Freguesia	<i>Se você for a um país do centro da Europa eles não deixam fazer isso, as multas são de tal maneira graves que as pessoas pensam duas vezes antes de deitar a casca fora, ou então embrulhar num paninho, logicamente... é sempre mais pela zona da consciencialização... embora eu reconheça que às vezes a punição a curto prazo resulta melhor... temos de penalizar aqueles que estão a fazer mal... quem faz bem, premiar quem faz bem... Porque tem de se premiar as pessoas de alguma maneira, como a gente estava a dizer, tem de se premiar de certa maneira pessoas...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Eu vou lhe dizer o que nós pensamos sobre isso, as medidas estão todas num espírito de um ambiente sustentável, um... espírito ecológico e de preservação do nosso mundo em geral, esse é o espírito... Relativamente as coimas... a proximidade tem sempre efetivamente um grande problema que é, quanto mais próximos estamos a uma situação em termos questionabilidade mais difícil ela é para nós de depois gerar uma confiança, portanto, o</i>

Âmbito	Contexto: Legislação específica relacionada a temática
	<i>nosso desejo é que haja uma campanha não pela via da coima em si, da coima que é agressiva...Pela via de sensibilização...</i>
Junta de Freguesia	<i>Eu acho que infelizmente chegamos ao ponto que se tem de começar a passar multas para três ou quatro que saibam e comecem a colocar para funcionar... A CM faz, a CM multa, só que uma multa tem o seu processo muito moroso...os comerciantes tem de prestar atenção nisto, porque com essa legislação agora...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não foi abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>As leis que nós temos não são más, são boas, o problema é que nós não temos a aplicação dela, não existe fiscalização. Tem que se apertar, fica a lei no papel, mas não vai para ação. As leis são feitas, mas não vemos uma aplicabilidade.</i>
Junta de Freguesia	<i>As coimas, pode ser um caminho para a tal consciência cívica, porque nós os portugueses transformam tudo em coima...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Falta um nível de consciência, na minha opinião deveria haver da parte do governos e organismos públicos, as JF's com as CM's faze um esforço neste sentido, portanto, especificamente para as beatas. A educação nas escolhas, é campanha, porque não há outra forma, portanto, é a educação dos indivíduos mais jovens para trabalhar, os mais velhos em campanha de consciencialização, pronto, mas acho que é uma lei interessante... uma solução que poderia ser interessante que era agarrado na parte do dinheiro dos impostos, sobre o tabaco, ou introduzir mais uma taxa, agarrar este dinheiro, cada vez que se compra o maço de tabaco, parte desse dinheiro para fazer campanha.</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Mas acho que é factível e uma coisa é certa, a situação que está hoje acho que não é boa, acho que podia tratá-la mas para isso devíamos se calhar começar a refletir em conjunto como é que isso poderia ser colocado na lei, se tem sentido fazer uma entidade gestora...identificar exatamente o problema e qual é a dimensão e identificar algumas alternativas de como é que se poderia fazer, mas depois juntar quem é que pode ajudar nisso...Quem são as entidades a envolver nisso e tentar que elas se juntem e que tentem produzir algo para começar a trabalhar... por isso é certeza que se tem, é urgente, é, não é? É só ter bom senso, é só pensar que nós por todo lado vemos isso, e por isso se calhar, teríamos de começar a levantar todas essas dificuldades e sensibilizar que devemos fazer ali alguma coisa... É, coisas do tipo como, obrigar os edifícios como este que são estritamente escritórios, que obriga a população toda do edifício ir para baixo fumar e estão todos lá em baixo á fumar ... E não tem lá nada, está tudo no chão, tudo lá em baixo... Temos de conscientizar de que isso tem de ser mudado e tem de mudar sempre...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>A única coisa que há pelas beatas é mandar as beatas para o chão e aí há um pagamento, mas não é pela área ambiental é pela área da postura camararia, para as câmaras. Se alguém mandar a beatas ou cuspir para o chão há câmaras que podem passar uma multa... Isso também porque é Portugal...Isso podia ser feito por aí... Mas em Portugal ninguém aplica, ninguém aplica... Embora as beatas, ou se começa a pensar isso a sério, ainda não é se calhar uma...mas a beata não tem grande preocupação...Embora exista legislação que possa se punir...Só que culturalmente não há... Uma coima, neste caso. eu acho que o melhor procedimento...Relativamente ao ambiente, nós reagimos muito tarde, não é uma coisa que se sinta logo vamos chegar a um ponto que deveríamos tomar medidas, se calhar, muitos anos atrás, e o problema que aquela medida é muito tarde para se recuperar algumas coisas...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Eu acho que só com multas, com coimas e com repressão isso não andar na legislação, enquanto se tem obrigações, enquanto se criam coimas, está a se falar, o que é isto né? Estamos a falar de fiscalização... Faz sentido, no sentido de transmitir uma sensibilidade ao público em geral de que está a prejudicar...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Há claramente uma abordagem específica às beatas no âmbito daquela nova diretiva que foi recentemente aprovada, diretiva “single use plastic”, o que a união europeia preconiza nesse âmbito que haja uma responsabilidade alargada do produtor, é um resíduo urbano, deve ser classificado aí no 20 qualquer coisa LER. com essa nova diretiva uma obrigatoriedade com financiamento. Este identificada QUEM vai financiar...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Todas as forças políticas têm de estar atentas para as questões do plástico, da poluição, de tudo isso, não só um... no fundo a construir o caminho novo, quer seja... da parte boa ou da</i>

Âmbito	Contexto: Legislação específica relacionada a temática
	<i>parte má...</i>
Organização Não Governamental para o Ambiente	<i>Leis se não forem implementadas de uma forma mais coerciva é difícil...exemplo da questão do cinto de segurança no carro...lá está, ia ao bolso...o efeito do poluidor-pagador...isso coloca-se a todos os níveis, nos radares para controlar a velocidade, é a mesma coisa...o objetivo está cumprido, as pessoas agora já cumprem os limites de velocidade...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>A nível dessa proposta e a questão da multa, acho que enfim, o meu ponto de vista pode não ser aquele que é mais eficaz. Eu acho que multas no geral para esse tema como para outros, muitas vezes não tem os resultados práticos, especialmente se as pessoas não estiverem consciencializadas de que é importante ter aquele comportamento e acho que nos interessa que as pessoas tenham o comportamento correto não porque vão apanhar uma multa, obviamente que às vezes é em fator de persuasão, mas vamos ver como se resulta mesmo a nível de fator de legislação... A nível ambiental eu acho que a maior parte das coisas não deveriam passar apenas pela questão individual...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Chegar a este objetivo principal, que é a proibição...para que seja também um alerta para as pessoas entenderem que não é uma conduta que aceitável...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Não abordado</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Acaba por não se praticar um pensamento até de uma, força política ao nível de políticas municipais... É aí que é necessário que a legislação proveja que este resíduo pode ser valorizado, e pode ser valorizado em uma, duas três vias dentro daquilo, das opções das políticas económicas que existirem...Mas é, não é difícil, não é difícil, bastaria uma portaria do governo para que, pra que isto pudesse ser no ministério do ambiente... as grandes estruturas de reciclagem e de posição estejam voltadas para aquela situação tradicional, valorização energética, deposição em aterro e que depois tem os problemas mais à frente ...E isso são preocupações que tem que ser vistas de uma forma integrada...a coima sim ela tem importância... ser pedagógica...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Plano anti-beata.... Sensibilizando o tema de forma integrada, as coisas não vão lá puxando só uma área, não é? Ou tem um plano integrado, que faça sentido e ponha as peças todas a funcionarem ou não chega a parte nenhum faz sentido...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Sim, nós concordamos com isso... Isso é uma coisa que poderá vir a regular-se interessante para a área da higiene urbana futuramente se estas medidas não se provarem eficazes. Poderá pensar-se na criação de uma empresa municipal só para esta área...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>A questão das beatas e a necessidade que existe de regular e fiscalizar a ação de lançar para a via pública as beatas...as coimas é uma forma dissuasora, mas não combate o problema de raiz...achamos que efetivamente que se resolve com diferentes ações, ou seja não há uma única tomada de decisão que possa combater este problema, tem de ser conjugado não só com esta parte sancionatório através do regulamento... não podemos olhar somente na vertente ecológica nós temos de olhar também pessoal e da saúde... é necessário, não há outra forma de combater sem ser com estas duas vias a sensibilização e a sanção, porque de fato se as pessoas quiserem evitar uma coisa, vão ter que ter um comportamento adequado... O direito tem uma função e contato nacional de reintegração social e esta é uma medida de tipo de recurso, ou seja, só quando falham todas as outras ações relações, nomeadamente relações de cidadania, boa vizinhança o direito intervém, não é?...</i>

Âmbito	Contexto: Adequação e reforço da infraestrutura existente
Câmara Municipal de Lisboa	<i>As pessoas não se apercebem, mas são cerca de 13 mil papeleiras instaladas na cidade, todas as papeleiras tem um sistema para apagar cigarros... ou seja, se a pessoa olhar, um raio de alguns metros, tem sempre um sítio onde podem apagar o cigarro e podem colocar na papeleira, mas não... a pessoa faz assim, e atira para o chão... Eu acho que em relação as beatas, até porque aqueles cinzeiros são engraçados...isso dá azo para que as pessoas participem muito... {referindo-se as soluções de Funchal e Guimarães}.</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Todas cinzeiro. pronto, e não só, temos cerca de 16 mil papeleiras e todas com cinzeiro...</i>
Câmara Municipal de	<i>Acaba sendo um resíduo que vai diretamente para o rio... e nesse sentido haveria</i>



Âmbito	Contexto: Adequação e reforço da infraestrutura existente
Lisboa	<i>necessidade de criar em uma... uma política muito, muito forte consciencialização dos fumadores.... e das empresas para garantirem, cinzeiros outras ferramentas, para que as pessoas não deitassem mesmo as beatas para o chão.... Eu sinceramente eu acho que estruturas já começam a existir e cada vez mais, inclusive as próprias empresas têm disponíveis nas entradas dos edifícios... eu acho que é, falta uma consciencialização efetiva das pessoas...</i>
Empresa de Produção e Distribuição	<i>Os fumadores podem trazer isto {sobre cinzeiros pessoais} e põem, facilmente põem aqui e depois despejam, dá para apagar, não há desculpa se não houver um cinzeiro ao pé, e que há muitos cinzeiros ao pé. Às vezes as pessoas não se querem é dar ao trabalho, ou um caixote de lixo desde que esteja apagado</i>
Empresa de Valorização de Resíduos	<i>Guimarães foi mais giro porque eles fizeram uns suportes muito engraçados e transparentes punham umas perguntas, e aquilo é quase um jogo para a pessoa se sentir mais motivada a participar, até porque as perguntas são muito provocatórias, e depois isso é giro porque põem nas redes sociais, ou seja, é muito inteligente porque põem no comportamento uma diversão e a diversão também ajuda. O sítio para colocar tem de estar explícito. Uma beata, agora do ponto de vista da segurança, uma beata acesa se for colocada num caixote indiferenciado pode incendiar o contentor, prática, atrativa, as infraestruturas, a pessoa tem de ter sítio onde colocar, senão vai parar ao chão... a Câmara tem de se preocupar com isso. A CML aqui tem de ter, por causa da saúde pública que é de todos...identificar os locais de produção, sei lá, as entradas de metro, os locais...não, isso é a CML, sozinha não, mas a responsabilidade é camarária, por acaso acho que a tabaqueira era um excelente parceiro, porque eles produzem. A tabaqueira também podia perfeitamente, dentro dos seus projetos de responsabilidade social, pagar um valor para a recolha das beatas, não mandar fora, nos parques, na cidade é tentar garantir que os locais de grande produção têm infraestruturas para receberem as beatas, eu acho que isso é óbvio, tem que haver, porque senão, se as pessoas fumam na rua e não têm onde colocar, em que haver um mínimo de infraestrutura, e tem que haver manutenção dessa infraestrutura, sendo que na infraestrutura, eu não sou de acordo que se espalhe massivamente como nós fazemos com os contentores. Agora claro, que por saúde pública, locais de grande produção deviam ter, ao lado de tudo o que é edifícios públicos, mas também não pode ser demais, porque eu como não fumadora choca-me se a CML de repente espalhar contentores de beatas pela cidade toda e não o fizer com tanta força por exemplo para o plástico, metal e vidro, as zonas de produção (beata) deviam estar identificadas e infraestruturadas...</i>
Instituição de Ensino	<i>Sensibilizar as pessoas de fato, mas nós também enquanto agentes públicos também temos algumas medidas para incentivar determinados comportamentos...</i>
Instituição de Ensino	<i>Estamos a pensar também colocar cinzeiros nas mesas do espaço, isso foi uma das questões que falámos há poucos dias... por exemplo em espaços em que se pode fumar, não terem um cinzeiro... acho que esse é que é o verdadeiro mal, Se eu tenho possibilidade de fumar, e se a mesa do café, ou o restaurante, ou a esplanada, não tem um cinzeiro, então aí é que é verdadeiramente... cinzeiros que me permitisse ver a evolução. Ou seja, se pusesse cilindros de acrílico, ou uma coisa transparente, que é para eu poder ver o que é que está a evoluir, isso são coisas que nós podemos testar, não é?...</i>
Instituição de Ensino	<i>Não abordado</i>
Instituição Particular sem Fins Lucrativos, área de Ciência	<i>Uma das formas, eu diria que é tornar, ou melhor, é em justificar a ação, portanto, disponibilizar de fato, mais cinzeiros, é um bocadinho cómodo colocar o lixo no chão...</i>
Junta de Freguesia	<i>Nós oferecemos um cinzeiro ao comércio...E de vez em quando fazemos uma campanha para ver se mais algum comércio quer e aproveitamos e sensibilizamos para a questão desse resíduo em particular, programa das beatas, já tivemos para aí três distribuições em que o comércio pede e nós damos, toda a gente que pede nós damos o cinzeiro. Isto diminuiu muito a ocorrência de beatas na via pública... “olha, tem aqui o programa dos cinzeiros”, criando a infraestrutura a procura vai aparecer.</i>
Junta de Freguesia	<i>O que nós tínhamos pensado é a partir disso aí criar uma rede que criasse pontos pré-definidos na freguesia...: E claro que isso aí passa pela infraestrutura...</i>
Junta de Freguesia	<i>Portanto as papeleiras que a Câmara coloca agora tem todas cinzeiro, isso é uma coisa que há alguns anos não se verificava...nas obras novas ou enfim, na reabilitação dos espaços públicos que a câmara faz, coloca-se sempre papeleiras com cinzeiro. E, portanto, há aí já uma alteração, pronto, que se pretende que as pessoas possam depois alterar os seus</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Adequação e reforço da infraestrutura existente</b>
	<i>hábitos...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Uma das coisas que nós temos em teste hoje é um projeto em que cedemos com contrato comodato nos cinzeiros daqueles altos do exterior... essas informações desapareceram com essa nossa experiência {após implantação dos cinzeiros} .... Os comerciantes deixam de ter cinzeiros em cima da mesa é que os cinzeiros desaparecem ... E tem muito a ver com o imobiliário urbano... não conheço nenhuma cidade do mundo que eu senti que tivesse de fato uma resposta para o problema.... Eu nunca vi em cidade nenhuma do mundo...só no imobiliário urbano, vi algumas interessante, em Guimarães acho que tem uma interessante, tem lá os cinzeiros indicados, nós chegamos a ver lá na altura... Eu não tenho certeza se a única solução seria a infraestrutura... Porque eu conheço muitas cidades do mundo que não tem condições infraestruturais e não tem o problema... Porque eu conheço muitas cidades do mundo que não tem condições infraestruturais e não tem o problema...</i>
Junta de Freguesia	<i>Porque não há cinzeiro, porque não há de 5 em 5 metros...não há de 5 em 5 metros, há junto das paragens, às vezes, de autocarros, e muitas vezes as pessoas também não querem saber, e se não tiverem mandam para o chão...</i>
Junta de Freguesia	<i>Eu acho que as papeleiras atuais também, não estão preparadas para as pessoas apagarem as beatas e etc., pronto, e deviam estar.... Portanto, pronto, é uma das questões que eu acho que estamos em falha também, portanto, devíamos melhorar. No fundo é um bocado disso...</i>
Junta de Freguesia	<i>Hoje em dia eu também vejo muito, muito, muito e em bastantes sítios, os cafés e outros locais onde...as pessoas já não depositam a beata no chão, mas depositam a beata no vaso de areia ...pode-se criar uns depósitos, depois a junta de freguesia pode por dentro dos estabelecimentos, por exemplo...É uma coisa que poderia ser engraçada oferecer a cada estabelecimento um depósito...</i>
Junta de Freguesia	<i>Que faz papeleira de cinzeiro para por a beata... nos sítios de maior concentração... uma porta beata.... É mais como uma ferramenta de ajuda...</i>
Junta de Freguesia	<i>Mas isto também válida que existe pontos concretos para se depositar e práticos... é importante que as pessoas percebam a porta dos restaurantes um sítio próprio para por a beata. Portanto, tem de haver aqui uma conscientização...</i>
Junta de Freguesia	<i>Hoje em dia a papeleira mais moderna já tem todas cinzeiros de beatas. O que na cidade de Lisboa, não é, não é uma situação complicada do ponto de vista de gestão de residuo... não se se pode chamar cinzeiro, é portanto, têm, o local onde se pode, portanto, apagar a beata, e portanto, para a pessoa colocar cá dentro...</i>
Junta de Freguesia	<i>Nós somos para aí 4 ou 5 fumadores, mas é para os cigarros, aqui não temos nada, agora aqui a porta está cheia de beata, porque não há, porque se houver, acho que as pessoas vão por [se referindo a infraestrutura].</i>
Junta de Freguesia	<i>Mas também em relação as beatas, nós prestamos atenção e por exemplo aquelas zonas que tem empresas multinacionais, nós verificamos que têm um cinzeiro, em alguns restaurantes, e já aquelas pessoas que tem uma conscientização e tem seus cinzeiros pessoais. O que vemos é que não existe recetáculos suficientes...</i>
Junta de Freguesia	<i>Agora, nós temos as papeleiras, mas todas as papeleiras em Lisboa têm uma coisinha para apagar as beatas. Mas a maioria das pessoas não sabem. Agora, se pudéssemos ter aqui uma campanha, juntamente com esta de informação, se pudéssemos ter uma campanha de colocação de cinzeiros, e aqui, lá está, fazer uma coisa integrada de: “não coloque a beata no chão, o valor da coima é x” e ao lado colocássemos um cinzeiro...</i>
Junta de Freguesia	<i>O investimento em colocar cinzeiro em todo lado é um investimento razoável</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Se for aqui, esse edifício tem 16 ou 17 andares...E os fumadores fumam lá para baixo.... Ora bastasse que tivesse ali umas sinaléticas e ali um contentorzinho para as beatas, para toda a gente meterem ali as beatas.... Mas não, está tudo ali no meio do chão...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não foi abordado.</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Já tem um beateiro, o vaso desapareceu e está na parede um beateiro, meio caminho andado... O caixote de lixo tem, também alguns tem, tem já um sítio para se por as beatas... na praia, já começaram com isso, eles distribuem nas praias uma, uns dispensadores de beatas, é que é uma coisa muito simples, é um tubinho...mas temos já de começar a ter papeleiras e recipientes para receber o lixo indiferenciado na rua, no candeeiro. É um bocado disto, o equipamento público tem de ter uma capacidade de absorver isto e já tem,</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Adequação e reforço da infraestrutura existente</b>
	<i>alguns já tem...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>É preciso sempre quem paga, quem financia, o financiamento é essencial... talvez tudo isso ajuda a criar um hábito de disposição em determinado sítio. E depois, até a própria CM ter, ou até a própria Freguesia ter, portanto, a possibilidade de investir num circuito específico, para recolher aquilo em sítios que juntos, se calhar, não há tantos resíduos urbanos, nos bairros, não sei, um circuito especial.....este sistema vai ter muito haver com uma rede de recolha...Eles tem uma coisa muito gira {se referido a infraestrutura de Guimarães}...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Sabe que Guimarães tem umas boas práticas, e têm já há algum tempo {sobre a infraestrutura}</i>
Organização Não Governamental para o Ambiente	<i>É, o cinzeiro, “colocar a beata no cinzeiro”, que é para não colocar no chão... {sobre os cinzeiros pessoais}</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Há outros países que até podem e economicamente, por exemplo, não estar tão evoluídos quanto Portugal, mas tem o hábito e tem muito, muito mais cinzeiros e caixotes de lixo na rua por exemplo do que nós, isso também ajuda...existe também a possibilidade de colocarem mais caixotes de lixo por exemplo, às vezes uma pessoa está na rua, apaga um cigarro e olha a volta e não tem um caixote de lixo até chegar se calhar, a 500 metros ou 600 metros, ou o que for, não é?!</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Colocarem os cinzeiros, verificarem quais são ideais...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Os cigarros as pessoas atiram no para o chão, atiram nos cinzeiros, os cinzeiros seriam mais fáceis, não é? Mas se já os outros resíduos...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Se as pessoas utilizarem esses recipientes ela praticamente, é a operação já está feita basta depois ela achar a recolha...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>E vez enquanto há contentores para as pilhas, mas para as beatas até nem isso...Colocação de cinzeiros à porta de estabelecimentos públicos, colocação de cinzeiros em todos os espaços que sabemos que são privilegiadamente, detidos por frequentadores fumadores, hummm/até que ponto é que as campanhas de sensibilização não devem inclusivamente passar por iniciativas proativas de limpezas do território... é importante ver infraestruturas que permitam o depósito da beata. Ou seja, haver cinzeiro de rua... Se as pessoas podem fumar em qualquer local, o ideal que as pessoas... Os cinzeiros de rua vão mexer com a atitude do cidadão...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Não abordado.</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>A colocação das próprias beatas, contentores adequados, o que não existe é número suficiente na via pública, nem todos tem aquela parte metálica, para apagar a beata, muitas vem em plásticos, tem de haver uma adequação de todo o espaço público...</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Campanha de sensibilização, consciencialização e educação ambiental</b>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>... neste momento, não sei lhe dizer se está previsto ao nível dos comerciais, uma sensibilização, ao fim ao cabo, não é, seria uma sensibilização específica para esta área, esta prevista uma campanha de sensibilização generalizada...Sobre a campanha com a Valorsul, não vai abranger os cigarros...Temos que ter uma campanha para a limpeza pública, só que como a limpeza pública não está na área da câmara... tem que ser através das juntas...campanha ao nível de uma cidade, era muito interessante, aquilo era uma coisa simples, era porque chocava imenso as pessoas...publicidade dedicada se calhar a nível nacional...pode-se começar localmente a nível de município alguma coisa, mas para ter um efeito de escala...</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Deveria uma campanha de comunicação, televisão, nacional, eu sei que as pessoas são pouco sensíveis, para ganhar dimensão, consciente tem de se ir mais longe do que foi até agora, para o que não dá, conscientizar...</i>

Âmbito	Contexto: Campanha de sensibilização, consciencialização e educação ambiental
Junta de Freguesia	<i>começar é com as crianças...as crianças estão nas escolas básicas e nem sequer sabem como é que os alimentos lá chegam...sequer educam para coisas tão básicas como dizer que os bifes não têm as formas de bifes...o nível de ignorância nestas coisas é tal...tinha de haver muito mais consciência muito mais dessas coisas quotidianas...como exatamente eu não tenho a consciência qual é a consequência das beatas...tem de estar no programa de educação, tem de estar nas escolas e falar-se do assunto e tem de se obrigar os professores a falar no assunto e estar no programa para ser obrigatório acontecer...é um processo...comportamentos humanos e isso o nível de complexidade para se mudar o que quer que seja é altíssimo ...</i>
Empresa de Valorização de Resíduos	<i>por que há aqui a parte do fumar não é, portanto o fumar é uma prática que faz mal à saúde. Portanto normalmente as campanhas não estão a pensar na beata estão a pensar dizer às pessoas para deixarem de fumar, ok..., portanto isto é muito focado no fumador, adulto, mas também há jovens... às vezes faz-se muita comunicação e educação, mas depois isso não está ligado com a recolha ou com a produção. e isso também é contraproducente, e depois o cidadão não gosta e sente-se defraudado... Porque se os colaboradores descobrem que estão a separar tudo e a seguir não vai dar nada é contraproducente...identificar os chamados locais de produção {de beata} garantir que há a um suporte onde a beata possa ser colocada...nada de comunicação sem fazer isso, porque cai em descrédito...{comunicação, infraestrutura, recolha e destino devem acontecer concomitantemente para não cair no descrédito e não ser contraproducente}... sensibilização do cidadão, que é, a pessoa tem de perceber que pelo seu ato não deve prejudicar a comunidade... sim, eles deviam, devia haver qualquer coisa {comunicação e sensibilização} A questão dos incêndios é interessante, porque já vi alguma comunicação sobre isso no verão, mas não é feita pelas Câmaras, normalmente é feita pelas entidades que fazem as campanhas florestais...é mais polícia... a maior parte das pessoas não está minimamente sensibilizada... entidades nacionais, isto a nível nacional também devia ter... CML tem que liderar, no caso de Lisboa. Tem de haver a liderança de uma entidade com responsabilidade...</i>
Instituição de Ensino	<i>eu tenho ouvido falar bastante da questão até com as escolas de promovermos comportamentos sustentáveis... Eu penso que normalmente a questão da informação as pessoas porque a maioria das pessoas não estão informadas né?! Acho que isso é...eu acho que é a questão da informação... agora há muitas para isso e, portanto, é preciso que as instituições tenham cuidado com isso e, portanto, pedir as pessoas para é... não descartarem as beatas pelo chão né?! Pois isso pode ser prejudicial e acabou. Era o que eu faria, é a informação...Informação...Sim, sim, porque eu acho que a maioria das pessoas não sabe, não é?! , que a instituição também tem de promover políticas para 'não sei o que'. Eu acho que era o que eu faria...</i>
Junta de Freguesia	<i>lógica de sensibilização, pois não podemos ter um fiscal, um polícia atrás de cada pessoa, isso é impraticável e muito. Essas questões ambientais passam, sobretudo, pela consciencialização das pessoas. Pensamos que a partir disso, desperte, as pessoas vão associando, de qualquer forma tem de haver algum movimento nesse sentido... Sensibilizar as pessoas de fato, mas nós também enquanto agentes públicos também temos algumas medidas para incentivar determinados comportamentos... tenho em mente também a questão da sensibilização publicitária sobretudo, evidentemente é aquilo que nós temos em mente e que estamos a analisar o que fará sentido, como é que se poderá fazer, eventualmente nas redes sociais esperamos obter impacto... E, portanto, mas não só... quando não tem a colaboração da parte de quem deve cumprir. Daí a necessidade de campanhas de consciencialização... tanto nesse caso das beatas quanto de qualquer outro tipo de resíduos urbanos...as campanhas são fundamentais também para, para tentar pelo menos minimizar o problema... enfim, há essa consciencialização por parte da junta de freguesia e necessidade de rever a atenção nos comportamentos... E nós fazemos por um lado algumas medidas de sensibilização e por outro com as medidas de incentivo</i>
Junta de Freguesia	<i>Pois, pronto, eu penso que essa campanha {referendo se a campanha com Valorsul e CML} é uma campanha que será da Câmara... Não é, pronto, não me parece que haja campanhas diferentes pra cada junta, só uma campanha a nível de município como tem havido outras, por exemplo...E isso foi uma campanha da Câmara que depois todas as juntas adotaram a partilharam, e essa campanha foi da Câmara, né? {referindo-se as campanhas das trotinetes} e, portanto, é lógico que seja para a Câmara avançar com essas campanhas e</i>

Âmbito	Contexto: Campanha de sensibilização, consciencialização e educação ambiental
	<i>depois as juntas naturalmente fazerem a sua parte de promoção e de expansão da campanha de publicidade... estarmos sempre lado a lado com a publicidade e com esses fatores. Agora, em termos de organização, de como se irá divulgar, do que que será ou não obrigatório, isso é a Câmara que irá decidir e enviar, não somos nós aqui junta que vamos tomar essa decisão... Com publicidade, mas as grandes campanhas de sensibilização e com multas, a partir, conjugado esses três fatores, não é? A sensibilização, a multa, a partida acaba por dar resultados... E a civilização cresce, eu acho que hoje em dia temos um pensamento um bocadinho diferente do que tínhamos na época de tratar melhor o nosso meio, e acho que se houver mais com as multas ou mesmo com a informação, acho que a pessoa em si vai crescendo e vai adotando algumas medidas que não se adotava antes... É lento, mas eu acho que as pessoas vão crescendo né?... parece interessante essas campanhas para tentar combater os novos fumadores... de fato, nunca teríamos que combater o problema... é importante de fato as campanhas de sensibilização para quem fuma, enfim, tenha uma alteração no comportamento, mas eu acho que mais importante ainda são as campanhas a nível nacional para que as pessoas...</i>
Junta de Freguesia	<i>Olha, as campanhas são feitas imensas todos os anos... {se referindo ao lixo} De fato a pessoa vê, mas, ver campanha sabe como é Eu acho ótimo para toda gente, só que fazer é uma chatice...Do ponto de vista da consciencialização, de fato isso é uma campanha que nunca tem, nunca parou, nunca é o suficiente, mas eu acho que é melhor e mais eficaz a campanha toda se a seguir lançar uma campanha e fiscalizar e aplicar as coimas, não há campanha melhor... Portanto, é uma questão educacional como em tudo na vida.</i>
Junta de Freguesia	<i>Eu acho que as próprias políticas de saúde pública...beatas, assim o problema pode se resolver naturalmente e melhorar com toda a certeza {campanha de consciencialização para redução do consumo} ... O consumo, eu não tenho dúvidas que o combate a beata passa pelo consumo do cigarro... do nosso ponto de vista prático de uma autarquia que tem que lidar com o problema...resolve-se do ciclo do produto que é evitar, ou seja, o problema de começar, quem fumar, saber lidar com a sua beata de uma forma responsável...depois deixa de ser um problema nosso... Pedro: E foi também o que aconteceu com o tabaco, o tabaco teve um impacto muito grande e que agora já não se faz tanto dessas...</i>
Junta de Freguesia	<i>Sei que é um caminho que temos de percorrer, um caminho de consciencialização, de educação ambiental, começar nas escolas, há muitos programas nas escolas de educação ambiental, mas há muito trabalho ainda por fazer, que as pessoas ainda não ligam muito... o trabalho mesmo assim mais indicado seria a questão da pedagogia ambiental feita através da educação ambiental nas escolas... eu, muito fundamentalmente na questão das campanhas, deviam ser dados prémios por exemplo às juntas mais limpas...Isto seria fiscalizado logicamente, com júri independente...Poderiam ser prémios que inclusivamente pudessem dar por exemplo, mais instrumentos às respetivas freguesias, máquinas, motas, para andarem a recolher mais lixo mais rapidamente...Podia ser uma forma de premiar aquelas freguesias e aqueles cidadãos que são mais conscientes, nomeadamente... as pessoas hoje precisam de uma publicidade tipo choque...Esta campanha tem de ter uma logística por trás, nomeadamente ao nível de comunicação, forte, tem de ter uma comunicação forte, para muitas pessoas, se calhar junto da Carris, inclusivamente, porque a Carris também é gerida neste momento pela CML, junto da Carris, junto obviamente das associações, junto de associações desportivas, etc., junto de escolas... nós não temos meios logísticos próprios, podemos depois fazer a campanha também no terreno, ajudar, mas tem de ser feita a campanha em colaboração com a CML...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>é sim importante que a campanha tenha uma continuidade... causam problemas pois, elas próprias deixam de funcionar...mesmo com campanhas de preparação há sempre aquela pessoa que a campanha passa um bocadinho ao lado... por isso tem que ter alguém que tenha a capacidade de explicar, de ser pedagógica quando se passa uma coima...</i>
Junta de Freguesia	<i>...é muito mais fácil ir pela perspetiva informativa e de consciencialização e educação ambiental, eu acho que nosso papel vai ser muito mais nessa área do que propriamente na área punitiva, de fiscalização, já estamos a por em uma grande campanha, muito também direta com as crianças nós já fazemos muito, não é?! Mas estamos a fazer agora, a planear uma grande campanha também para o geral, vai ser uma campanha muito engraçada, é um jogo de educação sobre os comportamentos responsáveis. Portanto, eu acho que era muito aqui na sensibilização e efetivamente, conforme nós temos as pilhas...</i>
Partido político	<i>eu questiono: Até que ponto, é que estes processos não nos devem passar por campanhas de</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Campanha de sensibilização, consciencialização e educação ambiental</b>
CML/Assembleia Municipal	<i>sensibilização... Em relação a beatas eu não vi nada ainda... Os tais, o efeito pedagógico, que possa haver profilático, que já deveria, do meu ponto de vista, nessa fase de sensibilização para os temas do ambiente está em marcha... Mas não, está tudo, como está a ver, que está tudo em estado anárquico... Pronto, é que eu acho que isso para sensibilizar as pessoas nesta parte da campanha educativa... Eu acho que isso é o core para a campanha de sensibilização {quando disse que as betas vão parar ao mar} ...</i>
Organização Não Governamental para o Ambiente	<i>o trabalho que nós temos de fazer em termos de educação e de sensibilização ambiental o impacto é muito maior temos de impactar mais as pessoas, temos de as assustar mesmo... por isso nós temos vindo a trabalhar nas escolas sobre esse tema, e já fizemos campanhas de sensibilização, e nos festivais, sobretudo... em relação à Tabaqueira, obviamente que eles têm a obrigação de fazer campanhas de sensibilização...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>nós somos muito adeptos de apostar todas as campanhas de consciencialização... É, mas eu acho que isto, isto é uma campanha isolada {referindo ao fumador}... eu estava a pensar em relação a essa campanha, talvez nós pudéssemos propor uma campanha só de beatas... Agora eu acho que o centro não devia ser o fumador, por um lado porque é um estigma, não é?! No fundo, é essa coisa de coletas as beatas... Ah eu acho que nós podemos propor isso a câmara através de uma campanha só voltada para as beatas... Claro, isso aí tem de ter... As crianças mesmas vão passar para os pais, para deixarem de fumar quando os pais fumam, porque vão na escola e ouvem, aprendem que aquilo faz mal e depois vão em casa e; eu acho que é muito importante ...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Qualquer coisa desse tipo tem de ter sempre por trás a consciencialização porque primeiro temos de convencer as pessoas, isto é uma coisa equivalente a estratégia da recolha das embalagens... Nós primeiro temos de convencer quem produz aquele resíduo (fumador) que há sítios próprios para colocar, não é?... E também é verdade que eu estou a dizer que tínhamos de arranjar locais específicos para colocar contentores específicos para as beatas, mas depois não interessa só pensar que não há, que vá alguém lá por ele... Primeiro consciencializar as pessoas que tem de ir lá meter... eu acho que nós em Portugal estamos a precisar retornar, de voltar e insistir bem na cidadania... cada vez mais temos que apostar na consciencialização, em campanhas de civilização, de cidadania, porque senão não conseguimos, não vale a pena instalarmos contentores por todo o lado, otimizarmos o circuito de recolha, fazer com que todo o país tenha cobertura se depois não conseguirmos levar as pessoas a que levem o resíduo para o sítio certo... Isso aplica-se na beata, aplica-se nas pilhas, aplica-se nos pneus, aplica-se nas embalagens, aplica-se em tudo... é necessária mesmo uma consciencialização, é necessária uma ação de toda a população para que eles coloquem os resíduos nos locais certos, e não é muito fácil... Essa é que é a nossa principal batalha... eu acho era importante que as pessoas da comunicação arranjassem, tentassem inserir uma ideia inovadora da forma como é que nós conseguimos entreter, consciencializar as pessoas de que isto é para o bem delas, qual é a vantagem que tem... Agora era importante as pessoas da comunicação arranjar formas de chegar a população toda em geral e conscientizar que as pessoas tem que fazer isso todos os dias... Tem de ser e nesse momento de desafio ao ambiente esse é o principal... E isso é como cidadã, o importante é começar, não é?! </i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Se calhar, o melhor era começarmos com campanhas... E aí começar a levantar autos, embora já estar previsto... de forma gradual, uma consciencialização... a partir de uma data tal, vão começar a ser punidas... Campanhas, primeiro... A partir de tal data... tem que saber que estão sujeitos... e tem que ser assim... É que funciona... a campanha tem que vir do próprio estado... Do estado, no caso dos organismos do ambiente, não é? quando existe um problema, nomeadamente ambiental, é preciso alertar as pessoas que há um problema relacionado com aquilo... se tiverem, pronto, uma campanha de fiscalização sem haver primeiramente o entendimento deles, era entendido mal... os miúdos nas escolas levam para casa... Os pais, muitas vezes, vão a essas ações e levam também o recado... Levam uns folhetos, uns livros... vamos começar a atacar o problema vamos começar com campanhas em escolas, se calhar, estabelecimentos comerciais. “Atenção as beatas”, “coloca as beatas no sítio” e as pessoas comecem aí...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>tem havido ao longo dos anos algumas campanhas para a consciencialização para as pessoas colocarem as beatas no lixo ao invés de fazerem aquilo que normalmente se faz que é deitar para o chão... agora eu acho também que é um hábito cultural que precisa de muita campanha, muita consciencialização, né?! É uma campanha que sempre se fez muito, não</i>

Âmbito	Contexto: Campanha de sensibilização, consciencialização e educação ambiental
	<i>é?! Para as pessoas não deitarem os dejetos, por causa do incêndio especialmente no verão... Mas, na verdade, destes problemas todos das beatas, também se liga a outro problema oculto, e, obviamente que fazer campanhas para que as pessoas fumem menos ou não fumem né? E todas as campanhas antitabacos e etc., não se desliga desse problema...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>...nesse momento não há uma grande preocupação...nessa questão de consciencializar as pessoas...regulamentar isso em termos de comportamento, acho que a escola, a educação, a escola, a educação ambiental, é muito importante se começar de baixo para cima. De cima para baixo é complicado, só com coimas e vê lá. De baixo para cima é mais simples porque os filhos vão criticar os pais e “não joga essa beata no chão, e não sei o que”. A educação ambiental de pequeninos, aí se tem muito mais força... Leva gerações, mas a pouco a pouco vai se fazer o caminho... E as campanhas de televisão...educação ambiental... Até mesmo na faculdade, não custava nada de vez em quando haver uma cadeira transversal aos olhos dos alunos...A questão que traz cá, é como é que se resolve? Eu sinceramente, na minha modesta opinião, não vejo outra que não seja a educação ambiental...</i>
Instituição de Ensino	<i>Porque eu acho que fazer uma campanha de consciencialização tem de se demonstrar o que é que está no fim da cadeia, porque então as pessoas se nós dissermos “não deite uma beata para o chão deite dentro de um recipiente”, mas e depois? As campanhas têm força ou têm fraquezas brutais em função desta parte final...para que é que eu estou a fazer isto?... a campanha de sensibilização tem de ter esta componente {as pessoas saberem que o destino é proveitoso, socio ambientalmente adequado}... “este é um espaço comum”, esta é uma frase, este é um espaço comum, portanto vamos tratar de um bem comum {se referindo as campanhas de consciencialização}... porque a procura será sempre em função daquilo que possam tirar como proveito, e isso é importante para a campanha de sensibilização...</i>
Junta de Freguesia	<i>pela via de sensibilização e via preventiva. Por outro lado, ajustar com o nosso dissídio económico e social e a nossa estrutura que é a estrutura de uma população empobrecida, muitas delas com falta de conhecimentos em termos daquilo que são os comportamentos que se deve ter para atuar... Aquilo que nós temos de fazer é uma boa campanha de sensibilização e divulgação das medidas... todas essas campanhas também vêm a ser feitas pela junta, mas é um trabalho em rede com um conjunto de instituições da própria freguesia nomeadamente a primeira que é essencial, são escolas do ensino do município do primeiro e do segundo ciclo, não é?... Onde se enquadra as iniciativas do dia da árvore, do dia do ambiente, não é? O dia da água no sentido de se preservar o ambiente... E também a nível da saúde... Fazer a prevenção para não criarem hábitos de tabaco e de fumo, etc... Criar mais ações de sensibilização também mais direcionadas para isso... Porque isto efetivamente quando eu li, eu nunca tinha ouvido falar, nunca, quer dizer, sei o que são beatas porque já fui fumadora, né? Mas, nunca pensei especificamente nas beatas... Porque acho que a consciencialização das pessoas passa por não deitar para o chão, seja o que for...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Fazer sensibilização junto dos próprios operadores, é, e dos fumadores também, não é?, sempre com o auxílio das organizações não governamentais, das associações da área, como área da restauração, também das associações nacional dos municípios, porque é fundamental, é, a sociedade gestora de resíduos, porque eventualmente, elas necessariamente têm que estar aqui envolvidas, é, portanto, com o auxílio de todos estes...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Comunicação, mas nos próprios as licenças... {as entidades gestoras...exige que eles gastem uma verba financeira, mais ou menos 6%... Pronto, e elas estão todas obrigadas anualmente a gastar esse dinheiro em comunicação...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Organize campanhas de sensibilização. Agora se vai ser suficiente eu não lhe consigo dizer...tem de ser muito forte aqui e tem de ter uma equipa multidisciplinar para produzir campanhas que cheguem a algum lado...como avaliar o impacto das campanhas, ainda há poucos indicadores que aquela campanha foi realmente boa. Portanto, aqui há um grande desafio, não há esse histórico... É difícil de avaliar, medir aquilo, a quantas pessoas chegou, quantas pessoas estão a melhorar o seu os seus comportamentos devido à campanha, nunca se consegue ter grande certeza... Não há continuidade das campanhas, no fundo, e é muito complicado medir o impacto. E aqui importava conseguir fazer isso...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Faz o papel de consciencializar também, porque alguns infelizmente não tem consciencialização... sim, muitas vezes são os miúdos no caso que no caso dos fumadores a criticar os pais, etc... já houve alturas que se falava sobre a questão, mas a nível da saúde, uma mais do cigarro nas escolas...</i>
Junta de Freguesia	<i>Bons exemplos devem ser seguidos sempre...distribuir nas caixas do correio...aos</i>

Âmbito	Contexto: Campanha de sensibilização, consciencialização e educação ambiental
	<i>estabelecimentos...fazer toda essa parte de divulgação...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Em nosso entender tem uma forte aposta na sensibilização, quer não só para a redução do consumo do tabaco, porque o tabagismo obviamente tem consequências muito danosas para a saúde como para o meio ambiente... a ação de sensibilização seja através da escola das universidades, das empresas, dos próprios organismos públicos...Inclusivamente se calhar com uma perspetiva sociológica, não só por causa da questão do fumador, mas por uma questão do comportamento social, é aceitável socialmente que se atire beatas para o chão, porque toleramos este comportamento?... há aqui toda uma complexidade da temática... um trabalho de fato coletivo muito forte para que de alguma forma sensibilizarmos a população... se houver uma campanha de sensibilização mais eficaz, será possível de alguma forma reajustar o comportamento... tem que haver a sensibilização, tem que haver de fato esta consciência social, através de sensibilização os cartazes, outdoors... e a questão da cidadania é de fato essencial desde a primeira infância de sensibilizarmos para onde é que colocamos os resíduos, como é que tratamos o próximo, como devemos participar de nossa sociedade... eu compreendo do ponto de vista do trabalho, mas do ponto de vista das políticas públicas é incontornável não falarmos do fumador...</i>
Empresa de Produção e Distribuição	<i>Limpar, sensibilizar, pronto... sim, mas se a pessoa tiver consciencializada de que não deve deitar nada para o chão, a beata tem de estar lá não é...nós podemos até fazer tudo, põem lá as papeleiras, até às equipas de recolha dos lixos ou dos resíduos, mas se o consumidor, se o cidadão também não estiver sensibilizado para isto, o hábito a deitar para o chão continua, portanto, tem de ser mesmo integrado mas tem de ser mesmo a questão da sensibilização... ir pela positiva e pela graça... Eu acho que a comunicação também tem de ser muito, a mensagem tem de ser repetida...</i>
Junta de Freguesia	<i>Das pessoas eventualmente serem consciencializadas para não deitar no chão...aquilo que eu acho é que o ideal era que ninguém fumasse, portanto... de consciência social... eu acho que essas novas mudanças do regulamento municipal podem se enquadrar por um lado numa ação muito informativa, na formação das pessoas, conscientização do próprio apelo por uma cidade mais limpa... Todos os anos damos folhetos as pessoas e fazemos propaganda nas ruas, não só dos dejetos dos cães, mas também a parte das beatas, por exemplo...</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Um envolvimento com as comissões de moradores, com Juntas de Freguesia, somos um bocadinho mais fortes, um movimento muito forte dos comerciantes, tem de ser uma coisa participada e tem de ter envolvimento de todos os atores, se não as coisas não funcionam... Se calhar a abordagem tem de ser fora da caixa, não é aquela abordagem mais óbvia</i>
Instituição Particular sem Fins Lucrativos, área de Ciência	<i>Consciencializar e se calhar outra coisa mais importante que é a perceção que é obter uma amostragem de qual é a perceção das pessoas face a isso... do ponto de vista da educação, nós vamos ensinar as nossas crianças a quê? começamos por onde? A não fumar, né? não pode colocar beatas no chão, né? mas é uma estratégia de comunicação que eu acho que é muito dirigida também, tem de ser ao público alvo que é, que são os fumadores. porque são os fumadores que colocam as beatas no chão, não é? E em todo lado...</i>
Junta de Freguesia	<i>Portanto, é acordado, protocolado, com a câmara. a câmara tem de fazer uma campanha de sensibilização, e, portanto, nós requisitamos a câmara o material e utilizamos a nossa rede de distribuição de comunicação para fazer a divulgação.</i>
Junta de Freguesia	<i>Mas é preciso fazer campanha de informação, a partir do momento que as pessoas estão a fazer, as pessoas querem que o trabalho seja valorizado, porque se calhar vão começar a exigir “se estou a fazer, porque do outro lado não funciona? Penso que faria campanha de educação, porque as pessoas precisam ser educadas para fazer alguma coisa, então através de informações, de panfletos, de seminários, workshop, qualquer coisa, e daí, e depois no próprio cigarro, nas embalagens, dizendo que a beata é lixo, que a beata faz mal...</i>
Instituição de Ensino	<i>A questão da beata, implicaria numa abordagem multidisciplinar, então teria a questão do tóxico, a questão da qualidade da água, a qualidade do ar e tinha de ser uma abordagem multidisciplinar... Mas quando nós falamos até de ações de sensibilização e educação ambiental ao passo de atividades que tenta visar a mudança de comportamento... a CML desenvolveu uma campanha de sensibilização a propósito dos dejetos caninos, eles tinham uns outdoors muito engraçados que eram tipo uns binóculos e que dizia “u estou vendo você!” As pessoas viam aquilo e se sentiam intimidadas e observadas de algum modo e começou a mudar um bocadinho o comportamento em relação aos dejetos... seria claramente na sensibilização e na educação, essencialmente na educação para a saúde...</i>



<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Campanha de sensibilização, consciencialização e educação ambiental</b>
Junta de Freguesia	<i>Educação! Área social tudo começa pela educação, e pela educação formal, educação na escola, porque é a partir da escola que as coisas se tornam mais efetivas, porque se elas tiveram uma boa educação formal, elas acabam por replicar na família e concomitantemente pelas normas, decretos e leis depois de criarem condições para as pessoas terem os mecanismos porque é muito mais fácil, porque somos muito comodistas...Para toda comunicação exige os meios financeiros, tudo isso é dinheiro...</i>
Junta de Freguesia	<i>Tinha de haver primeiro uma campanha muito forte, colocar placares informativos para as pessoas, beatas e dejetos caninos com informações, inclusive de quanto que é a multa, que as pessoas quando se toca. quando toca no bolso as pessoas tem ali outra reação, não é? Para mim, passa-se sempre, de todas as equipas tem de passar, inicialmente, por uma campanha forte de consciencialização. E só a partida, só depois disso, temos que depois medir resultado. Uma primeira fase parte muito de nós conseguirmos chegar as pessoas e conseguirmos atribuir, fazê-las perceberem quais são os impactes daquilo que está a fazer, e quais os benefícios das melhorias e consequências. chegar aos mais pequenos, aos mais jovens. E muitas vezes os pais não consegue fazer e se chegarmos aos mais jovens, consciencializar os mais jovens para já, na idade adulta não vão fazer... E depois é mais fácil ser ele a chatear ao pai e a mãe: “não faças isso!” Do que muitas vezes o estranho ou alguém que diz que é da câmara ou é da junta e não sei que. Se calhar se um filho diz: “Ou pai não mande isto pra o chão” Se calhar o pai tem mais consideração do que outro qualquer. Portanto, parte dos projetos que existem e das escolas, passam por aí.</i>
Junta de Freguesia	<i>Penso que deve haver em minha opinião uma campanha específica para as beatas, quer a nível nacional, quer ao nível autárquico, porque enquanto isso não for feito e as beatas forem entendidas como mais um lixo de plástico, penso que não se consegue se resolver o problema. eu continuo a acreditar que as freguesias nas escolas da JF fazem alguns programas de sensibilização para o reciclar, e, portanto, aqui se inclui as beatas... O ambiente deveria estar impregnado em qualquer disciplina escolar, ou seja, quando eu vou dar física, eu deveria ter uma perspetiva ambientalmente ecológica de física, deve ser transversal a qualquer disciplina de conhecimento...</i>

Âmbito	Contexto: Comportamento do Fumador com Relação a Beata de Cigarro
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Para lançarem as beatas, como os papelinhos, as pessoas têm alguma coisas assim no bolso, atiram para o chão... O espaço público é de todos, enquanto as pessoas não pensarem que aquilo é de todos, é para todos, é o que costume dizer, é a casa de todos...</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Há uma questão cultural de base... quem tem essa educação tem, quem não tem não tem...as pessoas que já estão consciencializadas, já participam.... Perceber porque que ainda não participam...</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Porque se passear aqui na Avenida da República, passar por cada uma das grandes empresas que estão aqui, a frente, apesar de ter cinzeiros e as pessoas deitam beatas para o chão... o hábito é para ver até onde é que vai... os próprios fumadores mandam a beata, mandam para o chão ninguém fica ofendido ao ponto de chamar a atenção de uma pessoa de mandar uma beata para o chão... Porque é que os fumadores conduzem e que tem os cinzeiros nos carros e quando acabam de fumar em vez de deitar o cigarro no cinzeiro que tem no carro preferem abrir a janela e mandar para fora da janela? Porque sujou o meu cinzeiro e tenho de limpar, e lá fora não é meu, não sou eu que limpo.... Nós somos uma sociedade consumista, porque não nos afeta diretamente, O que é que isso quer dizer? Porque é que eu vou mudar o meu comportamento e deixar de mandar uma beata para o chão? Nós tomamos consciência quando nos bate na cara de frente, não é?</i>
Empresa de Produção e Distribuição	<i>Se calhar agora estamos todos aqui mais conscientes que temos de mudar aqui algumas coisas, alguns hábitos... ultimamente a própria Organização Mundial de Saúde diz que, mesmo com todas as restrições de fumar, da legislação, que vai haver mais de mil, 2025-2030, mais de mil milhões de fumadores... realmente o melhor é as pessoas não fumarem, portanto, a prevenção, e se têm alguma preocupação de saúde, o melhor é deixarem de fumar... Tem é de estar no lixo, como disse tem é de ser colocado no lixo... as pessoas não devem começar a fumar... vamos todos ter que mudar comportamentos, todos... porque realmente não podem deitar para o chão, não pode ser, e há muito aquela ideia de “ah, isto é só uma beatinha”, não, não é só uma beatinha... nem sequer nas sarjetas, porque as pessoas acham que se deitarem ali para a sarjeta... o que é um crime, é um crime... é automático, inconsciente, só que não pode ser!!! com tantos restaurantes, com tanta coisa aberta pela cidade toda, caramba! Não conseguem pôr ali no caixote do lixo ou na papeleira... falta cidadania, falta também um bocadinho... as pessoas têm de estar sensibilizadas, que não podem deitar para o chão, que não podem... eu acho que é mesmo o comportamento dos consumidores, pelo menos é aquilo que nós temos visto é que o comportamento dos consumidores tem mesmo de mudar porque não é normal que nós vamos pela rua... isto não tem classe social...</i>
Empresa de Valorização de Resíduos	<i>Porque o problema foco está claramente no ato do consumo, em que eu fumo...quem fuma deve ter a consciência de colocar num sítio adequado..., ele já tem, é uma pessoa que já tem um mau comportamento para consigo próprio, ele já se autoinflige o mal, ele já fuma. Portanto ele no fundo quando manda aquilo para o chão está-se a libertar do resíduo de um mau hábito, portanto já há ali qualquer coisa que influencia. Depois ele vai mandar para o chão...quem manda a beata se calhar também manda outras coisas...manda a chiclete para o chão ou manda, ou não separa os resíduos em casa, ou... portanto, há aqui todo um conjunto de coisas... é as pessoas não reciclam tudo, não reciclam sempre e não reciclam em todo o lado. Isto está provado, já sabemos que é assim...se isto é verdade nos materiais todos, na beata para onde não há comunicação...isto está sempre a acontecer...no caso da beata que não há comunicação nenhuma ainda há-se ser, de certeza que é pior, ainda estamos numa fase anterior... A beata ainda está lá atrás, ainda está na fase do “não deitar para o chão”... há o ato individual de cada um que não deve sujar o que é de todos... é uma inconsciência criminosa {comportamento}...então apaga e põe no contentor do indiferenciado, põe no contentor...não é só com as infraestruturas... Por mais contentores que se coloquem vai sempre haver quem manda para o chão ...Por isso é que eu não estou de acordo que espalhem contentores de beatas... primeiro porque é uma franja, é um grupo de cidadãos que devia ter a consciência que aquele ato prejudica os outros..., qualquer coisa que vá parar ao chão tem de apanhar e acabou...</i>
Instituição de Ensino	<i>Mas eu acho que é a questão da informação, das pessoas saberem que não podem deitar e que isso, digamos assim... ou seja, as pessoas não estão suficientemente informadas...</i>
Instituição de Ensino	<i>Em relação aos resíduos eu acho que deve ser por consciência absoluta daquilo que é o ambiente e daquilo que é um bem comum e um espaço comum... Portanto, se eu mando uma beata para o chão estou a causar um dano global a um ambiente que é de todos...porque a</i>

Âmbito	Contexto: Comportamento do Fumador com Relação a Beata de Cigarro
	<i>minha casa é o meu espaço, a esplanada, é o espaço de todos, mas as pessoas não têm no seu ADN, desde início, que é a manutenção e o cuidar de um bem comum. Este é o grande problema, mas este é o grande problema da humanidade... Portanto a partir do momento em que eu tenho o espaço limpo eu tenho mais receio em sujar</i>
Instituição de Ensino	<i>Nós temos posturas municipais que preconizam a aplicação de coimas. Depois estamos a falar daquilo que é o reforço positivo, porque, pode até passar pelo reconhecimento social.... nós temos consciência de que os maus hábitos de lançar de fato a beata em circuitos rodoviários...</i>
Instituição Particular sem Fins Lucrativos, área de Ciência	<i>Porque de fato é o comportamento de fumar é uma coisa muito livre, portanto, é muito fácil para as pessoas colocarem beatas para chão, portanto, para não colocarem beatas para chão, as pessoas tinham de ser obrigadas a fumar em sítios específicos, qualquer outra maneira, há coisas que não consigo compreender, a parte do berço social, compreendo, mas acho é uma coisa que cada vez mais o fumador deve fazer isso sozinho, porque hoje em dia sabemos que quando estamos a fumar estamos a prejudicar as outras pessoas, acho que cada vez mais fumar uma coisa privada e não social.</i>
Junta de Freguesia	<i>As pessoas já estão a aceitar que talvez esse tipo de liberdade não é uma liberdade que seja respeitosa, não é, é uma liberdade que é individualista e que não respeita os outros, e que portanto é uma coisa que não temos que aceitar coletivamente não é, não temos que aceitar esse comportamento... isso não é liberdade não é, isso é abuso, é alguém que não respeita os outros e portanto isso está a ofender a liberdade dos outros, nomeadamente a expor os outros a riscos não calculáveis....mas é verdade que os portugueses como cultura funciona ou seja, a regra ainda que seja impossível de praticar, muitas pessoas acabam por cumprir só por existir a regra.....a regra até pode nunca ser aplicada, mas, até porque acho que é difícil de se conseguir multar a quem quer que seja em situações dessas. Mas se calhar algumas pessoas passam por mudar o comportamento por existir a regra menos 10% e portanto já... fazer uma regra, escrever linhas de uma lei ou de um regulamento resolve 10% das beatas... acho que já é ótimo...porque é socialmente aceite...Essa é a sensação que eu tenho, eu sou autarca vai fazer 6 anos e a sensação que eu tenho é isso, é que há muito desconhecimento de como é que as coisas sequer funcionam, não estão disponíveis para fazer reflexões sobre beatas ou sobre outra coisa qualquer a atitude que nós tentamos implementar publicamente é tentar... atuar e olhar da forma positiva...a ameaça da multa dos dejetos está evidente e comprovado que não funciona...ninguém faz o mínimo...Isso é em tudo...portanto ninguém tem esse tempo para fazer estas reflexões... Vêm os outros e o comportamento de uns induz o comportamento dos outros...não é alguém lhe dizer que é incorreto, a pessoa tem de ter a consciência que o ato que está a praticar é incorreto... e as pessoas que têm os cinzeiros nos carros, abrem as portas dos carros...despejam na rua...</i>
Junta de Freguesia	<i>Somos da partida de que podemos por os cinzeiros de 10 em 10 metros e que ainda assim iremos ver sempre no chão..., a lógica é reduzir....só que o problema vai dar sempre no mesmo...E tem de ver qual é a motivação que as pessoas vêm e vão muito pela educação...E pela civilização das pessoas... Porque é cultural...</i>
Junta de Freguesia	<i>E a pessoa também tem aquele vício de ok, acaba o cigarro, deita aqui no chão, não é?... claro que é um problema de comportamento civil, não é?... num primeiro momento eu posso entender que haja mais ajuda e meios por parte da, enfim, das administrações, mas a alteração do comportamento só se faz se nós próprios nos alterarmos, portanto, não estar dependentes de um terceiro, não é? ..., portanto, se eu acabo de fumar um cigarro e nesse momento não vejo um cinzeiro ao lado, por isso eu atiro o cigarro para o chão, quer dizer, não posso ter um cinzeiro a cada metro, não é?... as pessoas têm que fazer o seu, o seu papel... vai continuar sempre haver pessoas que não respeitam... Eu acho que existem pessoas que mesmo que os sacos tivessem ao lado não iam pegar o saco {mesmas coisas para os cinzeiros} ... eu penso, pare-me a mim mais interessante combater o tabagismo ao invés de combater as beatas (risos)...</i>
Junta de Freguesia	<i>Porque de fato as pessoas estão a perder todos os cuidados que são necessários para...estão a desleixar obviamente do espaço público.... É, sempre arranja uma forma de escapar... O ser humano tem sempre uma forma de ser um... E só funciona, alguns comportamentos só mudam de fato quando sai do bolso...</i>
Junta de Freguesia	<i>A maior parte das pessoas não deitam fora, atiram para o chão e, portanto, nós apanhamos milhares de milhões de beatas ao fim do ano, não sei dizer quanto, mas muitas eu posso te dar certeza... Acontece que toda a gente atira a beata para o chão, ainda mais no caso</i>

Âmbito	Contexto: Comportamento do Fumador com Relação a Beata de Cigarro
	<i>específico de estabelecimento comercial... E eu, às vezes, quando fumo cigarros dos convencionais e é chato de fato a ideia de estou a fumar na rua, estou a andar e no momento que aquilo acaba, o que é que eu faço com aquela porcaria?... mas é uma questão civilizacional onde não se atira aonde quiser... O problema é o fumador que atira a beata para o chão... o problema é comportamental assim como todos os outros problemas comportamentais: 1- leva muito tempo para se mudar e só se muda quando a coisa cancela... Porque eu conheço muitas cidades do mundo que não tem condições infraestruturais e não tem o problema... Porque eu conheço muitas cidades do mundo que não tem condições infraestruturais e não tem o problema... Mas aí entra o problema do hábito, as vítimas do hábito..., é automático...É como as cinzas, ninguém pensa duas vezes antes de atirá-la ao chão... É mesmo um hábito desagradável, se vê muitas vezes alguém cuspir ao chão, é super desagradável, né?...É super rude...</i>
Junta de Freguesia	<i>Eu acho que os cidadãos estão crescentemente a ficar mais consciencializados para isto, mas ainda estão muito longe... Mas há muitas pessoas que não ligam ainda {referindo-se aos dejetos caninos} .... Deixam no chão o saco ou metem no outro lado {sobre os sacos de lixo} ... ma pessoa está a varrer, passa uma pessoa pelo lado e manda uma beata para o chão e não tem o mínimo de consideração também pelo trabalho que as pessoas estão a fazer... Porque tem de se premiar as pessoas de alguma maneira, como a gente estava a dizer, tem de se premiar de certa maneira pessoas... fumar é individual desde que não prejudique as outras pessoas... as pessoas também não querem saber, e se não tiverem mandam para o chão ...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>O movimento da beata ir para o chão e de pisar eu já não vejo muito disso...Nas praias, você já deve ter reparado que nas praias que eles com uns conezinhos, eu vejo imenso isso já, acho que já há uma evolução nas mentalidades de não deitar a beata, vê-se ainda gente imenso a fazer...</i>
Junta de Freguesia	<i>Mas depois joga a beata no chão {se referindo mesmo quando se dá um cinzeiro individual} ... Mas pronto, é a falta do civismo, as pessoas hoje em dia fazem o que querem.... Há muita falta de civismo em sua integridade e com o próximo e com o território.... Falta mesmo às vezes educação (risos)... porque é só uma coisa pequenina..., mas se você juntar o seu, o meu {sobre a beata de cigarro} ...</i>
Junta de Freguesia	<i>Percebe-se que como se trata de um objeto, de um elemento tão pequeno, a pessoa não se sinta culpada em mandar para o chão ou para onde quer que seja...elas não sabem de que aquele objeto pequeno causa tanto impacto ambiental como causa numa garrafa de água ou onde quer que seja...</i>
Junta de Freguesia	<i>Portanto, as pessoas fazem, tem esta atitude e depois ainda tem esta forma de reagir {quando são interpeladas}... Bom, efetivamente, o grande problema que estas medidas têm, é efetivamente como é que vamos a passar para o terreno, porque nós vemos isso noutras atuações com resultados semelhantes, as pessoas ganharam o hábito de não cumprir ou não ou mesmo desafiar a regra. Mas aí isso revela um outro espírito de incivilidade, eu, eu acabo de fumar e não apago a beata?</i>
Junta de Freguesia	<i>Cá, não vê a beata como lixo... Agora, não podemos estar a espera que uma pessoa, também é comodismo, com uma beata na mão por um quilometro para depositar a beata, aí naturalmente vão deitar para o chão... como o “oleão”, dos óleos, há um aqui, e não há mais nenhum! As pessoas não vão vir lá do fundo, para o outro lado da cidade para meter o óleo! Não vão! Nós temos que perceber que o ser humano é muito comodista</i>
Junta de Freguesia	<i>Isso é questão das pessoas começaram a fazer, depois tem aquele comportamento social que acaba sendo por osmose, inculcido.... Ter as infraestruturas, ensinar a usar, é a questão das escolas, mas é preciso também ensinar os adultos através de campanha de sensibilização...</i>
Junta de Freguesia	<i>Há muita gente que mete direto na sarjeta e não percebem que podem qual o caminho que isso leva... Portanto, há toda essa fase, qualquer coisa nova que a pessoa tente implementar há sempre resistência, e só no médio, longo prazo é que as pessoas vão ver o benefício daquilo que se faz e isso passa muito por aí também.</i>
Junta de Freguesia	<i>A questão é muito difícil nós conseguirmos entrar na agenda mental de uma pessoa, é uma das coisas mais difíceis, não é? é extremamente difícil nós nos colocarmos no, quer dizer, interpelarmos, tem de ser feito, não há outra forma de o fazer, tem de ser nas escolas e depois com os adultos, são campanhas e campanhas, e sem fim!</i>

Âmbito	Contexto: Comportamento do Fumador com Relação a Beata de Cigarro
Organismo Âmbito Nacional	<i>Se for aqui, esse edifício tem 16 ou 17 andares...E os fumadores fumam lá para baixo.... Ora bastasse que tivesse ali umas sinaléticas e ali um contentorzinho para as beatas, para toda a gente meterem ali as beatas.... Mas não, está tudo ali no meio do chão..., porque a gente neste momento vê beatas para todo o lado e não é justificável, é falta de civismo... Parece-me relativamente fácil de fazer desde que a gente consiga entrar na cabeça do fumador, que neste caso é o fumador, não somos todos, mas desde que a gente consiga entrar na cabeça do fumador e ter ali sítios próprios para colocar. Pronto...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>São coisas que estão ainda enraizadas na cultura portuguesa. É mal... É mais uma consciência pública, de pegar no papel e mandar para dentro do contentor de lixo ou para os ecos pontos... Pronto, isso é mais uma consciência...Porque isto é a mesma coisa de que a pessoa chegar ao eco ponto e mandar o lixo indiscriminado tudo lá para dentro... Ao invés de dividirem, é a mesma coisa, não há nada que puni isso... É apenas uma consciência, uma consciência do cidadão... Comportamental e uma questão de educação ambiental... Civismo... o povo português tem também uma... pelo menos aquela mais idosa, não tanto a malta mais nova, mas os mais velhos aprendem muito à força... Ou vai a força, ou então... "Olhe, o papel tem que ser por ali" Tem de dizer 500 vezes. Quando a apanhar uma multa já fica tudo bem...embora também continue a existir pessoas que chegam ao Mc donalds, chegam a beira da estrada comem dentro do carro, abrem a janela e mandam para a estrada... Há muitas pessoas que ao se atirar uma beata para o chão for lhe passar uma multa...Acham que é a coisa mais escandalosa do mundo...na consciência das pessoas a beata, não é uma coisa que seja considerada, mentalmente uma coisa grave. pode ter impacto MUITO grave, mas as pessoas não percebem isto... se não tiverem a sensibilidade de que realmente tem de adotar outros comportamentos com as beatas e é uma coisa que culturalmente e uma coisa insignificante... Porque não é considerado um problemático ou uma situação grave a beata. Não é... culturalmente... acho que culturalmente em Portugal a beata não é um problema, e por não ser um problema até transformar ela num problema temos de dar uns passinhos... isto é um problema de consciência, e ainda há quem diga assim "ah, não vale a pena" É a ideia muito em Portugal que não vale a pena, eu julgo que neste caso das beatas não está culturalmente aceite que é um problema, na consciência deles é uma coisinha tão pequenina... começar com campanhas, eu acho que só assim as pessoas vão ter alguma consciência que por que houve falar... E, beatas para eles não há campanha, e houve falar beatas quando? Na praia... A beata, nem toda gente sabe que é proibido, mesmo mandá-la para o chão...Nem toda gente tem essa consciência, apesar de todas as câmaras terem isso da postura municipal de certeza...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>...ainda agora vindo do caminho do almoço e tinha a beata na mão, e o que eu faço com isto? Meto no bolso? E estava sempre cheio de beatas, porque as pessoas vêm a fumar para fora... Eu acho que, devagarinho, devagarinho vamos, desde que as pessoas encontrem latão nos sítios mais frequentados... Claro que no espaço público, se houver sítios que se possa depositar devidamente assinaladas, dentro desse espírito de educação ambiental e sempre interessante...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>É, isso é uma questão de civismo...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>...são questões culturais, uma série de hábitos que temos de mudar... o problema mesmo deste resíduo é a consciência das pessoas, se todas colocassem num cinzeiro e se o cinzeiro fosse colocado no caixote do lixo, estávamos bem...</i>
Organização Não Governamental para o Ambiente	<i>Também temos muitas freguesias com população muito envelhecida, para mudar comportamentos é complicado... Isto obviamente que implica a parte comportamental e dos valores que as pessoas têm em cada país...antes de se saber que é realmente o item número 1 em todo o mundo...Antes de entrar no comboio estão a fumar...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Eu própria, enquanto fumadora, tive de fazer um bocadinho essa aprendizagem durante a bastante tempo, hoje em dia já o consigo fazer, e há várias maneiras, até já há empresas que fazem como materiais recicláveis, pequenos cinzeiros e etc., e então as pessoas podem utilizar no seu dia-a-dia...Mas acho que ainda assim, a noção que se tem do perigo para o meio ambiente que esse resíduo tem, apesar das pessoas saberem, acaba por ser um hábito muito difícil de quebrar, acho eu, pelo que eu vejo diariamente na rua... agora eu acho também que é um hábito cultural que precisa de muita campanha, muita consciencialização, né?! Muitas vezes claro, já estamos habituados né?! É um ato espontâneo e eu vou tirar e porque vai ter conscientização e etc...Porque se as pessoas tiverem também menos hábitos</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Comportamento do Fumador com Relação a Beata de Cigarro</b>
	<i>de fumar também irão produzir menos resíduos, não é?! E sabemos obviamente dos problemas de saúde que isso acarreta para as pessoas...E, portanto, acho interessante ligar as duas coisas não né?! Por que não é só um problema ambiental, é um problema também de saúde pública...porque às vezes é um papelinho pequenino...Alguma coisinha que temos aqui no bolso, que é pequenina e sem pensar... São todos comportamentos que tem muito a ver com a consciência individual, não é?!</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Não abordado</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Os cigarros as pessoas atiram no para o chão, atiram nos cinzeiros, os cinzeiros seriam mais fáceis, não é? Mas se já os outros resíduos... Sim, já ter a informação, alguma pessoa as vezes tem o feeling, tem a sensação, mas falta a informação para completar...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Aas pessoas não tem percepção desses problemas não tem consciência do problema que causam em termos ambientais e que poderiam não causar...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Aquilo ali é uma sala de fumo ao céu aberto {referindo-se aos parques} E, portanto, a céu aberto, a num jardim público, que deveria ser, um espaço até para crianças brincarem, o chão está minado de beatas... Eu diria que me encontro no grande grupo de cidadãos e cidadãs que acham que as beatas têm o tratamento normalíssimo... Os cinzeiros de rua vão mexer com a atitude do cidadão... Todo este tema é um tema de atitude. E temos de trabalhar a atitude dos fumadores, sobretudo, porque eu , pessoalmente, que é uma questão muito pessoal, tendo a achar que o fumador tem uma atitude um bocadinho prepotente. Eu sou fumadora...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>As pessoas não têm ideia... Não tem a menor ideia das quantidades que são... Eu não acredito que de um dia para o outro as pessoas todas vão deixar de atirar a beata para o chão... pois é o que eu digo, que mais importante que a fiscalização é a consciência...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Obviamente que de alguma forma procurar alterar, ou sancionar comportamentos...Porque, há de fato aqui uma desvalorização do que a qualidade de vida ou do meio ambiente, há comportamentos que antigamente eram tolerantes, eram socialmente aceitável e hoje não são, a beata se calhar vai passar pelo mesmo fenómeno, de fato não podemos permitir que este comportamento seja aceitável este gesto que parece inócuo, mas que não é, é muito danoso para o meio ambiente, os mares, as praias estão cheias de beatas, as ruas também, e este, tem um impacto na biodiversidade... a opinião pública tem um peso importante para mudar o comportamento... se houver de fato uma demanda social para combatermos este problema, também contribui obviamente para o mitigar...</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Recolha Seletiva da Beata de Cigarro</b>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Pronto, não, não acho que não faz sentido a estar a fazer a recolha seletiva, se não tivermos um destino adequado. Se não tiver um destino ambientalmente correto ninguém vai se interessar... porque depois havendo um destino, pode-se se chegar as pessoas a participarem e dizer, sabe o perigo que isso tem?...</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Não abordado</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Não abordado</i>
Empresa de Produção e Distribuição	<i>...de ver essa questão de uma recolha, do que é que, como é que podia ser feita essa recolha, mas no fundo de estudar essa viabilidade económica... mesmo para fazer uma recolha, as pessoas têm de estar sensibilizadas, as pessoas têm de dar valor ao ambiente, têm de dar valor àquele resíduo...</i>
Empresa de Valorização de Resíduos	<i>Não é um material que nós separemos, o nosso foco é outro.... É um tipo de resíduo que importa muito à higiene urbana, à limpeza das ruas, porque as pessoas mandam para o chão, é uma chatice... No caso da beata, lá está, o foco é muito na lógica da limpeza e não é ... Até porque a recolha nem sequer é nossa. Portanto a CML é que recolhe, é que limpa, portanto, está-lhes atribuída essa função..., mas do ponto de vista da percepção pública, aí é claramente importante porque é visível... é como os cocós dos cães, é a mesma coisa... o que é que eu faço àquilo? Nada, aquilo vai para o lixo indiferenciado... mas do ponto de vista da</i>

Âmbito	Contexto: Recolha Seletiva da Beata de Cigarro
	<i>higiene e da percepção pública, é um problema... são problemas de higiene urbana, às vezes graves e muito chatos... do ponto de vista do peso aquilo não conta nada {comparando beata a outros resíduos}...no contexto dos resíduos ela é residual... os problemas com os resíduos são de tal tamanho que é difícil ir às frentes todas e admito perfeitamente que se calhar a beata ficou desprezada...essa questão, claro, da recolha mas aí tem um custo, precisa de ser feita em colaboração com a CML, ou de repente a própria tabaqueira, e quem mais que pode ajudar, quem mais, quem mais, enfim, e à questão do destino, que aí eu falo, hoje o país ele não tem uma classificação do resíduo...</i>
Instituição de Ensino	<i>Recolher separadamente é preciso haver coisas para fazer essa recolha separada, eventualmente para depois reciclar ou não sei, não sei se...não sei o suficiente do tema para poder dizer né?!</i>
Instituição de Ensino	<i>Em relação aos resíduos eu acho que deve ser por consciência absoluta daquilo que é o ambiente e daquilo que é um bem comum e um espaço comum... Portanto, se eu mando uma beata para o chão estou a causar um dano global a um ambiente que é de todos...porque a minha casa é o meu espaço, a esplanada, é o espaço de todos, mas as pessoas não têm no seu ADN, desde início, que é a manutenção e o cuidar de um bem comum. Este é o grande problema, mas este é o grande problema da humanidade... Portanto a partir do momento em que eu tenho o espaço limpo eu tenho mais receio em sujar</i>
Instituição de Ensino	<i>Não abordado</i>
Instituição Particular sem Fins Lucrativos, área de Ciência	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>É com a camara municipal de Lisboa, que tem um sistema de recolha diferenciado em vários bairros e tem uma série de pontos onde as pessoas podem de fato fazer essa diferenciação. Agora, não tem de fato nenhum sistema de resíduos, de recolha desses resíduos...</i>
Junta de Freguesia	<i>Nós somos o principal canal de recolha do próprio resíduo... Porque eu conheço muitas cidades do mundo que não tem condições infraestruturais e não tem o problema...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Muito importante de fato tentarmos que fosse considerado um resíduo...E incentivada a sua reciclagem ou pelo menos a sua, o fato de juntarmos, não é?... </i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Uma praga, porque não se consegue tirar da calçada e do chão, mesmo com a varredoura e depois é assim, a varredoura passa, sobra sempre um ou duas e temos de andar a varrer. Quando ela varre causa outro problema, elas ficam enterradas no meio das pedras e provocam o descalçamento...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Temos de ter uma rede grande de recolha, isto do ponto de vista teórico em comparação a outros comportamentos. Mas sim, eu começaria por aumentar os pontos de recolha com campanhas de comunicação, uma com a outra, porque se não, não vai</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>O principal problema da beata é: Por um lado nós temos de pensar em como ela aparece e nos sítios em que ela aparece, porque penso que era mais fácil hoje era arranjar condições para que esse fluxo fosse...fosse recolhido seletivamente...mas por outro lado também me parece que era mais fácil tratá-los convenientemente ...Ter um local próprio onde eles fossem recolhidos e geridos. É por isso...Teria essa reflexão conjunta de como gerir, teria de ser, poderiam as entidades que fazem a recolha dos resíduos urbanos ter lá um determinado recipiente e baldear os contentorzinhas que aparecessem de beatas para o caminhão... tem a ver com os custos também com toda essa questão dos resíduos...Eu estou a ver que as recolhas dos ecopontos ou a recolha dos contentores indiferenciados pudessem no mesmo circuito ir recolher...De forma separada essas beatas. Penso que se tivéssemos meios económicos seria mais vantajoso, teria de se pensar como é que seria...[</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Recolha Seletiva da Beata de Cigarro</b>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não abordado</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não abordado</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>...este sistema vai ter muito haver com uma rede de recolha.... Eles tem uma coisa muito gira {se referido a infraestrutura de Guimarães} ...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>...não tem qualquer tipo de recolha seletiva, nem tratamento sem ser a incineração... o alvo estava lá está, era na recolha, e na comunicação, as pessoas não podem pôr no chão ...</i>
Organização Não Governamental para o Ambiente	<i>Porque alguns dizem “para que é que eu vou pôr ali se aquilo depois vai para o indiferenciado?”. É essa a filosofia da maior parte das pessoas...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Eu acho que temos maior vantagem em fazer esse trabalho a nível local, a nível municipal e até de freguesias... no geral eu acho que é a nível de freguesia que são os núcleos mais pequenos e, portanto, mais próximos da população... fazer a limpeza adequada e por outro lado o reforço também logístico de colocação de mais caixotes de lixo nas ruas...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Não abordado</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>mas depois o problema é como se faz essa recolha, não é?</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Não existe aquela preocupação de haver uma recolha seletiva... que se verifica até hoje das pessoas descartarem as beatas pela rua, quer dizer, elas acabam por ser varridas e depois irem parar em resíduos indiferenciado... nem há uma separação desses resíduos... depois temos aquela questão se elas são recolhidas separadamente pra onde é que elas vão? o fato dele não estar classificado não quer dizer que não possam ser recolhidos separadamente, basta que a câmara municipal que é quem faz a recolha tenha um sistema, tenha um recipiente, tenha coisas que as pessoas utilizam...as pessoas tem saído dos seus serviços para vir fumar e vem fumar ao exterior... entidades empreendedoras instalaram cinzeiros no exterior onde esses resíduos podem ser facilmente recolhidos, portanto a recolha passaria por esse caminho é possível porque se as pessoas utilizarem esses cinzeiros...é a operação já está feita basta depois ela achar a recolha...este é um resíduo daqueles que mesmo havendo centrais de separação nunca é cabalmente separado pode até ser uma percentagem decente...se não houver um sistema de recolhas paliativo desde o início deste recurso é muito difícil, se não houver posto de recolha.</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Não abordado</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Não abordado</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Não abordado</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Consciência que com a implantação da lei antifumo criou-se um efeito colateral no aumento das beatas nos espaços públicos abertos</b>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Não abordado</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Não abordado</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Sim, porque se as pessoas tinham a possibilidade de fumar no interior dos estabelecimentos também, não vinham para o exterior, certo? Havia menos dispersão, e depois havia outra questão... os comportamentos mudaram muito, as pessoas, população cresceu muito, especialmente na cidade onde há mais concentração de pessoas que fumam, há mais pessoas</i>



<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Consciência que com a implantação da lei antifumo criou-se um efeito colateral no aumento das beatas nos espaços públicos abertos</b>
	<i>no espaço público, as pessoas vivem mais o espaço público, estão, mais cá fora...</i>
Empresa de Produção e Distribuição	<i>Não abordado</i>
Empresa de Valorização de Resíduos	<i>Desde que foi proibido fumar dentro dos edifícios não é, toda a gente vai fora não é. e às vezes fica horror, há sítios em que fica horroroso, a quantidade de beatas que ficam no chão...</i>
Instituição de Ensino	<i>Não abordado</i>
Instituição de Ensino	<i>Não abordado</i>
Instituição de Ensino	<i>Eu não tive essa percepção, eu não tenho percepção nenhuma na verdade, mas agora que falaste isso, faz muito mais sentido...</i>
Instituição Particular sem Fins Lucrativos, área de Ciência	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não aumentou muito, isso tornou visível...</i>
Junta de Freguesia	<i>Sim, sim, foram para as portas dos escritórios e....E em espaços comerciais, por todos os escritórios, o que faz com que haja uma acumulação de lixo na rua...</i>
Junta de Freguesia	<i>Talvez, porque foi proibido em vários locais fumar lá dentro...E se acabou por fumar no exterior, não é?... </i>
Junta de Freguesia	<i>Sim, sim...</i>
Junta de Freguesia	<i>Claro! Não só reparamos...{na altura fumavam, falaram entre si, inaudível}</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Sim, eu acho que sim, acho que sim, sim, o espaço público tem muito mais sim. Sim, acho que sim...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Notei muito! Faz muito sentido, se não pode fumar, e depois não são só as beatas, é a concentração do residuo porque as pessoas ficam no espaço público...Notei e sou fumadora também, mas nota-se bastante...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Eu penso que sim, porque em determinados lugares não é permitido fumar, então as pessoas vão fumar na rua e acabam jogando fora, acho que aumentou... Eu não reparei nisso, mas sempre achei muito [1 sim/1 não]</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não, isso é verdade, e vieram para fora e iam fumar para fora</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Aumentou a localização, a concentração das beatas, do meu ponto de vista...antigamente fumava-se nos gabinetes se calhar... E hoje nota-se mais porque as pessoas não podem fumar nos locais onde vivem, tem de se deslocar para determinados tipos de pontos onde podem fumar...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não foi abordado</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não abordado</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não abordado</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Nós quando tínhamos a lei que permitia fumar em cafés e espaços fechados eu não ia porque não gostava. Agora como há restaurantes que têm essa possibilidade, eu só vou àqueles que proíbem mesmo, eu não entro num restaurante onde, embora gostasse de estar numa esplanada a apanhar sol, eu não vou lá porque pode estar alguém a fumar tem de se ir para o interior...</i>
Organização Não Governamental para o Ambiente	<i>Não abordado</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Não vi assim uma grande diferença...Não tenho essa sensação...</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Consciência que com a implantação da lei antifumo criou-se um efeito colateral no aumento das beatas nos espaços públicos abertos</b>
Partido Político Assembleia da República	<i>Vocês fizeram essa associação? Não, mas faz sentido... as pessoas antes fumavam dentro de casa ou estabelecimentos, não é, e aí não vão atirar as beatas para o chão do restaurante, do café, do bar, ou até mesmo no trabalho a mesma coisa, não é? Obviamente agora tendo de passar a fumar fora... para elas é na rua e jogam na rua sem qualquer tipo de constrangimento...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Não tinha, mas tem uma lógica, né? Porque as pessoas deixaram de fumar nos interiores, e depositar, no, no, no cinzeiro... e acabam por fumar mais na rua, se calhar, não tendo cinzeiros, disponíveis, atiram a beata...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Pois houve proibição de se fumar em ambientes interiores, em hospitais e em escolas. Mas, nem dessa legislação saiu alguma coisa que falasse do reaproveitamento desses resíduos no fundo... sendo assim acabou por cair num limbo...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Não abordado</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Não abordado</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Acredito que possa haver essa correlação, efetivamente a mudança de comportamento a fumar cá fora e continuarem a deitar as beatas para locais indevidos, não é? ...</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Destino da Beata de Cigarro</b>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Sim, precisa ter o tratamento, e encaminhado para um destino que seja adequado para nós e para o resíduo também...tentaram implementar a nível nacional e o que se verificou é que como não havia destino, o projeto morre...acho que as pessoas estão até abertas...enquanto não tiver um destino que tenha mais valia da separação...destino que digam estas beatas vamos fazer isso, e produzir aquilo...não vai ser fácil avançarmos para, pronto, para impor ao fim...para mim o que falta é uma solução para o destino...solução está na valorização e no destino...vão ser mais recetivos na implantação integrada de solução se souberem que tem um destino adequado... a questão não é a recolha seletiva...a questão é que destino será dado... incineração é o que acontece aqui. mas tem de achar uma solução... tem de ser uma estratégia nacional...durante vários e vários anos eram deitados para o lixo, jogados no esgoto, até que começaram a surgir empresas que recolhem...não é só evitar ir para aterro... no caso de lisboa todo lixo é queimado... {referindo-se aos {óleos}}.</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Não temos de reciclar tudo. Não, não. Mas temos de dar um destino ambientalmente adequado, para o lixo...destino para as beatas, ele existe...reciclagem das beatas, à parte, ou incorporação em processos de compostagem... A reciclagem eu só comparei com termos de comportamento das pessoas, pronto, em fazer alguma coisa... Estou eu a pensar. agora, o que se fala é que a ideia é reciclar, tudo que se pode ser reciclável...</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Não foi abordado</i>
Empresa de Produção e Distribuição	<i>Pode ser naturalmente também, como o outro lixo, valorizado...</i>
Empresa de Valorização de Resíduos	<i>Para nós as beatas é um resíduo da, não é muito valorizado... a verdade é esta, portanto, as beatas que sejam recolhidas é uma das componentes do tratamento. Como nós não fazemos nada com elas, portanto, as beatas que nos chegam vêm misturadas nos resíduos urbanos, aqui na zona de Lisboa elas são incineradas, portanto é o que vai acontecer...Noutras zonas do país pode ir parar à terra, pode ir parar a um tratamento mecânico e biológico, pode ir parar a sítios completamente diferentes consoante o sítio do país onde estamos... a beata não é uma questão com a qual a Valorsul se preocupe muito porque de facto não está vocacionada para esse tema... no caso da Resinorte por exemplo, vai parar a uma estação de tratamento mecânico e biológico... fosse na zona de Lisboa ia parar a uma incineradora e o que produz é energia... o que é que nós podemos fazer com escala para transformar materiais, reciclá-los... de facto nós estamos tão longe das metas que para me preocupar com as beatas, eu ando mais preocupada francamente é com plásticos, é com vidro... porque</i>

Âmbito	Contexto: Destino da Beata de Cigarro
	<i>a beata neste contexto, com tanta meta para atingir da UE, com tanta coisa para fazer, como eu não tenho a recolha... é preciso também perceber que cada entidade tem o seu papel...se eles tiverem um projeto aí nós podemos participar, ser parceiros fazemos isso tudo...mas eu não a recebo separada...no contexto do que eu tenho para fazer isso é mínimo, micro... o nosso problema é muito maior...naquilo que é a nossa visão do problema, é de facto uma questão pequena, não quer dizer que não seja importante mas mais uma vez, a importância é na limpeza. Porque ela por exemplo não tem grandes quantidades, porque nós falamos em tonelada não é, do ponto de vista da tonelada não é nada, mas do ponto de vista da limpeza da rua é imenso, O vidro pesa imenso conta muito para as metas, mas o plástico tem volume...portanto um tem peso o outro tem volume, e do ponto de vista de meta o que conta é o peso... do ponto de vista do tratamento é completamente residual para nós {sobre as beatas}... o plástico pesa pouco em relação ao vidro e é o nosso problema maior...</i>
Instituição de Ensino	<i>Tem de ver se ainda vir a reciclar isso, pois você diz que ainda não está classificado como resíduo, não sei quem é que pode tratar né... é preciso saber quais são as condições que o próprio país tem para eventualmente, quer dizer, se nós não temos ainda esse resíduo classificado isso eu posso tratar ou não?...</i>
Instituição de Ensino	<i>Mas também não acaba aí o problema, porque eu não sei o que é que vão fazer a seguir com os resíduos... mas aquilo que me preocupa sempre muito mais é o fim, ou seja, nós vamos dizer às pessoas para não enviarem as beatas para o chão, elas vão ter que as colocar em qualquer sítio e elas vão ter de ter um fim... mas aquilo que me preocupa sempre muito mais é o fim, ou seja, nós vamos dizer às pessoas para não enviarem as beatas para o chão, elas vão ter que as colocar em qualquer sítio e elas vão ter de ter um fim... imagine, nós todas as beatas que recolhemos juntamos, damos a uma empresa e o que é que fizeram com elas, como é que as reciclaram, onde é que estão os produtos... o que é que fizeram aos contaminantes?... mas isso tem de ter uma justificação Jade, é simples, não dá dinheiro...ok?... a questão é que muitas vezes a reciclagem é... é uma forma de eu ter um lucro... eu acho que o problema não está eu não ter esse resíduo identificado como não terei mil outros resíduos identificados. A questão está, o que é que eu posso retirar desse resíduo... uma mais-valia ambiental, perfeito... saber de antemão o que é que fazem ao produto é crucial...</i>
Instituição de Ensino	<i>Mas aquilo que diz respeito a valorização material do próprio resíduo, há cada vez mais uma tendência e perspectiva de encarar dessa forma, ou seja, das pessoas de forma geral terem que cada vez mais encarar o resíduo como recurso. A nível de segurança do trabalho, pode resolver o problema, mas pode-se criar outro, e implica para avaliar os riscos e tentar perceber se aquilo, a nossa solução, não vai criar constrangimentos ou riscos em potencial, ou problema qualquer</i>
Instituição Particular sem Fins Lucrativos, área de Ciência	<i>Não foi abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não dá para reciclar (risos)</i>
Junta de Freguesia	<i>Não foi abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Em relação as beatas, de fato são um problema tremendo, porque não se desfazem e não há de fato nenhum tratamento para isso... Eu acho que tem de fazer, tem de ser desbravado, de fato é uma área em que ninguém está a trabalhar propriamente, porque é um resíduo que nem as pastilhas plásticas, é uma área em que ninguém trabalha e que tem as dificuldades de reciclagem e tratamento... Acho que é fundamental, soluções para reciclagem que também não há... nós não conseguimos encontrar nenhuma solução... há em alguns sítios, é onde as pessoas põe as beatas todas, mas depois o que que fazemos com isto? Na prática elas voltam para o meio ambiente, só não estão mais na rua e não tem custos de containers para serem retiradas... Mas tem o problema, o que que a gente faz com aquilo? Portanto, é essa a solução que tem de ser trabalhada... Em relação ao tratamento das beatas, acho que tem que, acho que a questão do tratamento...</i>
Junta de Freguesia	<i>Tenho dúvida se por acaso não tem um problema {sobre a valorização energética} .... Tem um benefício económico na incineração ao invés da reciclagem... E agora, se não se queimar, o que é que se faz aquilo? E vai continuar a ser a melhor maneira de levar com prática o fluxo do resíduo... No fumo, saem uma série de partículas de plástico que não são filtradas e nem detetadas...Que não é evoluído o suficiente...,’ portanto o efeito de</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Destino da Beata de Cigarro</b>
	<i>secundário de queimar coisas, há o efeito secundário positivo que é a produção de energia que é usada...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Muito importante de fato tentarmos que fosse considerado um resíduo E incentivada a sua reciclagem ou pelo menos a sua, o fato de juntarmos, não é?... Conforme temos aqui um conjunto de resíduos que estão já tipificados e que já podem ser reciclados, também as beatas, é eu acho que é um bom caminho...</i>
Junta de Freguesia	<i>Pois, exatamente! Não existe ainda um tratamento próprio para a beata... Está no lixo comum...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não foi abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não foi abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Mas que é um fato é que esse tipo de resíduo vai diretamente para incineradora.</i>
Junta de Freguesia	<i>Não foi abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Depois as juntamos todas, mas elas não vão para lado nenhum no fundo, acabam para ir para o lixo comum.</i>
Junta de Freguesia	<i>Não foi abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Aqui entra uma questão que é a reutilização das beatas de cigarro, este problema precisa ser resolvido, enquanto este problema da reutilização das beatas não for resolvido, é um bocadinho complicado, do ponto de vista da solução da beata, porque a questão aqui é, apanhamos beatas, mas depois o que fazemos com elas ?</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>É, eu estou a ver que não há outra, não há assim muito mais funções aparentemente, mas se calhar.... Pronto! Era mais fácil né? {sobre a incineração}... mas que se calhar deveríamos pensar como é, que destino íamos dar e como é que fariamos para parar no fluxo, se calhar sim...a minha sensibilidade é que a beata não é um material que se bio degrada, e por isso, não sendo biodegradável deveremos evitar o poluente dela...e não sei se temos forma de haver uma valorização material dele, eu não conheço...eu diria se não conseguirmos encontrar nenhuma forma material de valorização daquela beata, do meu ponto de vista, arranjar um circuito...temos incineração utilizada para resíduos perigosos e não perigosos... a dimensão desse fluxo também não é assim tão grande, colocam-se tantos problemas... Mas aqui o principal, do meu ponto de vista principal a questão vai ser como é que organiza, como é que se conscientiza que tem que separar e como é que vai ser feita a recolha, só depois disso arranjam o destino, mais acessível, mais barato e com menor custo pra todos. Se depois disso aparecer uma solução melhor, milagrosa...Deixamos tudo preparadinho...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não foi abordado</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não abordado</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Se ver bem, portanto, as beatas não têm um potencial de valorização...se conseguíssemos tirar o plástico, mas pouco..., portanto, o potencial de valorização ele é baixo... o grande contributo será mesmo no fazer chegar beata num local adequado de tratamento, não em que ser uma reciclagem, portanto é diferente...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não tem qualquer tipo de recolha seletiva, nem tratamento sem ser a incineração...é o destino melhor neste momento...até porque nem sempre é possível ir ao topo da pirâmide da reutilização de resíduos, porque há resíduos que não são possíveis de reutilizar, há outros que não são possíveis de reciclar, então é considerar o melhor que o aterro {se referindo a incineração}... mas neste momento o destino das beatas é a incineração, não há... eu desconheço... quando falo de incineração é incineração com aproveitamento de energia, para mim o resto é queima... para nós as incineradoras são aquelas que fazem valorização energética...há um desconhecimento no fundo dos meios de tratamento...estes operadores que fazem a incineração são altamente vigiados e controlados para garantir uma série de parâmetros à saída, seja no ar, seja na água, eles são todos muito bem...</i>
Organização Não Governamental para o Ambiente	<i>Porque alguns dizem “para que é que eu vou pôr ali se aquilo depois vai para o indiferenciado?”. É essa a filosofia da maior parte das pessoas...</i>
Partido Político Assembleia da	<i>Não sei especificamente o que que é que os outros países estão a fazer a nível de reciclagens e etc., não conheço muito bem, se puder me enviar, portanto é melhor...Porque às vezes para</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Destino da Beata de Cigarro</b>
República	<i>lembrarmos alguma coisa que precisamos aqui fazer, até porque não sei para o que servirá uma beata a nível de reciclagem, não estou, não sei dizer se tem algum valor acrescentado a nível de...Acaba por ser muito difícil né?!</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>...qual que será depois o fluxo que o resíduo em si terá...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Não tem qualquer tratamento especial, não é? Nenhum fluxo de resíduo que menorize o impacto das beatas, de fato é algo que tem de ter um tratamento... específico a nível legislativo... agora é um bocadinho problemático, porque, pode se implementar este tratamento específico, poderia se fazer um ciclo de tratamento desse resíduo, tendo em conta que a origem dele de facto é muito dispersa e muito difícil de concentrar...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Mas, nem dessa legislação saiu alguma coisa que falasse do reaproveitamento desses resíduos no fundo {se referindo a lei antifumo}... o problema é para onde é que vai esse resíduo que não está classificado, entra na coisa do resíduo indiferenciado que acaba indo para o aterro ... Agora neste momento eu vi que é que o destino final desse resíduo é indiferenciado...Investigação, indústria e recolha, isto tem que estar intimamente ligado... é dar um destino adequado...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>O lixo dito normal, as beatas não encaixam em nenhum deles...as beatas acabam indo para o lixo indiferenciado...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Por acaso eu não sei nem o que é que eles fazem com a beata...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Quer também ao nível da reciclagem e da reutilização desse tipo de resíduo de forma sustentável... o tratamento do resíduo em si tem de fato de ser da forma mais sustentável possível, esta resposta tem que ser mesmo especialistas a dá-la na medida que devem dizer qual é forma mais ideal para tratamento mais adequado para este tipo de resíduo, mas para isso vamos ter que o classificar quer Efetivamente a nível nacional e internacional...</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Disposição para debruçar sobre temática</b>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Enquanto não tiver no fluxo deles a nível nacional, acho que ninguém vai conseguir..., mas se não for a apa a implementar, que é a agência que nos impõe, através do ministério de ambiente, não vai ser possível... pensa no apoio nesta altura da APA, em que sem uma legislação vai ser difícil, sinceramente, sem uma legislação vai ser difícil avançar para um projeto de recolha de beatas, porque já se tentou, porque por fim ao cabo, estas empresas que tiveram os equipamentos, tentaram implementar a nível nacional e o que se verificou é que como não havia destino, o projeto morre...</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Não Abordado</i>
Câmara Municipal de Lisboa	<i>Atualmente nas competências que eu tenho não, não faria, porque não esta mesmo dentro da minha área de trabalho, mas promovia, se tivesse ainda na minha área de trabalho, envolver a higiene urbana, garantir que que Juntas também tivesse envolvidas, replicado por outras firmas, por outras empresas.</i>
Empresa de Produção e Distribuição	<i>Contactar com diferentes entidades, com organizações não-governamentais, nós achamos que a educação, e naquilo que possamos também fazer, a educação ambiental</i>
Empresa de Valorização de Resíduos	<i>Somos sensíveis obviamente ao tema, que é ambiente não é, mas não é uma coisa onde nós estejamos muito disponíveis para investir para lhe ser franca.</i>
Instituição de Ensino	<i>Informação, sim, sim, porque eu acho que a maioria das pessoas não sabe, não é? Eu acho que era o que eu faria...</i>
Instituição de Ensino	<i>A verdade é que as beatas para mim são mais uma das componentes de um problema muito maior... apesar também de ter consciência que há muito tempo atrás que isso nos preocupou colocando cinzeiros em vario sítios, estamos a pensar também colocar cinzeiros nas mesas do espaço, isso foi uma das questões que falámos há poucos dias... nesta questão das beatas, ela vai ser equacionada dentro daquilo que nós estamos a pensar para a questão dos</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Disposição para debruçar sobre temática</b>
	<i>resíduos...</i>
Instituição de Ensino	<i>Seria claramente na sensibilização e na educação, essencialmente na educação para a saúde</i>
Instituição Particular sem Fins Lucrativos, área de Ciência	<i>Não abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Não Abordado</i>
Junta de Freguesia	<i>Agora, é algo que nós temos a intenção e que nos preocupa e que estamos a tentar arranjar soluções para que as pessoas, enfim, criem uma lógica de sensibilização, pois não podemos ter um fiscal, um polícia atrás de cada pessoa, isso é impraticável e muito. Essas questões ambientais passam, sobretudo, pela consciencialização das pessoas. Pensamos que a partir disso, desperte, as pessoas vão associando, de qualquer forma tem de haver algum movimento nesse sentido...E como essa questão das beatas é algo que nós temos estado a pensar como combater...seria interessante também o seu pedido de reunião, pois falamos um bocadinho sobre isso, você como investigadora da matéria certamente tem uma informação mais aberta do que a que eu vou dar... mas sim, estamos a pensar sobre o assunto... O que nós tínhamos pensado é a partir disso aí criar uma rede que criasse pontos pré-definidos na freguesia {infraestrutura}... Fomos investigar até o preço, só que os preços no mercado são muito inválidos, portanto ainda estamos aqui numa situação de tentar regular o que existe...temos um problema identificado. Mas estamos numa fase de análise de ver o que poderá fazer sentido...</i>
Junta de Freguesia	<i>Não, no momento não, antigamente tinha esses aspetos, atualmente não, estamos a esperar que venha para cá e aí compartilhar e depois veremos, se não tivermos os efeitos pretendidos... Mas pra já não é algo que desejamos operar ...a junta, pronto, tem uma série de competências que estão definidas na lei e portanto, são muito claras, dotar as juntas de uma série de trabalhos que dizem a respeito diretamente as pessoas, facilita sendo uma estrutura de poder local aproximar esse trabalho das pessoas, tudo que diz respeito ao dia-a-dia das pessoas no espaço público é a junta que assegura e depois cobram iniciações, tem outras competências ao nível do desporto, da questão dos equipamentos municipais, ao nível da intervenção social, ou de promoção da qualidade de vida, seja no desporto, na educação, Não só pelo conhecimento de território, não é? Mas pela proximidade que tem com as pessoas e capacidade de resposta que tem de dar para várias pessoas...</i>
Junta de Freguesia	<i>Nós não fazemos a regulamentação municipal, nós temos o nosso tributo e fazer a pressão para que a CM enquanto deputados municipais, porque a CM possa vir a letrar e melhorar. Agora os regulamentos são internos e são da CM, são responsabilidade da CM, mas a beata aqui é tratada exatamente da mesma maneira que todo esse lixo que as pessoas fazem.</i>
Junta de Freguesia	<i>Tenho é preciso transcender as cotas ao impacto ambiental, são mais quilómetros do veículo que faz a recolha, é mais uma máquina que faz a aspiração, a própria infraestrutura pode ter um grande custo ambiental, porque é de plástico e tal, normalmente é de plástico. Tem de ser recolhido todos os dias, tem uma infraestrutura muito pesada. O circuito de recolha disto, é um circuito que só pode corresponder ao circuito que nós fazemos para as papeleiras que é completamente diferenciado.</i>
Junta de Freguesia	<i>obviamente se calhar fica convidada para ter lá um stand para sensibilizar as pessoas para as suas beatas, o número de beatas que são feitas que são produzidas, onde é que elas vão parar, com coisas assim mesmo chocantes... Não sei, eu teria de falar com os meus colegas do executivo, os responsáveis, para saber qual era a abertura que eles têm para essa situação, terá de me dar acesso a esse draft para eu depois mostrar aos meus colegas que é para depois os sensibilizar e lhes dizer assim “olha, isto visa obviamente se calhar uma campanha piloto nalguma freguesia para se testar”, digamos, algum conjunto de medidas que pudessem obviamente ter eficácia na freguesia, mas depois de replicadas noutras freguesias em toda a Lisboa, requerem uma grande logística, nomeadamente na área da comunicação, com a participação da CML. Nós aqui obviamente trabalhamos em colaboração com eles, qualquer coisa que precisamos é com eles, eles têm uma máquina poderosíssima, tem de haver o apoio de cima, não, não acho que seja maluca, acho que efetivamente se a CML não aproveitou a sua ideia acho que fez mal, tem de ser visto realmente em ligação com a CML, porque aí teria mais força. Depois teríamos de escolher três ou quatro freguesias de Lisboa, para uma experiencia chamada piloto fazia-se uma ação que passasse por uma ação de educação, por reforço das papeleiras, por sinalizações, inclusivamente se calhar diferente, uma sinalética que podia ser inventada diferente, mais</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Disposição para debruçar sobre temática</b>
	<i>beatas no chão não, eu penso que eles estão convencidos, eles ficam convencidos melhor se efetivamente o projeto tiver consistência.</i>
Junta de Freguesia	<i>Sim, nós aderimos, eu acho que fazia sentido, claro que sim. Eu vou também compartilhar com a nossa equipa e eles também lhe dizem qualquer coisa também acho que pode ser interessante, acho que está tudo relacionado {sobre os dejetos caninos} ...</i>
Junta de Freguesia	<i>Ainda não temos, eu pessoalmente não tenho ideias muito destinadas para isso, porque, pronto, tem surgido outras questões que não, porque eu penso que a beata é uma coisa que é integrada no lixo, não tem de haver um trabalho direcionado para as beatas, tem de haver um trabalho direcionado para a recolha do lixo e para a preservação da limpeza nas ruas e etc., o lixo é em geral, não né? Pois, eu não penso especificamente nas beatas, se calhar podemos fazer, se calhar Lisboa, cidade verde.</i>
Junta de Freguesia	<i>Nós temos de contribuir bastante ainda com essas beatas... Mas eu acho que isto está num bom caminho até, agora com Portugal, Lisboa Verde, Tem de arranjar uma solução...</i>
Junta de Freguesia	<i>Aquilo que eu acho que poderá, é lógico que se tentarmos, de carácter preventivo, isto é, das pessoas eventualmente serem consciencializadas para não deitar no chão...</i>
Junta de Freguesia	<i>Estamos interessados e disponíveis para ser uma zona piloto para começar a trabalhar, isso, não temos dúvidas. Conjunto de atuações que não estão em nossa alçada, a CM é que tem de dizer, não somos nós que definimos a metodologia, até porque isso envolve verbas, portanto, é acordado, protocolado, com a CM, ela tem de fazer uma campanha de sensibilização, e, portanto, nós requisitamos a CM o material e utilizamos a nossa rede de distribuição de comunicação para fazer a divulgação.</i>
Junta de Freguesia	<i>Eu começaria por propor, ou seja, não as papeleiras como a CML têm, mas aqueles tubos, como aqueles lá da faculdade, com design diferente com um cartaz ao lado, as pessoas vão dar o seu tempo para ler, para perceber, que é capaz de chamar a atenção, mas tem que haver vários... uma estratégia de livrar as ruas das beatas com um conjunto de ações, aumentar os números dos contentores, fazer campanha de sensibilização junto as escolas, fazer um workshop com os comerciais, etc., e envolver a comunicação social, para fazer pressão para que o poder público faça sua parte...</i>
Junta de Freguesia	<i>Minha área da saúde, portanto posso pensar em propor qualquer coisa neste âmbito, campanha, sensibilização, qualquer coisa que esteja no âmbito da saúde, portanto, pode-se pensar numa situação, como é a lei, que está cheio de químicos para a saúde pública, ver se ele tem esta disposição, ou algo vocacionado aos estabelecimentos comerciais, ou empresas das regiões, etc.... Bem, dá para fazermos tudo que nós quisermos, é questão de nos organizarmos o que e como se quer atingir, e depois o resto é que dá trabalho, construir...</i>
Junta de Freguesia	<i>Se calhar dentro dos projetos escola, aquilo que falamos, ter um projeto mais concreto das beatas, e a Jade estar lá, o caso as psicólogas e ver um dia que possa ir com elas e fazer uma apresentação só sobre as beatas, mas isso é com elas, não sei, a gente tem de pensar, que não tem de deitar para o chão, que para o chão, vai para o mar e de repente colocar em estabelecimentos comerciais, indústrias, empresas não tem aqui na freguesia, não é? Estabelecimentos comerciais e de repente fazer uma campanha específica para eles, não sei, faz parte do departamento de comunicação.</i>
Junta de Freguesia	<i>Há aqui muitos interesses em jogo, quem manda no mundo é o dinheiro</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>E daquilo que for necessário e eu puder ajudar...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Não foi abordado</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>Olha, pois é, essa é uma situação complexa, e agora como estamos a falar nisso, eu fumo as vezes e onde é que, onde é chão? E essas situações digamos que são complicadas, não é? É um assunto que nos preocupa em termos ambientais, agora no meio de tanta preocupação que nós temos, os fluxos são complicados e dispendiosos, construção disso, construção de munição e outros e isto tem andado ali um bocadinho, não quer dizer que há um estudo científico, académico e científico para se abrir portas e estamos, precisamos ter, algumas aberturas posteriormente, porque nesse momento não há uma grande preocupação, mas temos de começar e logo tudo é importante, resumidamente é um bocado isto.</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>As Beatas tiveram agora uma atenção especial pelo fato de ter plástico na sua constituição, nas praias por causa do lixo marinho, tiveram agora muita atenção na estratégia dos</i>

<b>Âmbito</b>	<b>Contexto: Disposição para debruçar sobre temática</b>
	<i>plásticos, quer a nível da comunidade europeia seguir as indicações e alinhar as estratégias nacionais com as das EU...</i>
Organismo Âmbito Nacional	<i>De acordo com a diretiva “single-use plastic” vamos ter de pensar em algo diferente daqui a uns tempos...</i>
Organização Não Governamental para o Ambiente	<i>Em campanha de consciencialização...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Especificamente não sei, eu acho que é uma possibilidade, temos feito sobre outras matérias, admito que possa ser um tema que nunca foi estudado a fundo para se fazer uma proposta mesmo a nível parlamentar...</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>Uma intervenção nacional, proibição num quadro sancionatório</i>
Partido Político Assembleia da República	<i>É, eu vou pensar sobre isso, e a melhor forma de abordarmos e tentarmos se calhar fazermos alguma coisa, vou pensar, e mantemos em contato...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>nós visualizamos não especificamente em relação a beata, mas onde a beata poderia estar incluída que é uma perspetiva integrada da valorização dos resíduos, as grandes estruturas de reciclagem e de posição estejam voltadas para aquela situação tradicional, valorização energética, deposição em aterro e que depois tem os problemas mais à frente, isso são preocupações que tem que ser vistas de uma forma integrada.</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>eu começaria por tentar a perceber em bom rigor, qual o tempo de duração da beata...começar por recolher e difundir a informações nas escolas, abordagem junto das escolas desde o primeiríssimo, da pré-escola, começaria por corresponsabilizar professores e pais. e os professores é passar formação nas escolas aos professores, formar cidadãos, fase seguinte de sensibilização, seria o nível das autarquias de Portugal, todas Autarquias que no fundo são quem tem maior proximidade junto dos grupos de cidadão, responsáveis por diversas áreas...Envolveria aí logo o stakeholders, empresas, comunidades de onde alimentam, aí o ciclo virtuoso, empresa, colaboradores, claro que tudo isso, com o chapéu de quem manda que são os governos ao nível da Assembleia e por aí uns técnicos do ambiente juntamente com o ministério da educação responsável pelo grande plano Anti-Beata...</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Em relação a beata, é uma preocupação que nós temos e iremos também nos dedicarmos a isso. E claro que poderemos fazer e poderemos fazer também com a beata, aliás é um desafio a darmos uma sugestão de uma medida concreta que nós possamos propor que a CM também possa propor ao governo, acho que isso poderia ser bem acolhido. As questões da consciencialização são fundamentais neste momento é importantíssimo atuarmos nesse nível. Portanto, estamos um bocadinho absorvidos por isso e não temos, não demos ainda a atenção que deveríamos ter dado para a beata, que evidentemente teremos de dar. Isto são coisas que dão bastante trabalho e que são absorventes, que envolvem contactos com várias instituições inclusivamente por ter uma companhia técnica muito grande. Portanto são esses os próximos passos que pensamos dar a nível do ambiente, mas que não quer dizer que não possa incluir outras medidas. Olha isso é bom essa folha depois você me enviar para concebermos uma proposta para a recolha da beata {sobre os dados estatísticos que lia na reunião}. Primeiro, a coisa primeiro é que isso tem de ser classificado né?! Mas depois de ouvir os seus números posso atar também a beata, de fato é impressionante. O que eu acho que no que nós pudermos ajudar estaremos disponíveis, claro que sim.</i>
Partido político CML/Assembleia Municipal	<i>Há aqui toda uma complexidade da temática, um trabalho de fato coletivo muito forte para que de alguma forma sensibilizarmos a população, de fato nós temos aqui uma debilidade a nível de estratégia de combate a essa problemática, através do regulamento sancionar alguns comportamentos indesejados para além disso, claramente a campanha de sensibilização.</i>